



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UniCEUB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**MESTRADO EM DIREITO**

**VERA LÚCIA PONTES**

**DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE NO ESTADO DO  
TOCANTINS: uma análise da tragédia dos comuns como resultado  
dos aspectos da gestão hídrica e deficiências normativas.**

**BRASÍLIA**  
**2017**

**VERA LÚCIA PONTES**

**DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE NO ESTADO DO  
TOCANTINS: uma análise da tragédia dos comuns como resultado  
dos aspectos da gestão hídrica e deficiências normativas.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Doutor Gustavo Ferreira Ribeiro.

**BRASÍLIA  
2017**

**VERA LÚCIA PONTES**

**DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE NO ESTADO DO  
TOCANTINS: uma análise da tragédia dos comuns como resultado  
dos aspectos da gestão hídrica e deficiências normativas.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Doutor Gustavo Ferreira Ribeiro.

**Banca Examinadora**

**Professor Doutor Gustavo Ferreira Ribeiro  
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)**

**Professora Doutora Márcia Dieguez Leuzinger  
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)**

**Professor Doutor Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira  
Membro externo**

Dedico este trabalho a minha saudosa vovó Delicia que deixou um legado de princípios valiosos para seguir em meus propósitos. Embora mulher pouco letrada, inspirou-me com a sua postura de compreensão acerca da importância da educação. Tenho tentado cumprir com a sua ressalva: “o aprendizado que você conquista deve ser compartilhado com outras pessoas, guardá-lo para si não tem sentido”.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao autor da vida, DEUS.

Aos meus pais João e Ana, pelo amor e dedicação de sempre.

À minha sogra Mery Melhem, pelo auxílio com os netos pré-adolescentes.

Ao meu orientador, o professor doutor Gustavo Ferreira Ribeiro, pelo direcionamento no tema proposto e ensinamentos irreparáveis.

Aos colegas da turma do Mestrado em Direito, pelo compartilhar da serenidade em momentos de angústias e incertezas.

A todos que contribuíram com o Mestrado Interinstitucional CEULP/ULBRA e UniCEUB, na pessoa de Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira.

Aos meus amigos, representados na pessoa de Janaína Mendes de Sousa e Silva, que me incentivou desde o momento da seleção no programa.

Aos meus filhos, Murilo e Marcelo, fontes de amor e inspiração para todos os aspectos da minha vida. Obrigada pelo estímulo na caminhada do Mestrado e por vezes, com manifestações em sólido grau de maturidade, levaram-me a compreender o desenvolvimento deste trabalho como forma de contribuir com gerações futuras.

Ao meu amado Hanna Melhem Netto, pela contribuição e entusiasmo demonstrados no decorrer do Mestrado. Sem você a jornada não seria completa.

*“Sansão estava com muita sede e clamou ao Senhor: “Deste pela mão de teu servo esta grande vitória. Morrerei eu agora de sede para cair nas mãos dos incircuncisos?”*

*Deus então abriu a rocha que há em Leí, e dela saiu água. Sansão bebeu, suas forças voltaram, e ele recobrou o ânimo. Por esse motivo essa fonte foi chamada Em-Hacoré. E ainda lá está, em Leí.”*

## RESUMO

A água é um recurso natural de indiscutível necessidade para a sobrevivência humana. Apresenta-se como bem comum, de caráter limitado quanto à quantidade e qualidade, com demanda para prover uma multiplicidade de usos. A Política Nacional de Recursos Hídricos, enquanto marco regulatório para a gestão hídrica consolidou instrumentos importantes para o gerenciamento dos recursos hídricos. Entre eles, as declarações de uso insignificante que, apesar do nome, podem levar ao esgotamento do bem de acordo com a denominada tragédia dos comuns, marco teórico deste trabalho. Nesse contexto, analisam-se as Declarações de Uso Insignificante emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), sob os aspectos dos pontos críticos da gestão hídrica e das normativas estaduais acerca do assunto. A pesquisa foi realizada a partir de seleção documental, de bibliografias sobre o assunto e análise de dados constantes no *site* do Naturatins. Foram levantados dados referentes às Declarações de Uso Insignificante, ativas para o período de janeiro de 2014 a abril de 2017, no qual se constatou a existência de 541 emissões. Os resultados da pesquisa verificam os pontos críticos da gestão hídrica tocaninense: ausência de planos de bacias; carência de implementações dos comitês de bacias; omissão na implementação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos; e a supressão da obrigação de identificação de corpos hídricos em plano de bacia já aprovado. Acrescenta-se aos pontos críticos a deficiência normativa que impõe limite generalizado da vazão de referência de outorga na bacia ou no trecho, sem considerar dados seguros quanto à demanda e à disponibilidade o que sugere a incidência da Tragédia dos Comuns.

**Palavras-Chave:** Política de Gestão dos Recursos Hídricos. Direito Ambiental. Declarações de Uso Insignificante. Tragédia dos Comuns.

## ABSTRACT

Water is a natural resource of unquestionable necessity for a human survival. It is presented as a common good, limited in quantity and quality, with demands to provide a multiplicity of uses. The National Policy on Water Resources as a regulatory framework for water management has consolidated important instruments for the management of water resources. Among them, the Declarations of Insignificant Use that, despite the name, can lead to the exhaustion of the good according to the so-called tragedy of the commons, the theoretical framework of this work. In this context, it is analyzed the Declarations of Insignificant Use issued by Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), under the critical management points and normative information about the subject. The research was done from documentary selection, bibliographies about the subject and analysis of data contained in the website of the Naturatins. Data regarding the insignificant active use declarations for the period from January 2014 to April 2017 were collected, in which 541 declarations were found. The results of the research verify the critical points of the Tocantins' water management: absence of basin plans; Lack of implementation of basin committees; Omission in the implementation of the Single Information System on Water Resources and a suppression of the obligation of identification of water bodies in an already approved basin plan. It adds to the critical points the normative deficiency that imposes generalized limits of reference in the water basin, without considering reliable data on demand and availability, which suggests an incidence of the Tragedy of the Commons.

**Keywords:** Water Resources Management Policy. Environmental Law. Negligent Use Statements. Tragedy of the Commons.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo hidrológico. ....	24
Figura 2 – Municípios com impactos relevantes para os recursos hídricos. ....	33
Figura 3 – Bacias Hidrográficas da França. ....	54
Figura 4 – Divisão Hidrográfica Nacional. ....	60
Figura 5 – Representação dos Comitês Hidrográficos no Estado do Tocantins.....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da água doce na Terra. ....	23
Gráfico 2 – Distribuição da água doce na superfície mundial. ....	30
Gráfico 3 – Demanda hídrica, por tipo de uso, no estado do Tocantins. ....	32
Gráfico 4 – Percentual de inserção dos municípios na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. ....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disponibilidade <i>per capita</i> de água em 1990 e em 2025 em alguns países.....	26
Quadro 2 – Concentração de recursos hídricos x densidade demográfica no Brasil. ....	30
Quadro 3 – Representação do Sistema Hidrográfico do Araguaia.....	61
Quadro 4 – Representação do Sistema Hidrográfico do Tocantins.....	62
Quadro 5 – Instituição dos CBHs no estado do Tocantins. ....	76
Quadro 6 – A Tragédia dos Comuns – Garret Hardin. ....	81
Quadro 7 – Implementações hídricas no estado do Tocantins.....	90
Quadro 8 – Quantidade de DUI emitida pelo Naturatins, entre os anos de 2014 e abril de 2017.....	95
Quadro 9 – Densidade Demográfica nos cinco maiores municípios tocantinenses. .	96
Quadro 10 – Dados Comparativos: Densidade Demográfica x DUI.....	97

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA	Agência Nacional de Águas
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CNARH	Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPPETEC	Fundação Coordenadores de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
DUI	Declaração de Uso Insignificante
FACTO	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONU	Organização das Nações Unidas
PERH-TO	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos do Tocantins
SEMARH-TO	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UN-WATER	Entidade Interagências das Nações Unidas para Questões Relacionadas à Água

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – A ÁGUA COMO RECURSO HÍDRICO: DEMANDA, PERCEPÇÃO DO BEM DE USO COMUM E AS VERTENTES DA OUTORGA .....</b>	<b>22</b>
1.1 A demanda da água como recurso hídrico.....	22
1.2 Apontamentos da água como bem de uso comum do povo.....	34
1.3 A regulamentação do uso dos recursos hídricos e a (des)obrigação da outorga.....	44
<b>CAPÍTULO II – MARCO REGULATÓRIO E A GESTÃO POR MEIO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>
2.1 Bacias hidrográficas como unidade de gestão e planejamento .....	52
2.1.1 O sistema hidrográfico do estado do Tocantins .....	61
2.2. Comitês de bacias hidrográficas: o parlamento das águas .....	68
2.3. Tragédia dos comuns: uma possível consequência do uso indiscriminado do recurso hídrico no estado do Tocantins .....	78
<b>CAPÍTULO III – DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE: UM DIAGNÓSTICO PARA CORREÇÃO NORMATIVA E AVANÇOS NA GESTÃO HÍDRICA. ....</b>	<b>85</b>
3.1 Aspectos críticos da gestão hídrica tocantinense que cooperam para a incidência da Tragédia dos Comuns.....	85
3.1.1 Ausência de planos de bacias .....	86
3.1.2 Carência de implementação dos comitês de bacias .....	88
3.1.3 Omissão na implementação do sistema estadual de informações sobre os recursos hídricos .....	91
3.1.4 Supressão da obrigação de identificação de corpos hídricos em plano de bacia já aprovado .....	92
3.2 Estudo das Declarações de Uso Insignificante – DUIs emitidas pelo Naturatins .....	93
3.3 Ponderações acerca da incidência da Tragédia dos Comuns em decorrência das regulamentações das DUIs no estado do Tocantins.....	100

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>108</b>
ANEXO A – REQUERIMENTO GERAL COM CÓDIGO 101 .....	109
ANEXO B – CONSULTA DAS DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE .....	110

## INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar os aspectos da gestão hídrica e a regulamentação para as emissões das Declarações de Uso Insignificante (DUIs) no estado do Tocantins observando a possibilidade de incidência da teoria da Tragédia dos Comuns.

A água é um recurso natural essencial para a sobrevivência humana. Desde os primórdios da sociedade existe a interligação humana com o uso da água. Todavia, sabe-se que a água não é um recurso infinito. A quantidade de água doce no mundo apresenta-se estável desde o início da humanidade, no entanto, a sua disponibilidade e a qualidade dependem de diversos fatores. Assim, é possível que exista água disponível para determinada comunidade em certas épocas do ano e em outras, como nas estiagens, o recurso torna-se escasso.

A escassez da água relacionada às situações naturais não é a única vertente a ser analisada pelos estudiosos do assunto. O avanço da sociedade em diversos setores (hidroelétricas, agricultura, pecuária, indústria e outros) passou a exigir maior controle do uso do recurso natural. Há de se observar ainda que o aumento populacional também é objeto de estudo, pois possibilita o aumento da demanda hídrica.

O regular acesso à água é fator que contribui não só com a sobrevivência humana, em termos fisiológicos, mas também com o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Pinto-Coelho e Havens (2016, p. 23)<sup>1</sup> afirmam que

A água desempenha um papel muito mais importante na vida econômica de um país do que o de representar apenas uma matéria-prima ou insumo essencial. Inicialmente, é preciso reconhecer que a água é essencial à manutenção da vida e do bem-estar dos indivíduos que fazem a economia funcionar. Em segundo lugar, a água é um insumo vital para a agricultura e, consequentemente, garante a segurança alimentar da civilização humana. Em terceiro lugar, a abundância ou escassez da água representa quase que diretamente o mesmo para a produção de energia. Sem água, não há produção de energia. Isso não é válido apenas para a hidroeletricidade. As termoeletricas e mesmo as usinas termonucleares não funcionam sem água em abundância.

---

<sup>1</sup> PINTO-COELHO, Ricardo Mota; HAVENS, Karl. Gestão de Recursos Hídricos em Tempos de Crise. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 23.

A expressiva importância do recurso hídrico impõe o comprometimento de todos os setores da sociedade, seja público ou privado, para o controle dos diversos tipos de uso da água. Necessária se faz também a existência de uma base legal com estruturas sólidas e definidas.

Observa-se que no Brasil, antes da instituição do Código de Águas, em 1934, pelo Decreto nº 24.643, de 17 de julho de 1934, tinha-se a legislação posta pelo Código Civil Brasileiro, de 1916, que tratava de normativas destinadas ao regime dominial e ao uso das águas, cujos fundamentos consideravam basicamente o direito de vizinhança, e o uso das águas como bem privado e com valor econômico delimitado.

Todavia, foi o referido Decreto que “significou uma profunda alteração nos dispositivos legais do Código Civil Brasileiro, que se destinavam à regulamentação do regime dominial e de uso das águas no Brasil”<sup>2</sup>.

Demonstrando nova visão econômica da água, o Código de Águas trouxe uma caracterização da dotação econômica sob o aspecto de estimação para a coletividade, e, portanto, de interesse do Estado. Ademais, considera-se que o Decreto nº 24.643, de 1934, foi o primeiro a disciplinar, mesmo que em caráter geral, o aproveitamento industrial da água, especialmente quanto à exploração da energia hidráulica. O Decreto surgiu “no momento em que o Brasil passou da fase eminentemente agrícola para dar início à fase industrial e, portanto, necessitando regulamentar os serviços públicos de força e luz”<sup>3</sup>. Dessa forma, à época em que foi instituído conseguiu atender às demandas da industrialização, bem como as de um país em urbanização e com significativas transformações sociais, políticas e econômicas.

O Decreto nº 24.643, de 1934, foi expedido sob o fundamento de que as normativas anteriores ao ano de 1934 sobre as águas encontravam-se obsoletas, pelo que o objetivo estava em munir o País com uma legislação adequada capaz de permitir ao Poder Público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas.

---

<sup>2</sup> ANTUNES, Paulo Bessa, Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2015, p. 1155.

<sup>3</sup> MENDES DE ALMEIDA, João Theodoro Júnior. A Regulação da Água: O Papel da Agência Nacional de Águas. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012, p. 69.



O Código de Águas demonstrou ser instrumento de grande abrangência para os assuntos hídricos, tratando de diversos assuntos: águas públicas, águas comuns, águas particulares, águas subterrâneas, águas pluviais, águas nocivas, quedas d'água, aproveitamento de águas, alvéolo e margens, nascentes, acessão, desapropriação, navegação, derivação, desobstrução, servidão legal de aqueduto, energia hidráulica, concessões e autorizações.

Compreende-se que a gestão dos recursos hídricos no Código de Águas não precedia de cuidados com a qualidade, mas delimitava-se numa gestão de sua quantidade a qual se vinculava, em regra, às concessões para o setor hidroelétrico. Os cuidados com a poluição do meio ambiente e consequentemente das águas tiveram evidência na década de 70 fazendo surgir para os Estados mais industrializados (como São Paulo e Rio de Janeiro) a necessidade de legislar sobre o controle da poluição, tendo essas legislações amplitude para toda a extensão de seus territórios, sem limites estabelecidos pelos seus domínios.

Posteriormente ao Código de Águas, foi outorgada a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cujo órgão superior é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) responsável, nos termos do artigo 8º, inciso VII, pelo estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vista ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos<sup>4</sup>.

Todavia, importante legislação de proteção à água adveio com a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu, finalmente, a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal e criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei Federal nº 9.433, de 1997, conhecida como a “Lei das Águas”, não revogou o Código de Águas, o qual permanece com aplicabilidade em parte de seus artigos. No entanto, altera alguns princípios, que serão abordados ao longo deste estudo, constantes em seus fundamentos e consolida-os com caráter de contemporaneidade. É relevante destacar que a Lei Federal nº 9.433, de 1997,

---

<sup>4</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 923-924.

trouxe instrumentos de apoio à gestão hídrica e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A mencionada Lei Federal adota as bacias hidrográficas como unidade de gestão, em que se permitem tratar os problemas e os conflitos numa perspectiva territorial. Ademais, cada bacia hidrográfica possui as suas particularidades naturais e de influências externas, as quais devem ser consideradas pelo Poder Público nas tomadas de decisão.

O estado do Tocantins reconhece a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, conforme dispõe o inciso IV do artigo 2º da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002. Partindo-se desse dispositivo legal, entende-se que a gestão hídrica deve ser conduzida considerando-se as particularidades de cada bacia.

A hidrografia tocaninense divide-se em dois sistemas. O Sistema Hidrográfico do Araguaia com 16 bacias e o Sistema Hidrográfico do Tocantins com 14 bacias. Dentre o total de 30 bacias tocaninenses apenas 6 possuem os seus planos. Além da deficiência na elaboração e aprovação dos planos, verifica-se que existem apenas 5 Comitês de Bacias implementados. Acrescentam-se, para a gestão hídrica tocaninense, a ausência na implementação do sistema estadual de informações sobre os recursos hídricos e a supressão da obrigação de identificação de corpos hídricos em plano de bacia já aprovado.

Os pontos acima abordados são considerados de caráter crítico, pois, além de vulnerar a gestão hídrica em diversos aspectos, provocam influências quanto à confiabilidade de dados e apreciação das análises com relação às características específicas das bacias hidrográficas. Os pontos críticos da gestão hídrica alcançam as emissões das DULs autorizadas pelo Instituto Natureza do Tocantins.

As DULs, além de sofrerem os reflexos advindos dos pontos críticos da gestão hídrica, possuem como regulamentação o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, que apresenta limitação generalizada como requisito para a emissão do ato. A limitação generalizada trazida pelo Decreto, conforme será apresentado no estudo, desconsidera as características específicas de cada bacia.

O contexto dos pontos críticos da gestão acrescentados à disposição da normativa generalizada para a emissão da DUI sugere um estudo voltado para análise da possibilidade de incidência da teoria da Tragédia dos Comuns, que, no presente trabalho é apresentada como o uso indisciplinado do recurso natural (bem comum) sem o controle eficiente por parte do Poder Público.

Dessa forma, surge a problemática: Os aspectos da gestão hídrica e as deficiências normativas para a emissão das DUIs no estado do Tocantins possibilitam a incidência da Tragédia dos Comuns?

Para responder à problemática, foi proposto o objetivo geral de compreender o gerenciamento hídrico tocantinense e as disposições normativas referentes às emissões das DUIs pelo Instituto Natureza do Tocantins.

Além disso, como objetivos específicos, buscam-se: conhecer a demanda da água enquanto recurso hídrico; abordar os aspectos legais, regulamentares e de domínio da água; verificar as bacias hidrográficas enquanto unidade de gestão e planejamento; identificar a importância dos instrumentos e sistema de gestão dispostos pela Política Nacional de Recursos Hídricos; explorar a teoria da Tragédia dos Comuns no contexto da gestão hídrica tocantinense; analisar dados, informações, documentos e regulamentações acerca das DUIs emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa com a verificação de dados disponibilizados no *site* do Instituto Natureza do Tocantins acerca das DUIs, com intuito de comprovar a existência de demandas hídricas com incidência pontual. Além dos dados dispostos no *site* foram utilizados como instrumentos de coleta: pesquisas bibliográficas e documentais.

No primeiro capítulo, *“A Água como Recurso Hídrico: Demanda, Percepção do Bem de Uso Comum e as Vertentes da Outorga”*, buscamos inserir o leitor no contexto da água enquanto recurso hídrico, caracterizada como bem de uso comum do povo. Aborda-se a necessidade de regulamentação e limitação do uso pelo Poder Público. Colocamos em evidência os elementos que identificam a (des) obrigatoriedade da outorga para o uso dos recursos hídricos. Os apontamentos abrem espaço para que o leitor compreenda, num primeiro momento, que a

disponibilidade e a demanda hídrica são questões relevantes para o contexto regionalizado do estudo, mas que se inserem num ambiente ainda maior, nacional e mundial. Demonstra-se um diagnóstico voltado para a possibilidade de escassez hídrica, e identifica-se a multiplicidade de usos da água (abastecimento humano, agricultura, pecuária, produção industrial entre outros).

No segundo capítulo, *“Marco Regulatório e a Gestão Por Meio das Bacias Hidrográficas”*, traçam-se as consignações da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com destaque para os seus fundamentos e diretrizes. A Lei em análise é a principal legislação de proteção aos recursos hídricos. O trabalho coloca em evidência a definição da bacia hidrográfica como unidade de gestão e de planejamento, a qual estabelece uma análise territorial dos recursos hídricos voltada para as características específicas de cada bacia. Ênfase foi atribuída à atuação dos Comitês das Bacias como órgão colegiado, os quais funcionam na deliberação e regulamentação das situações postas para a região, bem como para os conflitos identificados. Demonstrou-se, também, que pelos Comitês das Bacias, as deliberações acontecem de forma mais democratizada e transparente. Os dados e informações confirmam que, das 30 bacias hidrográficas do estado do Tocantins, apenas 5 possuem os respectivos Comitês. Ante as colocações observadas pela atuação da gestão por meio de bacias hidrográficas e ausência de implementações dos Comitês das Bacias, o capítulo trouxe à baila a perspectiva de aplicação da teoria da Tragédia dos Comuns. Considerou que a água enquanto bem comum, quando utilizada segundo os interesses particulares de seus diversos usuários, sem o emprego de normativas eficientes e controle pelo poder público, possui como consequência o referido desfecho.

O terceiro capítulo, *“Declarações de Uso Insignificante: Um Diagnóstico para Correção Normativa e Avanços na Gestão Hídrica”*, identifica os aspectos críticos da gestão hídrica tocantinense com notas para a ausência de planos de bacias; carência de implementação dos Comitês de Bacias; omissão na implementação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos; e supressão da obrigação de identificação de corpos. Os pontos identificados refletem negativamente na eficiência da gestão hídrica e no controle e segurança dos dados utilizados para a emissão das DUIs.

O estudo mostra resultados encontrados pela pesquisa acerca das DUIs emitidas pelo Instituto Natureza do Tocantins. Foi identificado que a demanda hídrica para as DUIs possui incidência pontual no município de Palmas e nos demais municípios estudados uma menor variação.

O parâmetro de limitação para as emissões das DUIs, estabelecido pela normativa estadual, é o somatório dos usos individuais, no trecho ou na bacia hidrográfica, até 25% da vazão de referência para outorga, conforme dispõe o artigo 14 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005.

Confirmamos, por meio da pesquisa, que existem incidências pontuais de demanda hídrica, as quais devem ser consideradas numa disposição normativa que autoriza emissão de DUI até determinado limite. Ou seja, se considerarmos uma bacia com características de baixa disponibilidade hídrica e alta demanda, o limite de 25% da vazão no somatório final, pode representar desequilíbrio para os usos hídricos. Diferente do que acontece quando existe disponibilidade alta e pouca incidência da demanda.

Dessa forma, a limitação generalizada desconsidera as características naturais e possíveis conflitos nas bacias hidrográficas. Uma autorização legal para que se alcance o limite de 25% da vazão deve considerar dados hídricos em análise conjunta com disponibilidade e demanda, seja com referência à quantidade ou à qualidade da água.

Pergunta-se, então, por que a normativa estadual permitiu a somatória generalizada do uso insignificante até o limite de 25% em todas as 30 bacias hidrográficas? Por que não a limitação num patamar de 15% ou 20% da vazão? Há estudos demonstrando que esse limite é o ideal?

A Tragédia dos Comuns é uma ocorrência possível para os recursos hídricos no estado do Tocantins, tendo o presente trabalho evidenciado que os pontos críticos da gestão acarretam deficiências nos dados e na capacidade de negociar os conflitos pelo uso em cada bacia hidrográfica. Ademais, esses pontos interferem nas estimativas para a emissão das DUIs, que se encontram amparadas por normativa de limitação generalizada. Trata-se de uma sequência de eventos que fazem com

que o Poder Público atue com deficiência no controle dos usos hídricos, possibilitando a Tragédia dos Comuns.

A pesquisa justifica-se pela sua relevância, pois se fundamenta em dados indicativos de pontos críticos que podem contribuir com a gestão hídrica tocantinense, bem como com relação à regulamentação para a emissão das DUIs.

## **CAPÍTULO I – A ÁGUA COMO RECURSO HÍDRICO: DEMANDA, PERCEPÇÃO DO BEM DE USO COMUM E AS VERTENTES DA OUTORGA**

Neste capítulo, a pesquisa irá percorrer o caminho da compreensão da água enquanto recurso hídrico, com destaque para a demanda mundial, bem como no Brasil e no estado do Tocantins. Posteriormente, apresentar-se-ão apontamentos que evidenciam a água como bem de uso comum do povo, mas com necessidade de regulamentação e limitação. Por fim, procede-se, com elementos identificadores, à (des) obrigatoriedade da outorga para o uso dos recursos hídricos.

### **1.1 A demanda da água como recurso hídrico**

Compreende-se que nem toda a água constante na Terra é considerada como recurso hídrico, pois do seu uso e utilidade não desponta viabilidade econômica. Nesse entendimento, tem-se que a água do mar, atualmente, não é tida como recurso hídrico (pode ser que venha a ter essa consideração no futuro), isso porque na contemporaneidade a sua alta salinidade rejeita a sua utilização economicamente<sup>5</sup>.

A água – reconhecida como bem econômico – consta no importante documento designado “Os Princípios de Dublin”, com origem pela Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente, em Dublin, Irlanda, no ano de 1992. Dessa forma, dispõe o quarto dos princípios: “A água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico”<sup>6</sup>.

Assim, no que se refere aos recursos hídricos, partimos do pressuposto de que a abordagem temática da matéria não é limitada às questões meramente das ciências hidrográficas, jurídicas e ambientais, tendo a toda evidência um caráter interdisciplinar com acometimentos da ciência econômica, pelo que se entende que o estudo das DULs, no estado do Tocantins, conjugado com a teoria da Tragédia dos Comuns proporcionarão expressivas contribuições para a gestão hídrica.

---

<sup>5</sup> FARIAS, Paulo José Leite. Água: bem jurídico econômico ou ecológico? Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 341.

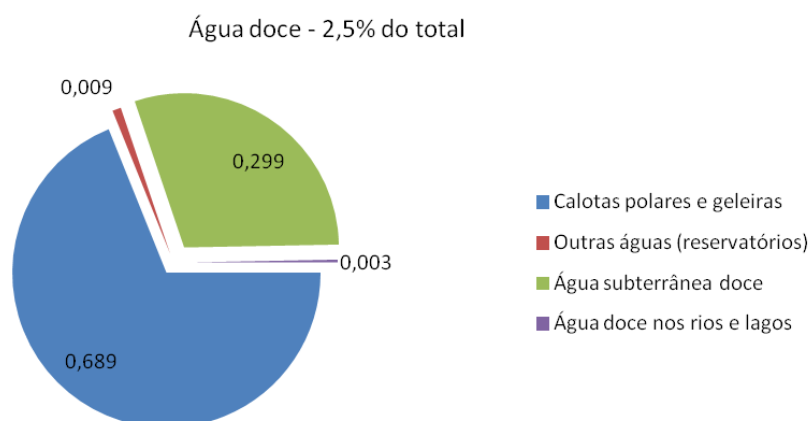
<sup>6</sup> UNITED NATIONS. The Dublin statement on water and sustainable development. In: International Conference on Water and the Environment, 1992, Dublin. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/h2o-dub.htm>>. Acesso em 4 jul. 2016.

O estudo apresenta análise de forma a entender a demanda da água enquanto recurso hídrico, com destaque para a necessidade de gestão eficiente, regulamentações que considerem os diversos tipos de usuários, a disponibilidade posta pela natureza, demanda e a variação climática (períodos de secas e estiagens).

Logo, a demanda do recurso hídrico a ser verificada neste trabalho desponta considerações acerca do acesso, quantidade de água captada, qualidade e multiplicidade de usos. Evidencia-se para este item da dissertação uma abordagem geral, com demonstrações de dados e informações acerca da demanda hídrica mundial, nacional e no estado do Tocantins.

A água doce mundial corresponde a 2,5% do total de água existente, e desta aproximados 68,9% estão aglomerados na criosfera<sup>7</sup>, ou seja, nas calotas polares e geleiras. O Gráfico 1 mostra a distribuição da água doce na Terra.

**Gráfico 1** – Distribuição da água doce na Terra.



**Fonte:** Adaptado de Shiklomanov (1998, p. 4).

Conforme se observa, existe uma baixa porcentagem da água doce na Terra e, desta percentualidade, parte significativa está aglomerada na criosfera, o que dificulta seu uso direto. A densidade populacional no mundo apresenta crescimento<sup>8</sup>,

<sup>7</sup> O termo criosfera é originário do grego *kryos*, que significa frio ou gelado (glacial), entendido como as superfícies terrestres cobertas constantemente por neve e gelo, bem como o solo que contém gelo. Pode ser percebido como os polos do Planeta e as geleiras.

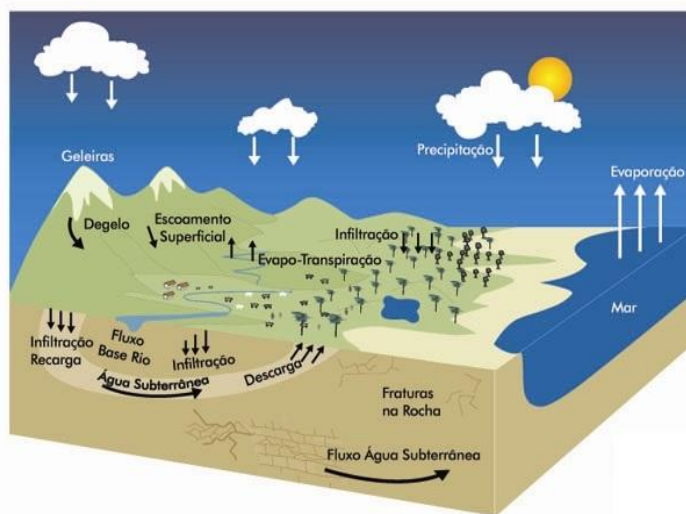
<sup>8</sup> Segundo dados publicados no *site* das Nações Unidas no Brasil (ONUBR), a população mundial era estimada em cerca de 2,6 bilhões de pessoas em 1950. No ano de 1987, a população mundial atingiu cerca de 5 bilhões de pessoas. Em 2009, alcançou aproximadamente 7 bilhões de pessoas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/>>. Acesso em 25 de fev. 2016.



derivando da percepção de que a demanda por água aumenta continuamente em sua multiplicidade de uso (humano, animal, industrial, agropecuário, hidroeelétrico, lazer, pesca, entre outros). É a tradução chamejante de que a água doce mundial é um bem natural renovável<sup>9</sup>, todavia passível de escassez.

A escassez da água doce é argumentada considerando a sua íntima ligação com o ciclo hidrológico, no qual se observa que a água não permanece inerte, sendo distribuída por meio de um fenômeno no qual as águas dos mares, oceanos, rios e lagos se evaporam, formam nuvens e regressam à superfície da terra sob a forma de chuva, neblina e neve; após esse processo, a água segue drenada para rios e pouco a pouco faz o percurso novamente até os mares e oceanos. A Figura 1 demonstra ilustrativamente as peculiaridades do ciclo hidrológico e seus processos fundamentais.

**Figura 1** – Ciclo hidrológico.



**Fonte:** <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/aguas-subterraneas/ciclo-hidrologico>.

Disso tem-se que, embora possa existir equilíbrio da água doce por meio do ciclo hidrológico, esta pode não ser encontrada exatamente onde precisamos do líquido e na forma em que a desejamos; a escassez se torna notória. Ademais, também é necessário considerar a possibilidade de interferências no ciclo

<sup>9</sup> Segundo Paulo José Leite Farias, “a água doce é renovável, pelo menos no sentido de que o ciclo hidrológico evapora a água dos oceanos e devolve grande parte dessa água para a terra. Esta água, de forma cíclica, acaba por fazer o caminho de volta para os oceanos, por meio dos rios, cursos d’água, dos lagos e aquíferos subterrâneos”. (FARIAS, Paulo José Leite. Água: bem jurídico econômico ou ecológico? Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 342).

hidrológico decorrentes de atividades humanas, à guisa de exemplo, o uso excessivo das águas subterrâneas.

Além da situação acima exposta, cumpre evidenciar que pode haver perdas decorrentes da contaminação e da poluição que inviabilizam a utilização/reutilização da água. Assim, a escassez decorre não exatamente da quantidade de água doce existente no globo terrestre<sup>10</sup>, mas, sobretudo, quanto à sua qualidade<sup>11</sup> para a utilização humana. Dessa forma, a água será um grande desafio a vencer, “menos por seu volume e mais por sua distribuição irregular na face da Terra, acrescida de seu desperdício, poluição e degradação de mananciais e reservatórios naturais”<sup>12</sup>.

A reflexão sobre a disponibilidade de recursos hídricos para o consumo humano<sup>13</sup> alcança discussões mundiais, em especial nas nações que na atualidade já enfrentam conflito pelo acesso à água doce, como é o caso do Oriente Médio (Israel, Palestina, Síria, Jordânia, Egito, Turquia e Iraque), África e parte da Ásia. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que até 2025 cerca de 20% da população do globo terrestre enfrentará problemas com os recursos hídricos. O que permite ressaltar: “quando as pessoas não têm acesso à água potável no lar, ou à água enquanto recurso produtivo, suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade”<sup>14</sup>. Existe a necessidade de gerir com eficiência os conflitos pelos usos da água. O Quadro 1 demonstra a

<sup>10</sup> Segundo dados apresentados por Villiers (2002, p. 54), a quantidade de 1.386 milhões de km<sup>3</sup> de água na Terra, conserva-se com a quantidade aproximada durante os últimos 500 milhões de anos. (VILLIERS, Marq de. *Água*. Tradução de José Kocerginsky. São Paulo: Ediouro, 2002).

<sup>11</sup> Segundo a Portaria nº 149, de 26 de março de 2015, que define a Lista de Termos para o Thesaurus de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, a qualidade da água tem como nota de definição: “adequação ao uso definida por meio de propriedades físicas, químicas e biológicas, sendo essas propriedades e os respectivos níveis função do uso a que a água se destina”. Disponível em: <[http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150406034300\\_Portaria\\_149-2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150406034300_Portaria_149-2015.pdf)>. Acesso em 4 jul. 2016.

<sup>12</sup> BERBERT, Carlos Oiti. “O Desafio das Águas” in *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: Desafios Teóricos e Políticos - Institucionais*, vol. II, organizado por Rodrigo Constante Martins e Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. São Carlos: RiMa, 2003, p. 81.

<sup>13</sup> “No tocante às *reservas de água potável* do Planeta, a ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), vem alertando há anos que os mananciais estão secando rapidamente, devido à conjunção desfavorável de vários fatores: aumento populacional, aquecimento da terra, utilização desmedida de mananciais e outros. Atualmente, segundo PNUMA, mais de 80 países, representando 40% da população mundial, sofrem com a falta de água potável. Nesse ritmo no qual se degrada o meio ambiente mundialmente, o problema da escassez d’água deve se agravar muito nos próximos 50 anos”. Segundo menciona: POLIDO, Walter. *Seguros para riscos ambientais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 74.

<sup>14</sup> Jacobi, Pedro Roberto; Empinotti, Vanessa Lucena; Schmidt, Luisa. Editorial Escassez Hídrica e Direitos Humanos. *Revista Ambiente & Sociedade*, v.19, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCeditorialV1912016>>. Acesso em 7 jul. 2016.

disponibilidade comparativa *per capita* de alguns países para os anos de 1990 e 2025.

**Quadro 1** – Disponibilidade *per capita* de água em 1990 e em 2025 em alguns países.

Países	Disponibilidade <i>per capita</i> de água em 1990 (m <sup>3</sup> por pessoa por ano)	Disponibilidade <i>per capita</i> de água projetada para 2025 (m <sup>3</sup> por pessoa por ano)
<b>África</b>		
Argélia	750	380
Burundi	660	280
Cabo Verde	500	220
Comoros	2040	790
Djibuti	750	270
Egito	1070	620
Etiópia	2360	980
Quênia	590	190
Lesoto	2220	930
Líbia	160	60
Marrocos	1200	680
Nigéria	2660	1000
Ruanda	880	350
Somália	1510	610
África do Sul	1420	790
Tanzânia	2780	900
Tunísia	530	330
<b>América do Norte e América Central</b>		
Barbados	170	170
Haiti	1690	960
<b>América do Sul</b>		
Peru	1790	980
<b>Ásia/Médio Leste</b>		
Chipre	1290	1000
Irã	2080	960
Israel	470	310
Jordânia	260	80
Kuait	<10	<10
Líbano	1600	960
Omã	1330	470
Qatar	50	20
Arábia Saudita	160	50
Singapura	220	190
Emirados Árabes	190	110
Lêmem	240	80
<b>Europa</b>		
Malta	80	80

**Fonte:** Gleick (1998), *apud* Tundisi (2003, p. 199).

A disponibilidade *per capita* demonstrada no Quadro 1 apresenta queda expressiva para a maioria dos países mencionados, sendo gritante a projeção para a Líbia, que, em 2025, poderá chegar ao ínfimo 60m<sup>3</sup> por pessoa/ano, e para a Arábia Saudita, que poderá chegar a 50m<sup>3</sup> por pessoa/ano. Situação mais grave ainda para o Qatar, com projeção de 20m<sup>3</sup> por pessoa/ano.

Para o agravamento da situação, no sistema internacional de gestão dos recursos hídricos, a distribuição de água como pressão política torna-se uma variável de consideração, pois os países que detêm as nascentes dos rios possuem vantagens sobre os que seguem a jusante; além de os países detentores das nascentes utilizarem os recursos hídricos como lhes convém, passam a regular o fornecimento para os países dependentes. É o que acontece com a Turquia e seus vizinhos<sup>15</sup> e com a Espanha e Portugal, onde parte de seus rios principais dependem do vizinho para o recebimento da água<sup>16</sup>.

Na atualidade, existem 200 bacias internacionais com conflitos gerados pelos usos múltiplos de água, que acabam por acarretar efeitos no volume de águas (enchentes), perdas econômicas em função da poluição, eutrofização<sup>17</sup> e uso excessivo de água.

A Organização das Nações Unidas, para a Educação, à Ciência e à Cultura (UNESCO) alerta, no Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016<sup>18</sup>, que graves danos à economia podem ser provocados pela gestão insustentável dos recursos hídricos, com capacidade de inverter significativamente “os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento”. E ainda, assegura:

A redução da disponibilidade de água irá intensificar ainda mais a disputa pela água por seus usuários, incluindo a agricultura, a manutenção de

<sup>15</sup> Para melhor compreensão da turbulência que envolve o uso compartilhado da água entre a Turquia e seus vizinhos, pode-se citar a Bacia Tigre-Eufrates, onde a Turquia desenvolve o Greater Anatolia Project (GAP), que envolve a construção de 22 represas e 19 instalações de hidroelétrica, abrangendo cerca de 10% do território turco, com poder de reduzir o suprimento de água à Síria em 40% e ao Iraque em 90%.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Wagner Costa. “Água Doce: Conflitos e Segurança Ambiental” in *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: Desafios Teóricos e Políticos – Institucionais*, vol.II, organizado por Rodrigo Constante Martins e Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. São Carlos: RiMa, 2003, p. 75.

<sup>17</sup> A eutrofização pode ser definida como “processo de enriquecimento por nutrientes de um corpo d’água, seja por processo natural ou induzido pelo homem”. Entre os diversos problemas relativos à qualidade de água tem-se a eutrofização. Variados fatores influenciam a eutrofização, entre os quais podem-se citar: concentrações de fósforo, nitrogênio, velocidade da água, vazão, turbidez, temperatura entre outros. (LAMPARELLI, M. C. Grau de trofia em corpos d’água do estado de São Paulo: avaliação dos métodos de monitoramento. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:

<[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/.../TeseLamparelli2004.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/.../TeseLamparelli2004.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>18</sup> UNESCO. Água e Emprego. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/002440/002440por.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2016.

ecossistemas, assentamentos humanos, a indústria e a produção de energia. Isso afetará os recursos hídricos regionais, a segurança energética e alimentar, e potencialmente a segurança geopolítica, provocando migrações em várias escalas. Os potenciais impactos nas atividades econômicas e no mercado de trabalho são reais e possivelmente graves. Muitos países em desenvolvimento estão localizados em pontos críticos de tensões relacionadas à água, particularmente na África, na Ásia, na América Latina e no Oriente Médio (UNESCO, 2016).

O relatório acima mencionado demonstra um alerta mundial acerca de suas considerações. Nesse contexto, outro dado disposto pelo Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016 é o aumento da captação de água doce comparativa entre os países em desenvolvimento e os altamente desenvolvidos. Observa-se dele que a crescente demanda mundial acerca da captação da água doce dos países em desenvolvimento aumenta em média 1% ao ano, desde 1980, sendo que a captação de água doce nos países altamente desenvolvidos encontra-se estabilizada ou diminuindo levemente.

A respeito da demanda, faz-se necessário trazer à baila, como exemplo, o aumento da demanda hídrica na década de 60, que provocou a redução em volume do Mar de Aral<sup>19</sup>, criando um novo deserto na Ásia Central.

O uso irracional e descontrolado da água também tem como exemplo os fazendeiros do Central Valley, Califórnia, onde a principal fonte de água para a irrigação agrícola, por volta de 1930, eram as reservas subterrâneas. A água presente nos lençóis freáticos da região foi esgotada, secando o solo de tal maneira que erosões e tempestades de areia desvaneceram, durante 10 anos, partes do país. A consequência foi a desconfiguração da natureza típica do ambiente físico, com a criação de um espaço improdutivo que obrigou famílias inteiras a migrarem para cidades e até mesmo para outras regiões<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> O Mar de Aral é tido como o quarto maior lago de água salgada do mundo, com uma área de mais de 60.000km<sup>2</sup>, na atualidade apresenta uma redução de 75% de sua área e 90% de seu volume. Isso porque o Mar de Aral recebia entre 50 e 60km<sup>3</sup> de água por ano dos rios que o alimentavam, o Amurdarya e o Syrdarya; na atualidade recebe apenas de 2 a 5km<sup>3</sup> de água por ano. A redução catastrófica decorreu da decisão de o governo local desviar o curso dos rios que mantinham o nível do mar para irrigar a agricultura de frutas, legumes, arroz e especialmente do algodão. Dados extraídos de ARROYO BOVEA, Marina. Impacto ambiental de la desecación del Mar de Aral. Laturbe: Revista euromediterránea de ciencias de la ciudad, del territorio y del medio ambiente nº 12. Valencia, 2015. Disponível em: <[http://www.laturbe.info/art/12\\_2015\\_ARROYO.pdf](http://www.laturbe.info/art/12_2015_ARROYO.pdf)>. Acesso em 4 jul. 2016.

<sup>20</sup> FLORES, Rafael Kruter. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Assim, quando existe a retirada de águas superficiais ou subterrâneas para a irrigação, bem como para uso industrial ou abastecimento público, em quantidade que excede a precipitação e a recarga, acarreta-se certo desequilíbrio no ciclo hidrológico que provoca a escassez<sup>21</sup>.

Além do aumento da captação de água doce comparativa, é importante mencionar o exemplo brasileiro no trajeto da água tratada para as redes de distribuição das cidades que possuem índice de perda total variável de 40% a 60%, enquanto nos países desenvolvidos essa perda é em torno de 5% a 15% do total<sup>22</sup>.

No panorama mundial, observa-se destaque ao Brasil quanto à significativa descarga de água doce de seus rios, contabilizando números expressivos acerca da produção hídrica, 177.900m<sup>3</sup>/s, onde mais de 73.100m<sup>3</sup>/s advêm da Amazônia internacional, o que corresponde a 53% da produção de água doce do continente Sul Americano (334.000m<sup>3</sup>/s), representando 12% do total mundial (1.488.000m<sup>3</sup>/s)<sup>23</sup>.

Nesse sentido, o Brasil é considerado um país rico em água potável<sup>24</sup>, pois, da quantidade mundial de 2,5%, tem-se que 12% da água doce estão por aqui. A aparente abundância hídrica brasileira é uma consideração realizada dentro da proporcionalidade mundial. Compete ressaltar que se o recurso natural não for corretamente gerido poderá adentrar as balizes da escassez. O Gráfico 2 demonstra a distribuição de água doce na superfície mundial com destaque à porcentagem de 12% localizada no Brasil.

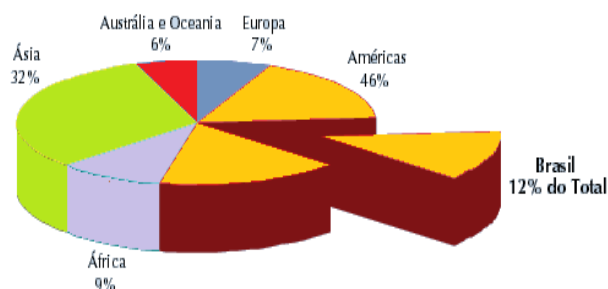
<sup>21</sup> TUNDISI, José Galizia. Água no Século XXI: Enfrentamento e Escassez. São Paulo: RiMa, IIE. 2003, p. 54.

<sup>22</sup> REBOUÇAS, Aldo de C. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.13, 2003, p. 342. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd17/abundabras.pdf>>. Acesso em 7 jul. 2016.

<sup>23</sup> FARIAS, Paulo José Leite. Água: bem jurídico econômico ou ecológico? Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 344.

<sup>24</sup> A respeito dessa consideração, Cordeiro Netto assevera que “A água é um problema seríssimo no mundo todo. No Brasil, se tem a falsa sensação de que é um país muito rico em água, mas na verdade nós temos uma falsa riqueza, porque a abundância de água doce está situada na Amazônia, longe do grande centro produtor, consumidor e longe da grande concentração da população brasileira. (CORDEIRO NETTO, Oscar Cordeiro. A abundância de água o Brasil é uma ilusão. Folha do Meio Ambiente Cultura Viva, Brasília, v. 12, n. 124, p. 29, mar. 2002).

**Gráfico 2** – Distribuição da água doce na superfície mundial.



**Fonte:** Adaptado da Unesco.

Segundo dados divulgados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a porcentagem de água doce existente no Brasil tem distribuição naturalmente desigual no território brasileiro, sendo: 68,5% na região Norte; 3,3% na região Nordeste; 15,7% na região Centro Oeste; 6% na região Sudeste; e 6,5% na região Sul. O Quadro 2 apresenta a concentração dos recursos hídricos no País, com aferição vinculada à densidade demográfica entre as regiões.

**Quadro 2** – Concentração de recursos hídricos x densidade demográfica no Brasil.

REGIÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km <sup>2</sup> )	CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO PAÍS
Norte	4,12	68,5%
Nordeste	34,15	3,3%
Centro-Oeste	8,75	15,7%
Sudeste	86,92	6%
Sul	48,58	6,5%

**Fonte:** Adaptado de IBGE (2010).

Conforme o Quadro 2, a distribuição do recurso hídrico no território nacional apresenta um quadro de desigualdade, com agravamento quando comparado com a densidade demográfica de habitantes por km<sup>2</sup>. Na região Norte, onde existe a maior disponibilidade do recurso, localiza-se o menor índice de densidade demográfica, 4,12%. O contrário acontece na região Sudeste, que possui a maior densidade demográfica e com índice de concentração do recurso de apenas 6%.

Dessa forma, nota-se que a região Norte está com abundante recurso hídrico, todavia não impede que em épocas de estiagem a escassez atinja a região. A desigualdade na distribuição do recurso hídrico também afeta o estado de São Paulo

que conta com apenas 1,6% do total da água doce do País<sup>25</sup>. Como se observa, o recurso hídrico encontrado no estado de São Paulo é quantitativamente inquietante, ainda mais quando consideramos que a Região Metropolitana Paulista – segundo o Censo 2010<sup>26</sup> – possui uma população estimada de aproximados 20 milhões de pessoas.

No estado do Tocantins, a estimativa populacional é de 1.532.902 habitantes (IBGE, 2016)<sup>27</sup>. A demanda hídrica, segundo dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins (PERH-TO)<sup>28</sup>, tem o uso consuntivo<sup>29</sup> da água dividido basicamente em: abastecimento de água, indústria, pecuária, agricultura e mineração.

A demanda que considera a multiplicidade de uso da água no estado do Tocantins não é equitativa entre os usos diversos, tendo a sua maior incidência na irrigação, em percentual isolado e correspondente a 78,4% do total. O segundo lugar em porcentagem é para o uso da pecuária, com 12,9%. Os usos urbano e rural são consideravelmente ínfimos em relação à irrigação, sendo a urbana no percentual de 6,0%, e a rural no percentual de 0,7%.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do TO expõe a quantificação proporcional da demanda, por tipo de uso, no estado do Tocantins, conforme a representação gráfica a seguir:

---

<sup>25</sup> SABESP: Sustentabilidade: Programa de Uso Racional de Água Doce, 2007, p. 5. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4064747-Sustentabilidade-programa-de-uso-racional-da-agua-pura.html>>. Acesso em 15 fev. 2016.

<sup>26</sup> CENSO: Sinopse do Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse\\_tab\\_rm\\_zip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_rm_zip.shtm)>. Acesso em 15 fev. 2017.

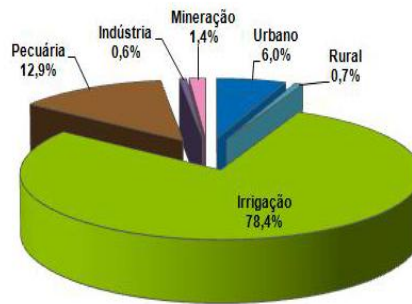
<sup>27</sup> IBGE. 2017. Censo Demográfico dos Estados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>>. Acesso em 15 fev. 2017.

<sup>28</sup> O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins (PERH-TO) teve início no ano de 2008 e possui a última revisão registrada em agosto de 2011. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/126808/>>. Acesso em 25 fev. 2017.

<sup>29</sup> Define-se o uso consuntivo como aquele que extrai a água natural de sua fonte, diminuindo a sua disponibilidade, seja quanto à quantidade, à localidade e à temporariedade.



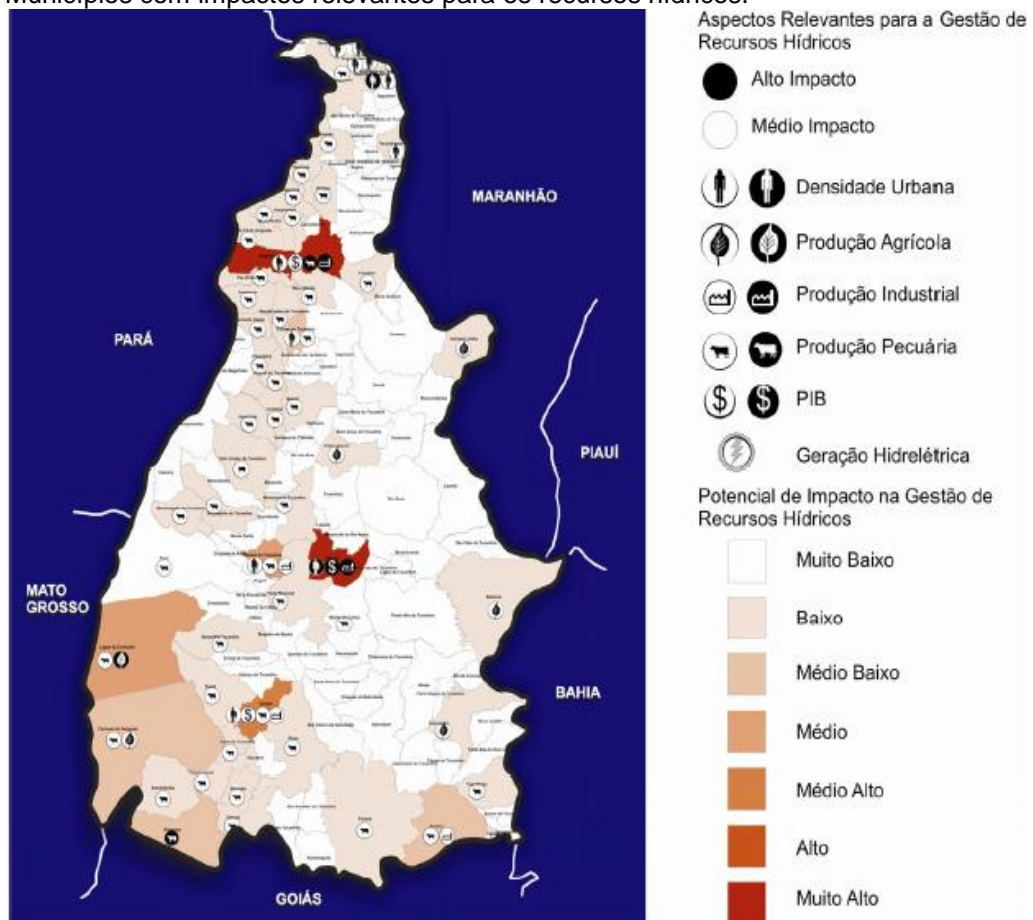
**Gráfico 3** – Demanda hídrica, por tipo de uso, no estado do Tocantins.



**Fonte:** PERH-TO (2011).

Ressalta-se que o diagnóstico realizado pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos do TO permitiu a organização de dados informativos com características relevantes para os usos múltiplos da água no estado do Tocantins. A partir de elementos do potencial de demanda por abastecimento humano, agricultura, pecuária, produção industrial e intensidade da atividade econômica, quantificaram os subsídios e distinguiram os municípios com potencial de impacto para os recursos hídricos, conforme segue a figura 2.

**Figura 2** – Municípios com impactos relevantes para os recursos hídricos.



**Fonte:** PERH-TO (2011).

A figura 2 demonstra a potencialidade dos municípios tocantinenses no impacto para a gestão dos recursos hídricos. O potencial muito alto localiza-se nos municípios de: (a) Araguaína, com alto impacto decorrente da pecuária e indústria; médio impacto decorrente da densidade urbana e PIB; (b) Palmas, com alto impacto decorrente da densidade urbana, PIB e indústria. O potencial alto localiza-se no município de Gurupi, com médio impacto decorrente da densidade urbana, PIB, pecuária e indústria. O potencial médio alto localiza-se nos municípios de: (a) Lagoa da Confusão, com alto impacto decorrente da agricultura; médio impacto decorrente da pecuária; (b) Paraíso do Tocantins, com médio impacto decorrente da densidade urbana, pecuária e indústria. Os demais municípios tocantinenses ficam potencializados entre médio, médio baixo, baixo e muito baixo.

Nesse caso, pode-se supor que, verificados importantes dados acerca dos impactos para a gestão dos recursos hídricos no estado do Tocantins, devem estes ser considerados pelos órgãos responsáveis, quando das expedições de

autorizações/outorgas e regulamentações relacionadas ao uso dos recursos hídricos.

Depois de apresentados dados acerca da demanda – quantidade e qualidade da água – mundialmente, no Brasil e no estado do Tocantins, as temáticas da escassez e da potencialidade de impacto para os recursos hídricos, passa-se a ponderar no próximo item o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Especificamente, ter-se-ão os recursos hídricos como bem de uso comum do povo e a sua consolidação como de domínio público, por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos.

## **1.2 Apontamentos da água como bem de uso comum do povo**

A água doce é essencial para a sobrevivência do Homem; todavia, a sua destinação não é reservada exclusivamente para a finalidade humana. Existe uma multiplicidade de usos da água (humano, animal, industrial, agropecuário, hidroelétrico, lazer, pesca, entre outros) que, diante da demanda e da ineficiência de gestão, podem levar não só a um estado de escassez, mas também ao desequilíbrio do meio ambiente.

No que se refere ao desequilíbrio do meio ambiente, é importante ressaltar que “toda e qualquer atividade que possa vir a comprometer a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser devidamente avaliada pelo Poder Público, com o propósito de afastar ou minorar os riscos que dela possam decorrer”<sup>30</sup>.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo<sup>31</sup> tem preeminência na Constituição Federal, de 1988, no *caput* do artigo 225, que assim refere:

“Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de

---

<sup>30</sup> Leite, José Rubens Morato. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 67.

<sup>31</sup> Entende-se que o meio ambiente ecologicamente equilibrado não é patrimônio do Poder Público ou dos particulares. Cuida-se de um bem de uso comum do povo (direito público subjetivo), em que o Poder Público passa a figurar não como proprietário de bens ambientais – das águas e da fauna –, mas como gestor ou gerente, que administra bens que não são dele e, por isso, deve explicar convincentemente sua gestão. (Silva, Anderson Furlan Freire da; Fracalossi, Willian. Elementos de direito ambiental: noções básicas, jurisprudência e questões de concursos públicos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011, p. 14).

vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Como se observa, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo, é dever não só do poder público, mas também de toda a coletividade.

Constitucionalmente, nos termos do artigo 225, verifica-se que o bem ambiental é de toda a coletividade, com características de ser: “incorpóreo, indivisível, indisponível, insuscetível de apropriação exclusiva, intergeracional e supraindividual, cujos danos são de difícil ou impossível reparação”<sup>32</sup>.

O bem ambiental é definido, pelo autor Leite (2015), como incorpóreo, porque não é passível de comedimento de valor; indivisível por ser globalizado e parte do todo; indisponível diante da sua destinação a toda a coletividade, ausentando-se de privativas apropriações; intergeracional, porquanto destinado à geração contemporânea e às futuras; e, por fim, supraindividual, por não pertencer a um indivíduo especificadamente, mas ao conjunto de pessoas.

A água é elemento natural integrante do meio ambiente, portanto, é bem de uso comum do povo. Para Marinela (2016), os bens de uso comum do povo são uma das subdivisões do bem público (bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais) e referem-se àqueles bens cuja coletividade pode utilizar. A aquisição da destinação pública pode decorrer da natureza do bem ou da disposição legal, citando como exemplo as ruas, praças, mares, praias, rios e outros. E assevera: “esses bens, apesar de estarem destinados à coletividade para o uso indistinto e sem discriminação, poderão ter sua utilização regulamentada pelo Poder Público, que poderá até impedi-la, desde que represente a tutela do interesse público”<sup>33</sup>.

Em que pese o entendimento acerca da afirmativa de que a água é bem de uso comum, existem algumas posições doutrinárias que devem ser ponderadas quanto à sua definição como bem público.

---

<sup>32</sup> Leite, José Rubens Morato. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 41.

<sup>33</sup> Marinela, Fernanda. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 862.

Para as concepções do direito administrativo, como é para Neto (2014)<sup>34</sup>, definições de águas públicas (de uso comum e dominicais) e também de águas particulares advêm da disposição contida no Código de Águas:

São águas públicas de uso comum aquelas que se caracterizam pela serventia pública, que se dá pela navegabilidade, pela fluviabilidade, pela captação pública e pela açudagem. Incluem-se, nesta categoria, o mar territorial, as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis, as fontes e reservatórios públicos, as nascentes consideráveis e outras águas, fluentes ou em depósito, que atendam de maneira perene a finalidades públicas (arts. 2º e 3º do Código de Águas). São águas públicas dominicais aquelas que, embora do domínio público hídrico, não apresentam qualquer serventia pública, geralmente águas situadas em fundos dominicais, do patrimônio inafetado da União, dos Estados e, neste caso, também dos Municípios. As águas particulares são as nascentes e todas as demais situadas em propriedades privadas, desde que não classificadas entre as públicas ou as comuns (Código de Águas, art. 8.º).

Na percepção do direito ambiental, Milaré (2014) entende que, por força da Constituição Federal, todas as águas são públicas, abolindo a caracterização de águas comuns ou particulares.

Não obstante as classificações mencionadas neste trabalho, ainda se permite classificar o uso de bem comum do povo como sendo ordinário ou extraordinário. Será ordinário quando utilizado na destinação habitual do bem, considerando seus limites quantitativos e qualitativos. O uso extraordinário compreenderá maior amplitude na utilização, fora dos padrões normais de destinação do bem<sup>35</sup>. Logo, observa-se que o uso geral não é indiscriminado, necessita de normas que o regulamente e limite.

De acordo com esse contexto, a água como elemento natural do meio ambiente evidencia um interesse de aspecto transindividual, indo além de interesses particulares. Corroborando com as disposições para as águas e para o meio ambiente advindas da Constituição Federal, de 1988, a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e regulamentou o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, estabelecendo nitidamente a consolidação da água como sendo de domínio público<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Neto, Diogo de Figueiredo Moreira. Curso de Direito Administrativo: Parte Introdutória, Parte Geral e Parte Especial. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 398.

<sup>35</sup> Aragão, Alexandre Santos de. *apud* Marcelo Caetano. Curso de direito administrativo. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 504.

<sup>36</sup> No sentido genérico, entende-se que “o domínio público abrange não só os bens das pessoas jurídicas de direito público interno como também os demais bens que, por sua utilidade coletiva,

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, foi estabelecida com maior maturidade quanto às questões hídricas no Brasil, originando-se após disposições para as águas e para o meio ambiente na Constituição Federal, de 1988, e estabeleceu como fundamentos os seguintes dispositivos: (a) a água é um bem de domínio público; (b) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; (c) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; (d) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; (e) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Como se observa, nos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos existe corroboração com os termos dispostos na Constituição Federal, de 1988, nos quais as águas do território nacional são consideradas públicas. Ao mencionar nos fundamentos a água como recurso natural limitado, assume-se explicitamente o caráter de vulnerabilidade e restrição. Dessa maneira, existe a necessidade de garantir os interesses da coletividade, não consentindo com o uso e o aproveitamento dos recursos hídricos desvinculados do que interessa ao coletivo.

Os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, constantes do artigo 2º, incisos I e II (assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vista ao desenvolvimento sustentável), atrelam-se ao desenvolvimento sustentável, que atende ao ditame da Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 225, *caput*, quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e com uma sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

As diretrizes gerais de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, dispostas no artigo 3º, estão ligadas aos fundamentos e aos objetivos, referindo-se à gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação

---

merecem a proteção do Poder Público, tais como as águas, as jazidas, as florestas, a fauna, o espaço aéreo e os importantes para o patrimônio histórico e artístico nacional. Observando tal sentido, verificam-se os bens que são de interesse da sociedade, e, por isso, o Estado deve protegê-los e regulamentar o seu uso". (Marinela, Fernanda. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 855).

dos aspectos de quantidade e qualidade; adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo; e integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Imprescindível observar que, até a década de 70, a gestão dos recursos hídricos não precedia de cuidados com a qualidade, mas limitava-se à gestão de sua quantidade a qual se vinculava, em regra, às concessões para o setor hidroelétrico. Dessa forma, quando a Política Nacional de Recursos Hídricos institui como uma das diretrizes a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade, nota-se a contemporaneidade da gestão hídrica definida pela Lei Federal nº 9.433, de 1997, com abrangência das necessárias e urgentes questões afetas à qualidade das águas.

A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental como uma das diretrizes gerais de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos possui destaque significativo, pois se percebe que cientificamente os recursos hídricos encontram-se entrelaçados com outros recursos naturais, tendo a legislação ambiental procurado dispor em variadas legislações acerca desse entrelaçamento.

A importância da quantidade e qualidade dos recursos hídricos para um meio ambiente equilibrado decorre, também, da implantação de planejamentos que norteiem a disponibilidade, a demanda, as características físicas, os usuários, entre outros. Os planejamentos acontecem por meio dos Planos de Recursos Hídricos.

Os Planos de Recursos Hídricos, conforme disposto no art. 6º da Lei Federal nº 9.433, de 1997, são planos que visam fundamentar, orientar a implementação e gerenciar esses recursos. São planos de longo prazo, elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País. A exemplo, pode-se citar o estado do Tocantins que elaborou o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos em 2008, com registro de última revisão em 2011. O Plano teve como premissa “desenvolver e modernizar a gestão dos recursos hídricos de modo a estabelecer condições

objetivas para sanar conflitos relacionados à qualidade e quantidade de água, bem como a prevenção de eventos críticos, a conservação e o aproveitamento racional das disponibilidades hídricas”.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins é o marco da implantação da gestão dos recursos hídricos no Estado; todavia, encontra-se sem revisão desde 2011. Manter o Plano Estadual atualizado torna-se necessário, pois o planejamento, acompanhamento dos programas e projetos das águas sob o domínio do estado do Tocantins possuem metas e precisam de uma análise periódica na identificação do uso eficiente dos recursos hídricos e o legítimo alcance do planejamento e da gestão.

A competência para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos decorre da disposição constitucional acerca do domínio das águas. Portanto, nesse momento torna-se importante entender como incide o domínio legal das águas.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece quanto ao domínio hídrico: (a) da União: os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais (artigo 20, inciso III); as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; o mar territorial; os potenciais de energia hidráulica (incisos IV, V, VI e VIII do artigo 20); e (b) dos Estados: estão entre os bens de domínio dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros; as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União (artigo 26, incisos I, II e III).

Observa-se que a Constituição Federal, de 1988, ao mencionar que as águas são de domínio da União, dos Estados e, por extensão e analogia, do Distrito Federal, revela que as águas são públicas. Logo, nos termos utilizados pela



Constituição, pelo menos em tese, deixam de existir as águas comuns, as municipais e as particulares, previstas no Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934)<sup>37</sup>.

O inciso I do artigo 26 merece destaque quanto ao acréscimo do domínio hídrico aos Estados Federados, pois se tinha nas constituições anteriores uma indefinição quanto às águas subterrâneas<sup>38</sup>. Outrossim, é importante evidenciar que quando o mesmo inciso traz a ressalva, *na forma da lei, as decorrentes de obras da União*, não significa que as ressalvadas passam a pertencer à União, mas tão somente que necessitam de lei específica para a definição do domínio<sup>39</sup>.

Justificada com o risco da escassez dos recursos hídricos foi alvitrada, em março de 2005, a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000. Objetivava-se à época a modificação da redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas a favor da União. Todavia, a proposta foi rejeitada por comissão em decisão não terminativa e arquivada em 30/8/2010.

Quando da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA) publicou, em 23 de março de 2010, o documento intitulado “PEC 43/2000 – Proposta de Mudança da Dominialidade das Águas Subterrâneas: Posicionamento da Agência Nacional de Águas”. O documento adotou a posição de que, quanto ao risco de escassez, a simples mudança da titularidade, conforme previsto na proposta, pouco traria em termos de contribuição.

O posicionamento da ANA se firmou no sentido de que as eventuais necessidades de integração podem ser supridas por meio de modificações nas

---

<sup>37</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Aspectos Jurídicos da Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. abr./jun. 1994, pág. 60. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/46293/47312>>. Acesso em 8 jul. 2016.

<sup>38</sup> Com relação às águas subterrâneas tem-se a seguinte advertência: “As águas subterrâneas, também abundantes no território nacional e muito menos conhecidas do que as águas superficiais passam a ser estratégias. Discutir a proteção dos aquíferos é discutir a segurança hídrica do país, uma vez que as águas subterrâneas possuem um enorme potencial para garantir o abastecimento hídrico de qualidade e em quantidades adequadas para o uso humano. Esse recurso pode e deve ser utilizado, mas não de uma forma desordenada e sem controle, comprometendo esses mananciais para as presentes e futuras gerações”. (GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito de Águas. São Paulo: Editora Atlas, 2014, p. 101).

<sup>39</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Direito de Águas no Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010, p. 58.

normativas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) ou mesmo com alterações na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Evidenciou-se, ainda, que a experiência extraída pela ANA na gestão integrada dos recursos hídricos deixa evidente que alteração na dominialidade não provoca uma gestão mais eficiente, fato este que acontece por meio de aplicação de textos legais já existentes e com o efetivo exercício da gestão.

Uma inovação limitadora da atuação da União acerca da exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão e permissão, para os serviços e instalações de energia elétrica e aproveitamento energético dos cursos de água, adveio com a necessidade de articulação com os Estados Federados onde se situam os potenciais hidroenergéticos, nos termos do artigo 21, inciso XII, alínea “b”. Apesar da inovação quanto à necessidade de articulação com os entes federados, “será considerado bem da União o potencial de energia hidráulica, mesmo que esteja localizado em um rio cujo curso d’água seja restrito ao território estadual”<sup>40</sup>.

A distribuição de competências para legislar e gerir os recursos hídricos no Brasil decorre do Princípio Federativo. Dessa maneira, inicia-se com as distribuições constantes na Constituição Federal, estendendo-se ao disposto em lei federal, estadual, municipal ou distrital, com alcance também por meio das normativas administrativas dos internos órgãos públicos.

O federalismo no Brasil se abaliza como um sistema político capaz de descentralizar a organização do exercício do Poder Político, distribuindo-o parceladamente entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, que, em conjunto, formam a República Federativa do Brasil (Constituição Federal, art.1º). Acerca da distribuição do poder por meio do federalismo, mencionamos o entendimento de Celso Ribeiro Bastos, no seguinte sentido:

“A federação é a forma de Estado pela qual se objetiva distribuir o poder, preservando a autonomia dos entes políticos que a compõem. No entanto, nem sempre se alcança uma racional distribuição do poder. O acerto da Constituição, quando dispõe sobre a federação, estará diretamente vinculado a uma racional divisão de competência entre, no caso brasileiro, União, Estados e Municípios; tal divisão para alcançar logro poderia ter como regra principal, a seguinte: nada será exercido por um poder mais

---

<sup>40</sup> SILVA, Romeu Faria Thomé da. Manual de Direito Ambiental. Bahia: Editora JusPodivm, 2016, p. 461.

amplo quando puder ser exercido pelo poder local, afinal os cidadãos moram nos municípios e não na União”<sup>41</sup>.

A descentralização política é a característica fundamental do regime federativo. Significa que, além do poder central, outros círculos de poder são conferidos a suas repartições. No Brasil, há três círculos de poder, todos dotados de autonomia, o que permite às entidades componentes a escolha de seus próprios dirigentes. Compõem a Federação Brasileira a União Federal, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal (art. 18 da Constituição Federal)<sup>42</sup>. Nesse contexto, tornou-se fundamental a existência da repartição das competências.

A competência sobre águas, atribuída pela Constituição Federal, de 1988, de acordo com a doutrina, divide-se em competência legislativa e administrativa (ou material). A primeira se refere à outorga de poderes, atribuída aos entes federados para a elaboração de leis e atos normativos; a segunda, à própria atuação daqueles, por meio do poder de polícia<sup>43</sup>.

Para a competência legislativa sobre águas, tem-se que a União legisla privativamente, podendo os Estados serem autorizados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas, desde que autorizados mediante lei complementar (artigo 22, inciso IV, parágrafo único). Nesse sentido:

“Internamente, às unidades federadas cabe cuidar da política, dos planos e programas e do sistema relativo à administração de seus recursos hídricos, condicionados às respectivas normas constitucionais. A vedação para que os Estados legislem sobre águas sem prévia autorização, por lei complementar federal, não significa que estes estejam impedidos de regular, administrativamente, o uso e a proteção dos recursos hídricos do seu domínio, sejam superficiais ou subterrâneos. O que se lhes proíbe é criar o direito sobre águas, mas não a edição de normas administrativas sobre a matéria, ainda que em forma de lei. Desde que respeitem a legislação federal, têm eles o poder-dever de agir, independentemente de qualquer autorização, sob pena de se revelarem omissos”<sup>44</sup>.

Dessa forma, a vedação de legislar dos Estados limita-se especificamente nas questões relativas à criação de direitos sobre águas, sendo esta uma função atribuída à União. Aos Estados são plenamente permitidas as edições de normas

<sup>41</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. Dicionário de Direito Constitucional. Verbete “Federação”. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 72.

<sup>42</sup> FILHO, Carvalho José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 28ª edição. Atlas, 2015, p. 6.

<sup>43</sup> SILVA, Romeu Faria Thomé da. Manual de Direito Ambiental. Bahia: Editora JusPodivm, 2016, p. 463.

<sup>44</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Recursos Hídricos na Constituição de 1988. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: FGV/Renovar, 1991, pag. 24. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44633/47630>>. Acesso em 10 jul. 2016.

administrativas. Exemplo comum quanto ao exercício legislativo que cria direitos sobre águas é o Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

A competência administrativa, por sua vez, pode ser dividida doutrinariamente em exclusiva e comum. A competência administrativa exclusiva, em regra, é atribuída à União por se tratar de interesse geral da nação, e quanto à questão hídrica encontra-se disposta no artigo 21, inciso XIX, que certifica ser da União a competência de instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso. A competência administrativa comum, diferentemente da competência administrativa exclusiva, é atribuída à União e a todos os entes federados, pois o seu intuito é tratar de questões relacionadas ao desempenho de diversas atividades e serviços, com atributos políticos, administrativo, econômico e social<sup>45</sup>; quanto à questão hídrica encontra-se disposta no artigo 23, inciso XI, que aloca competência à União e aos entes para registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisas e explorações de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

Quanto à competência dos entes para o acompanhamento e fiscalização das explorações dos recursos hídricos, pode-se mencionar como exemplo a Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos no estado do Tocantins e o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, que regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos no estado do Tocantins. Ambas as legislações estaduais serão objeto de análise neste trabalho.

Dessa forma, a disposição do estudo abordou a água como bem de uso comum do povo, com apontamentos referentes ao seu domínio e as suas competências legislativa e administrativa, bem como quanto às balisses da Política Nacional de Recursos Hídricos do Tocantins e o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins. O que representa o marco da implantação da gestão dos recursos hídricos no estado do Tocantins. Na sequência, será realizada a aproximação da legislação estadual que versa sobre os usos com obrigatoriedade

---

<sup>45</sup> ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competência na Constituição de 1998. São Paulo: Atlas, 1991, p. 90.

de outorga, e em especial aqueles que são objeto deste estudo, os usos insignificantes, que independem de outorga.

### **1.3 A regulamentação do uso dos recursos hídricos e a (des)obrigação da outorga**

Conforme mencionado anteriormente, a água é considerada um bem público de uso comum do povo. No entanto, observa-se que, mesmo que em regra, qualquer pessoa possa fazer uso desse bem natural, ao poder público é atribuída à competência para regulamentar o uso, podendo impor algumas limitações.

De fato, a regulamentação do uso dos recursos hídricos pelo ente competente pode definir o uso e atribuir a obrigatoriedade de outorga, que se dá por intermédio de autorizações, ou até mesmo, como exemplo, pela DUI.

A outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos pode ser entendida como “instrumento pelo qual o órgão governamental confere a terceiros determinada disponibilidade hídrica, para fins determinados, por certo intervalo de tempo”<sup>46</sup>. O instrumento de outorga constante na Lei Federal nº 9.433, de 1997, tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

São necessárias outorgas para os seguintes usos das águas: derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados, ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água<sup>47</sup>.

Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; as derivações,

---

<sup>46</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014, p. 935.

<sup>47</sup> Art.12, incisos I a V, da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

captações e lançamentos considerados insignificantes; e as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes<sup>48</sup>. No entanto, Milaré (2014) afirma que “as definições e os limites dessas isenções serão estabelecidos nos Planos de Bacia Hidrográfica, e não em regulamento”<sup>49</sup>.

A outorga para uso dos recursos hídricos deve ser solicitada ao ente federado titular do domínio (União, Estados ou Distrito Federal), sendo que a outorga do direito de uso de domínio da União é de competência da ANA; a de domínio dos Estados ou do Distrito Federal, dos órgãos constantes nas suas leis.

A outorga, conforme os termos descritos no artigo 14, § 1º, da Lei Federal nº 9.433, de 1997, quando de domínio da União pode ter a competência delegada aos Estados e ao Distrito Federal.

Observa-se que quando se fala de outorga não existe conclusão de alienação das águas; todavia fica demonstrado o condão de retirar das águas consideradas de uso comum do povo uma parcela, objeto da outorga, priorizando-a ao outorgado<sup>50</sup>. O artigo 1º, § 2º, da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, manifesta que a outorga confere o direito de uso de recursos hídricos condicionado à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento, sujeitando o outorgado à suspensão da outorga<sup>51</sup>.

Dessa forma, a cobrança<sup>52</sup> é resultado do uso dos recursos hídricos, em decorrência da outorga concedida pelo Poder Público. Nesse ponto, torna-se importante esclarecer que o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos (cobrança pelo uso dos recursos hídricos) não corresponde à remuneração pelo serviço de fornecimento como ocorre nas questões afetas ao saneamento básico, mas com relação ao uso.

---

<sup>48</sup> Art. 12, parágrafo 1º, incisos I a III, da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

<sup>49</sup> MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014. p. 939.

<sup>50</sup> Art. 18, da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

<sup>51</sup> Acerca da suspensão da outorga o autor Pompeu afirma que: “a suspensão da outorga, que implica automaticamente o corte ou a redução dos usos outorgados, só pode ser efetivada se devidamente fundamentada em estudos técnicos que comprovem a necessidade do ato.” (POMPEU, Cid Tomanik. Direito de Águas no Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 222). Salientando-se que Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável (artigo 16, da Lei Federal nº 9.433/1997).

<sup>52</sup> Entende-se que a cobrança é instituída por lei.

Ligado a esse instrumento, compreende-se que a Constituição Federal, de 1988, no seu artigo 20, § 1º, assegurou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica no respectivo território ou a compensação financeira por essa exploração.

Os critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos estão estabelecidos na Resolução nº 48 CNRH, de 21 de março de 2005, os quais devem ser observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos competentes Comitês de Bacia Hidrográfica.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos objetiva: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Observado quanto ao instrumento da outorga para o uso dos recursos hídricos, tem-se que, para o presente trabalho, a abordagem é acerca das DULs emitidas pelo estado do Tocantins as quais independem de outorga pelo Poder Público.

A Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, dispõe quais são os usos considerados insignificantes e que independem de outorga:

“Art. 10. Independe de outorga: I - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural; II - as derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água considerados insignificantes”.

As propostas de acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes são atribuições dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado, submetidas à homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Dispõe a Lei estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002: Art. 32. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva, reconhecidos e qualificados por ato do chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e têm as seguintes atribuições: I – submeter à homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos: a) a constituição da respectiva Agência de Bacia Hidrográfica; b) a aprovação do Plano de Bacia Hidrográfica; b) o enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica, em classe de uso e conservação; c) os valores a serem cobrados e os critérios da

Para regulamentar o uso insignificante dos recursos hídricos, conforme disposto no artigo 10 da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, foi editado o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005.

O Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, será analisado nesse trabalho como o mais importante marco regulatório para a autorização do uso insignificante dos recursos hídricos no estado do Tocantins.

Nos termos do mencionado Decreto, a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de domínio do estado do Tocantins ou delegados pela União, é de competência do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS)<sup>54</sup>. Nesse mesmo sentido, segue também a competência para as emissões das DULs:

Art. 15. Para a obtenção da Declaração de Uso Insignificante será utilizado procedimento adotado pela Naturatins.

Parágrafo Único. A declaração será pública no Diário Oficial, e dela constará a identificação do usuário, a finalidade e a quantificação do uso<sup>55</sup>.

Conforme referido anteriormente, os usos considerados insignificantes independem de outorga; todavia, carecem da DUL cuja emissão é de competência do Naturatins.

O teor disposto no artigo 14 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, permite definir os usos considerados insignificantes, como “captações e derivações de águas superficiais e ou subterrâneas, que demandam até 1,0 litro por segundo ou 21,60m<sup>3</sup> por dia, desde que o somatório dos usos individuais, no trecho, ou na bacia hidrográfica, não exceda 25% da vazão de referência para outorga”.

Em relação ao quantitativo de derivações e de captações considerado insignificante, o Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, ressalta que estes poderão sofrer revisão pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, quando da solicitação pelos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, após a aprovação dos Planos de Bacias.

O controle, a fiscalização e a conciliação de conflitos gerados pelos usos insignificantes dos recursos hídricos no estado do Tocantins é atribuição legal do

---

respectiva cobrança de taxa pelo uso da água da bacia hidrográfica; d) as propostas de acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes”.

<sup>54</sup> O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) é uma autarquia criada pela Lei Estadual nº 858, de 26 de julho de 1996.

<sup>55</sup> Decreto Estadual nº 2432, de 6 de junho de 2005.



Naturatins, a qual os exerce, mediante cadastro dos usuários que captam os volumes<sup>56</sup>.

O procedimento administrativo no Naturatins, para requerer a DUI, não consta especificamente em uma normativa. Trata-se de orientação disposta no *site* da autarquia, na forma de *checklist*, onde se verifica ser necessário apresentar<sup>57</sup>: a) requerimento geral, com o código 101 (Anexo A); b) formulário de caracterização conforme o grupo; c) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); d) originais ou cópias autenticadas dos documentos pessoais, contrato social, cópia da escritura pública do imóvel e certidão de inteiro teor; e) declaração de cadastro do usuário no Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

O requerimento geral é endereçado ao presidente do Naturatins e possui campos destinados à identificação do requerente, da atividade, do responsável técnico e da conferência dos documentos apresentados.

A caracterização, conforme o grupo, possui 11 tipos de formulários correspondentes às seguintes atividades específicas: serviços, saneamento, obras civis não lineares, obras civis lineares, mineração, lazer e turismo, lançamento de efluente, irrigação, indústria, aquicultura e agropecuário.

Depois de autorizada a emissão da DUI, o Naturatins publica no Diário Oficial do Estado o extrato de declaração de uso insignificante constando a identificação do usuário, a finalidade e a quantificação do uso.

No entanto, após a leitura da definição normativa que limita a vazão de referência em 25% da outorga, torna-se importante registrar que a estipulação da porcentagem balizadora da emissão da DUI no estado do Tocantins é uma menção generalizada, que desconsidera a oferta hídrica e a demanda existente nos diferentes trechos ou bacias hidrográficas, bem como trata igualmente as captações de águas superficiais e subterrâneas.

Registre-se, a observação de que, a bacia hidrográfica com demanda alta sofrerá maiores impactos pela emissão de DUI se comparada com uma bacia

---

<sup>56</sup> Decreto Estadual nº 2432, de 6 de junho de 2005, art. 14, § 2º.

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://naturatins.to.gov.br/protocolo-e-servicos/gestao-das-guas/divisao-de-outorga/declaracao-de-uso-insignificante-dui/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

hidrográfica de demanda baixa. Ambas, independentemente da demanda de uso, as quais refletem sobre as suas águas, estão sob a limitação com descrição única de 25% da vazão de referência para a outorga.

Considerando a legislação estadual no sentido de que o somatório dos usos individuais, no trecho, ou na bacia hidrográfica, para a emissão das DULs limita-se a não exceder 25% da vazão de referência para a outorga, torna-se relevante trazer as disposições do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, quanto à outorga para a captação em águas superficiais, conforme assevera:

“Art. 6º A vazão de referência para outorga quando:

I - não houver barramento será calculada com base nas informações hidrológicas da bacia hidrográfica, para uma vazão de até 90% de permanência, com valores diários, enquanto não for aprovado pelo Plano de Bacia, ou este não apresentar definições sobre a vazão de referência para outorga;

II - houver barramento será calculada por meio de balanço hídrico do reservatório, com uma garantia de 90% de atendimento das demandas definidas mensalmente, enquanto não for aprovado o Plano de Bacia e este não apresentar definições de valores diferentes desta proposição.

Art. 7º Os somatórios das vazões a serem outorgadas deverão seguir os seguintes limites para captação:

I - a fio d'água, até 75% da vazão de referência do manancial;

II - para captação em reservatório de barragem de regularização, até 90% da vazão de referência do manancial.

§ 1º Nos casos de mananciais intermitentes, os limites poderão chegar a até 95% dos valores de referência, definidos para cada mês em que haja escoamento nos rios.

§ 2º Havendo barramento, a vazão de descarga mínima a ser mantida escoando para jusante, por descarga de fundo ou por qualquer outro dispositivo que não inclua bombas de recalque, será de 25% da vazão de referência para captação a fio d'água.

§ 3º Nenhum usuário, individualmente, receberá autorização acima de 25% da vazão de referência, de um dado manancial, quando a captação for a fio d'água.

Art. 8º Em casos especiais, não havendo o respectivo Plano de Bacia aprovado, poderão ser fixados valores diferentes de vazões de referência para outorga, mediante Portaria do NATURATINS, desde que solicitado pelo Comitê de Bacia e aprovado pelo CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS”.

Nota-se que a legislação estadual, ao limitar os aspectos técnicos da vazão, designa situações circunscritas na delimitação de cálculos da bacia (sem barramento) ou balanço hídrico do reservatório (com barramento), e nos Planos de Bacia, quando existentes.

Nesse aspecto, é imperioso evidenciar que o Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos ainda não foi implantado no estado do Tocantins, o que torna a outorga de uso da água, especialmente no que se refere à

quantificação do recurso hídrico objeto da análise técnica do Naturatins, passível de falhas.

Segundo informações, em 2014 foi firmado convênio entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH-TO) e a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FACTO), com o objetivo de desenvolver o Sistema de Informação, o qual trará subsídios de dados como “vazão dos rios, quantidade e qualidade das bacias hidrográficas, cadastros de usuários, dentre outros dados”<sup>58</sup>.

No que se refere à outorga para os usos de águas subterrâneas, o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, regulamenta da seguinte forma:

“Art. 9º A outorga do direito de uso de águas subterrâneas será emitida com base:

I - nos estudos hidrogeológicos;

II - nas informações sobre os poços, das quais deverão constar, dentre outras: a) perfis litológicos; b) análises de qualidade da água; c) teste de bombeamento.

§ 1º Quando houver definições sobre a capacidade de produção de água do aquífero subterrâneo aprovados nos Planos de Bacias e submetidos ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos os critérios básicos para emissão da outorga deverão ser revistos.

§ 2º Em se tratando de poços construídos anteriormente a este regulamento, serão exigidos o teste de bombeamento e o laudo de análise microbiológica e físico-química da água extraída.

Art. 10. A execução de obras para perfuração de poços destinados à extração de águas subterrâneas, somente poderá ser iniciada com a anuência prévia do NATURATINS, cujo prazo de validade não poderá ultrapassar 180 dias, podendo ser renovado, a critério deste órgão, por igual período.

Parágrafo único. A anuência citada no caput deste artigo não gera o direito de uso da água extraída.

Art. 11. Após a execução da obra mencionada de que trata o artigo anterior é requerida a respectiva outorga de direito de uso de recursos hídricos de acordo com os procedimentos definidos pela legislação.

Conforme se observa, o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, ao tratar da outorga para as águas subterrâneas, apresenta análise técnica diferenciada da constante para as águas superficiais, tendo como indicativo estudos hidrogeológicos e informações sobre os poços, não especificando limitações para a outorga. Afiança, ainda, que esses critérios deverão ser revistos quando houver definições sobre a capacidade de produção de água, aprovados nos planos de bacias e submetidos ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://semarh.to.gov.br/noticia/2014/6/9/governo-investe-em-sistema-de-informacao-para-gestao-de-recursos-hidricos/>>. Acesso em 15 abr. 2017.

No próximo capítulo, abordam-se explicações para a compreensão de como se dá a divisão das bacias hidrográficas do estado do Tocantins, com registro de alguns dados informativos, e como a limitação generalizada de 25% da vazão, para trecho ou bacia hidrográfica, com desconsideração da demanda pelo uso, pode conduzir ao problema da tragédia dos comuns. Revela-se, ainda, a ausência de implantação dos Comitês das Bacias Hidrográficas, em grande parte das bacias tocantinenses. Os aspectos dessa omissão instituída pela gestão hídrica no estado do Tocantins também serão analisados sob a perspectiva da Tragédia dos Comuns.

## **CAPÍTULO II – MARCO REGULATÓRIO E A GESTÃO POR MEIO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Para analisar gestão hídrica, é necessário conhecer as disposições da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída por meio da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Este marco regulatório trouxe consigo fundamentos e diretrizes para o controle da quantidade e qualidade da água, os quais são liames para a eficiência de uma gestão.

A pesquisa apresentará a definição da bacia hidrográfica como unidade de gestão e de planejamento. Expõe-se a atuação de um órgão colegiado, no caso o Comitê da Bacia, que funciona na deliberação e regulamentação das situações postas para a região, bem como para os conflitos identificados. Aborda-se, além disso, a importância da implementação dos Comitês de Bacias, demonstrando-se que a ausência dos colegiados inibe o desempenho dos instrumentos de controle dos recursos hídricos, evidenciando, assim, as deficiências da gestão hídrica e, conseqüentemente, a possível ocorrência da teoria da tragédia dos comuns.

### **2.1 Bacias hidrográficas como unidade de gestão e planejamento**

Conforme ressaltado no capítulo anterior, a definição disposta no Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, para o uso insignificante dos recursos hídricos no estado do Tocantins, limita as captações e derivações de águas superficiais e/ou subterrâneas, que demandam até 1,0 litro por segundo ou 21,60m<sup>3</sup> por dia, e generaliza a quantidade do somatório dos usos individuais, para o trecho ou bacia hidrográfica, em no máximo 25% da vazão de referência para outorga.

Para que o leitor compreenda que a emissão de DUI, nos termos dispostos pelo Decreto regulamentador pode conduzir o uso da água à problemática da Tragédia dos Comuns, faz-se necessário desenvolver o entendimento acerca de como se dá a divisão das bacias hidrográficas e sua gestão. Primeiramente, será abordada a definição de bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento e depois demonstradas as divisões no Brasil e no estado do Tocantins.

A Lei Federal nº 9.433, de 1997, apresentou nova gestão para os recursos hídricos, de forma integrada, com a implantação da bacia hidrográfica como unidade

de gestão e planejamento<sup>59</sup>. A referida legislação descarta a abordagem tradicional da gestão dos recursos hídricos, que, por muitos anos, adotou como meio de efetivação a forma compartimentada.

Essa concepção de bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento trazida pela Lei Federal nº 9.433, de 1997, está em consolidação há 20 anos no Brasil, e teve como embasamento para a sua adoção o sistema francês<sup>60</sup>.

A implementação da bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento na França se deu por conta do desenvolvimento econômico do pós-guerra francês que acarretou demandas localizadas de água, e em determinados casos apresentou significativa poluição dos rios. A busca pela qualidade da água e a adoção de uma política de recursos hídricos com equilíbrio e sustentabilidade tornou-se objetivo do país. Inserido nesse contexto, em 1964<sup>61</sup>, o governo francês dividiu suas águas em seis grandes bacias hidrográficas<sup>62</sup>, conforme demonstra ilustrativamente a figura 3.

---

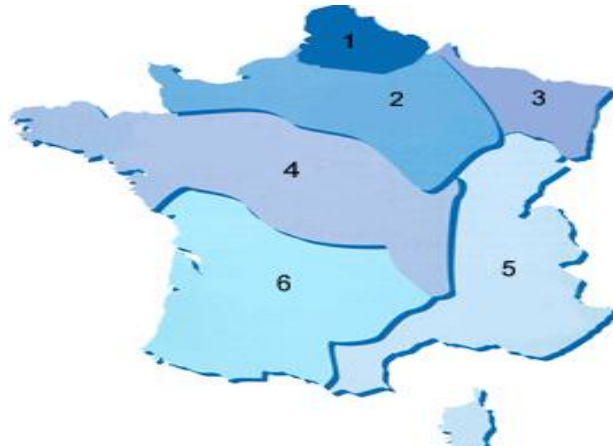
<sup>59</sup> “A bacia hidrográfica tem certas características essenciais que a torna uma unidade muito bem caracterizada e permite a integração multidisciplinar entre diferentes sistemas de gerenciamento, estudo e atividade ambiental”. (TUNDISI, José Galizia. *Água no Século XXI: Enfrentamento e Escassez*. São Paulo: RiMa, IIE. 2003, p. 107).

<sup>60</sup> “Na condição de referência internacional, principalmente em razão da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, o modelo francês tem recebido reiteradamente leituras abstratas quanto ao seu significado efetivo em termos de políticas públicas. O sentido dessa abstração reside justamente nas iniciativas de interpretação de seu desenvolvimento exclusivamente baseadas em suas características técnicas mais evidentes”. (MARTINS, Rodrigo Constante. *Sociologia da governança francesa das águas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, nº 67, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200007)>. Acesso em 22 ago. 2016.

<sup>61</sup> O regime e repartição das águas foi implementado por meio da Lei francesa nº 64-1.245, de 16/12/1964.

<sup>62</sup> *Bacias Hidrográficas: Nova Gestão de Recursos Hídricos*. LCSSR-FEV/98. Disponível em: <[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/i\\_en/mesa3/3.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/i_en/mesa3/3.pdf)>. Acesso em 21 ago. 2016.

**Figura 3 – Bacias Hidrográficas da França.**



**Fonte:** [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/i\\_en/mesa3/3.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/i_en/mesa3/3.pdf).

Nesse contexto de divisão por bacias, as disposições legais constantes na Lei Federal nº 9.433, de 1997, aproximaram-se do modelo francês instituído pela Lei, de 1964, na qual se observou uma coordenação administrativa formada pelo Comitê Nacional de Águas, pelos Comitês de Bacias e pelas Agências Financeiras de Bacia.

No sistema francês, os Comitês de Bacias possuem representação paritária da coletividade local, das diferentes categorias de usuários e também da administração central. As Agências de Bacias exercem papel técnico no cumprimento das metas dos Comitês de Bacias.

Todavia, é interessante destacar que a experiência francesa quanto à adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento impregna questões técnicas advindas de sua condição de estado unitário. A possibilidade de eventual desacordo entre as particularidades técnicas advindas de um estado unitário implementadas num estado federado são esclarecidas pelo autor (POMPEU, 2010) nos seguintes termos:

“Embora a França seja estado unitário e o Brasil federação, em ambos a célula básica é o município (comuna, naquele país). Enquanto aqui existem cerca de 5.600 municípios, a França conta com 35.500, originários das igrejas e paróquias que, com a Revolução de 1789, tornaram-se comunas. Essas coletividades, às quais compete prestar os serviços de abastecimento público de água e de esgotamento sanitário, cuidar de estradas e outras atividades, dispõem de um Conselho Comunal e de um prefeito (maire), eleitos pelos habitantes. Como acontece no Brasil, faltam-lhes recursos financeiros para tanto”.<sup>63</sup>

<sup>63</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Direito de Águas no Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 329.

Não obstante existam doutrinadores que justifiquem a implementação da experiência oriunda de um estado unitário, não podemos olvidar que o modelo de bacia hidrográfica, como unidade de gestão e planejamento, recebe novas adjacências no Brasil, com característica de Estado Federado.

No Brasil, uma mesma bacia pode conter rios federais, estaduais e distritais, acarretando, dessa forma, a tripla dominialidade dos rios. Nesse sentido, a complexa questão federativa deverá delinear desempenhos para compatibilizar a gestão por bacia, que, além da tripla dominialidade dos rios, conjuga com a atuação dos Municípios nas questões do meio ambiente e seus reflexos para os recursos hídricos<sup>64</sup>.

As inquietações infligidas à gestão integrada, quando abarca as diferentes dominialidades, podem ser traduzidas por BARROSO (1992, p. 127) quando da explanação acerca da competência comum em matéria ambiental:

“Note-se que, embora as competências sejam comuns, em princípio não há superposição de atribuições. São esferas distintas, autônomas de atuação. Frequentemente, o exercício do poder de polícia em matéria ambiental virá associado com o poder de polícia já exercido pela entidade em outra área afim, como proteção à saúde, urbanismo, navegação, etc. A omissão da entidade em tese competente poderá ensejar a atuação de outra. Não há dúvida, todavia, que o risco de conflitos de atribuições existe e, caso venham a ocorrer, caberá ao Judiciário dirimi-los, pela interpretação sistemática da Constituição. Averte-se que o parágrafo único do art. 23 prevê a edição da lei complementar – federal, naturalmente – para harmonizar a atuação de cada um dos entes estatais”<sup>65</sup>.

O ministro Barroso assegura que inicialmente não se identifica a superposição de atribuições, a qual deve ser evitada entre as esferas distintas de atuação. No entanto, quando da omissão pela entidade competente, revela-se a possibilidade da existência de conflitos.

O assunto é enfatizado também por FARIAS (2005, p. 446):

“Ora, o fato de a água ser um bem físico em movimento, podendo assumir, em momentos distintos, domínios diferentes, dentro, muitas vezes, de uma mesma bacia hidrográfica, explica a dificuldade com que se defrontam o gestor para conciliar os interesses conflitantes de diferentes esferas de poder”.

---

<sup>64</sup> FARIAS, Paulo José Leite. Água: bem jurídico econômico ou ecológico? Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 446.

<sup>65</sup> BARROSO, Luiz Roberto. A proteção do meio ambiente na constituição brasileira. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo, v.1, out./dez. 1992.



Daí a necessidade de se lembrar que “a bacia hidrográfica é um espaço territorial desenhado pela *geografia física*, e não pela *geografia política*. No Brasil, a mesma bacia hidrográfica quase sempre compreende partes de Estados diferentes”.<sup>66</sup>

De fato, o fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos constante no inciso V do artigo 1º da Lei Federal nº 9.433, de 1997, define legalmente bacia hidrográfica como “unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

No entanto, definições técnicas precisam ser apresentadas para melhor compreensão do assunto aqui proposto. Na seara de um estudo hidrológico, bacia hidrográfica é o “conjunto de terras drenadas por um corpo d’água principal e seus afluentes e representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes”<sup>67</sup>. As sub-bacias são tidas como áreas de drenagem dos tributários do curso d’água principal<sup>68</sup>.

Observa-se que as definições acerca de bacias hidrográficas, sejam na seara jurídica ou técnica, abarcam acepções que abrangem espaço físico geográfico, e não espaço político geográfico, como Municípios, Estados ou Distrito Federal e União<sup>69</sup>. Aqui se chama a atenção do leitor, pois na análise da emissão das DUIs no estado do Tocantins, verificar-se-á que o controle do cadastro de emissão, constante no *site*, é feito por meio de municípios, e não por bacias hidrográficas.

<sup>66</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 949.

<sup>67</sup> PIRES, José Salatiel Rodrigues; SANTOS, José Eduardo dos & DEL PRETTE, Marcos Estevan. A Utilização do Conceito de Bacia Hidrográfica para a Conservação dos Recursos Naturais. Conceitos de Bacias Hidrográficas: Teorias e Aplicações. Ilhéus: Editus, 2002, p. 17. Disponível em: <[http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/conceitos\\_de\\_bacias.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/conceitos_de_bacias.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>68</sup> TEODORO, Valter Luiz Iost Teodoro; TEIXEIRA, Denilson; COSTA, Daniel Jadyr Leite e FULLER, Beatriz Buda. O Conceito de Bacia Hidrográfica e a Importância da Caracterização Morfométrica para o Entendimento da Dinâmica Ambiental Local. Revista Uniara nº 20, 2007, pág. 138. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/20/RevUniara20\\_11.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/20/RevUniara20_11.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>69</sup> O autor Édis Milaré apresenta crítica no seguinte sentido: “A gestão das águas por bacia hidrográfica só terá sentido se for substituída a tradicional postura vertical de mando e domínio por uma outra, horizontal e de negociação”. (MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 949).

Por evidente, uma definição com utilização do espaço político geográfico não ensinaria o suporte da dinâmica dada pela própria natureza. Assim, entende-se que para solucionar as inúmeras problemáticas decorrentes da poluição, dos conflitos pelo uso da água e da escassez exigiu-se o reconhecimento das bacias hidrográficas a partir de uma significação oriunda do sistema ecológico. Este capaz de abranger completamente os diversos organismos que laboram conjuntamente em uma específica área<sup>70</sup>. Assim, no mesmo sentido ecológico em que ocorrem as considerações de espaço físico para as bacias de rios de domínio da União, acontece com os rios de domínio estadual e distrital.

Perfilhando a tese de que a Bacia Hidrográfica como unidade de gestão e planejamento importa em avanço conceitual com vantagens para sistema, TUNDISI (2003, p. 108) apresenta características e situações que permitem a extensão das barreiras políticas para uma unidade física de gerenciamento, quais sejam:

“a) a bacia hidrográfica é uma unidade física com fronteiras delimitadas, podendo estender-se por várias escalas espaciais, desde pequenas bacias de 100 a 200 km<sup>2</sup> até grandes bacias hidrográficas como a bacia do Prata (3.000.000 km<sup>2</sup>); b) é um ecossistema hidrológicamente integrado, com componentes e subsistemas interativos; c) oferece oportunidade para o desenvolvimento de parcerias e resolução de conflitos; d) permite que a população local participe do processo de decisão; e) estimula a participação da população e a educação ambiental e sanitária; f) garante visão sistêmica adequada para o treinamento em gerenciamento de recursos hídricos e para o controle da eutrofização (gerentes, tomadores de decisão e técnicos; g) é uma forma racional de organização de banco de dados; h) garante alternativas para o uso dos mananciais e de seus recursos; i) é uma abordagem adequada para proporcionar a elaboração de um banco de dados sobre componentes biogeofísicos, econômicos e sociais; j) sendo uma unidade física, com limites bem definidos, o manancial garante uma base de integração institucional; l) a abordagem de manancial promove a integração de cientistas, gerentes e tomadores de decisão com o público em geral, permitindo que eles trabalhem juntos em uma unidade física com limites definidos; m) promove a integração institucional necessária para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável”.

Embora alguns autores apontem situações favoráveis à gestão dos recursos hídricos no Brasil por meio de Bacias Hidrográficas, entende-se que a discussão tem se tornado mais ampla para as críticas.

A preocupação acerca das questões de domínio inseridas pela Constituição Federal, de 1988, conforme já elucidadas no capítulo anterior, levanta embates na

<sup>70</sup> JUNIOR, Elias dos Santos (org.). Bacia Hidrográfica: Desafios da Gestão de Recursos Hídricos e do Saneamento Básico no Município de Cuiabá-MT. Cuiabá: Ginco, pág. 69, 2011. Disponível em: <<http://www.ginco.com.br/arquivos/downloads/livro-bacia-hidrografica-ginco-layout-92158-1-191112196.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2016.

gestão hídrica. Na maioria dos casos, uma mesma bacia possui rios de domínio da União e dos Estados, e nem sempre o rio de domínio da União é o principal (o rio federal é tributário do estadual).

Essa situação é apresentada por Milaré (2014) no sentido de que a superação dos atribuídos limites geográficos e políticos estariam comprometidos se a União constituísse o Comitê de Bacia para o rio de seu domínio, e os Estados para os rios de seu respectivo domínio. Ainda, existem rios estrategicamente interessantes para a União, como os rios São Francisco e Paraná, e outros pouco estratégicos, como os rios Doce e Ribeira de Iguape, que mais interessam aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná, respectivamente. A tudo isso se sugere que, não havendo oposição da União, aos Estados seria necessário cominar competência para instituir Comitês de Bacia nos rios de domínio da União<sup>71</sup>.

As complicações do gerenciamento hídrico, por meio de Bacia Hidrográfica com domínio federal ou interestadual, também se tornam evidentes quando observado que sobre o território da bacia incidem leis de outras competências, quais sejam: estaduais e municipais. Essa questão nos leva diretamente às demandas que exigem esforços políticos, técnicos e financeiros dos entes federativos envolvidos.

Sobre as competências dos Municípios, Machado (2002) destaca que

“À primeira vista ficaria o Município totalmente excluído do múnus de tratar da conservação das águas e da tarefa de tomar medidas para evitar a poluição dos recursos hídricos.

Não se pode, contudo, esquecer que a quantidade e a qualidade das águas dos rios, ribeirões, riachos, lagos e represas vão depender da implementação da política ambiental e da legislação existentes, com referência especialmente ao ordenamento do território do Município.

Os afluentes domésticos e industriais são matérias de inegável interesse local. Assim, o Município pode suplementar, de forma mais restritiva, as normas de emissão federais e estaduais, como, também, poderá ter norma autônoma, desde que comprove o interesse local (art. 30, I, da CF) e estejam a União e o Estado inertes no campo normativo”<sup>72</sup>.

Nesse ínterim, conforme dito anteriormente, compreende-se que quando a Constituição Federal, de 1988, dispôs acerca de diferentes domínios para os recursos hídricos, esta instituiu um modelo que pode dificultar a gestão por meio de

---

<sup>71</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 949.

<sup>72</sup> MACHADO, Paulo Afonso Leme. Recursos Hídricos: Direito Brasileiro e Internacional. 1ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 20.

bacia hidrográfica. Todavia, esta é uma questão para se aprofundar noutro estudo, pois, neste trabalho, a verificação da bacia hidrográfica acontece para águas sob o domínio estadual, ou delegadas pela União ao Estado.

Propugnando pelo entendimento acerca do assunto que trata das Bacias Hidrográficas, torna-se necessário compreender as divisões físicas das bacias brasileiras, em especial as interestaduais que despontam dominialidades diferentes.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu pela Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003, a base organizacional para contemplação das Bacias Hidrográficas como unidade do gerenciamento de recursos hídricos.

Esse documento instituiu a Divisão Hidrográfica Nacional (representada pela Figura 4), em regiões hidrográficas, as quais são definidas como “o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos”<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Definição dada pelo parágrafo único, do artigo 1º, da Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003.

**Figura 4 – Divisão Hidrográfica Nacional.**



**Fonte:** CNRH, 2003.

Nota-se que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução nº 32, de 2003, dividiu o País em 12 regiões hidrográficas, sendo elas: Amazônica, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba, Atlântico Nordeste Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Paraná, Paraguai, Uruguai, Atlântico Sul. De acordo com essa divisão nacional, o estado do Tocantins está inserido na região hidrográfica do Tocantins-Araguaia.

Compreendidas as questões relacionadas à divisão das bacias hidrográficas de domínio da União, que servem como base de entendimento acerca da complexidade da gestão do sistema hídrico brasileiro, esclarece-se que o presente estudo tem como objeto as emissões quanto ao uso insignificante dos recursos hídricos, cujos domínios estão definidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, quais sejam: as águas de domínio do estado do Tocantins e aquelas que lhes foram delegadas pela União.

Nesse sentido, surge evidente interesse no estudo de como acontece a divisão das bacias hidrográficas no estado do Tocantins, que é um dos espaços territoriais abrangidos para a autorização de emissão das DUIs, e que posteriormente possibilitará o entendimento das abordagens em relação ao Plano Estadual de Recursos Hídricos e aos Planos das Bacias, ambos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.

### 2.1.1 O sistema hidrográfico do estado do Tocantins

No estado do Tocantins, a Lei nº 1.307, de 22 de março de 2002, dispõe no inciso IV do artigo 2º, que é um dos princípios da Política Estadual de Recursos Hídricos a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

A hidrografia tocaninense divide-se em dois sistemas<sup>74</sup>. O Sistema Hidrográfico do Araguaia que corresponde a 37,7% do território total do Estado, representando uma área de 104.791,8km² e o Sistema Hidrográfico do Tocantins que corresponde a 62,3% do território total do Estado, representando uma área de 172.828,2km².

Segundo informações extraídas do Atlas do Tocantins (2012), nos sistemas hidrográficos tocaninenses encontramos as bacias estaduais, limites territoriais que interessam ao presente estudo, com as subdivisões representadas pelo Quadros 3 e 4.

**Quadro 3** – Representação do Sistema Hidrográfico do Araguaia.

Bacias Hidrográficas – Sistema Hidrográfico do Araguaia	Área em km²	Representação do território
A1 – Bacia do Rio Araguaia	16.401,6	5,9 %
A2 – Bacia do Rio Riozinho	10.923,7	3,9 %
A3 – Bacia do Rio Javaés	12.329,6	4,5 %
A4 – Bacia do Rio Formoso	20.654,3	7,5 %
A5 – Bacia do Rio Pium	5.044,5	1,8 %
A6 – Bacia do Rio do Coco	6.664,6	2,4 %
A7 – Bacia do Rio Caiapó	5.382,1	1,9 %
A8 – Bacia do Rio Piranhas/Rio Lajeado	5.985,1	2,2 %
A9 – Bacia do Rio Bananal	2.853,9	1,0 %
A10 – Bacia do Rio Barreiras	1.738,2	0,6 %
A11 – Bacia do Rio das Cunhãs	2.776,3	1,0 %
A12 – Bacia do Rio Jenipapo	1.576,5	0,6 %
A13 – Bacia do Rio Muricizal	3.375,6	1,2 %
A14 – Bacia do Rio Lontra	3.835,9	1,4 %
A15 – Bacia do Ribeirão Corda	3.508,6	1,3 %
A16 – Bacia do Rio Piranha	1.741,3	0,6 %

**Fonte:** Adaptado de Atlas do Tocantins, 2012.

<sup>74</sup> Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública (SEPLAN). Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DEZ). Organizado e atualizado por Paulo Augusto Barros de Sousa, Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Ricardo Ribeiro Dias. 6. ed. rev. atual. Palmas: Seplan, 2012.

**Quadro 4** – Representação do Sistema Hidrográfico do Tocantins.

Bacias Hidrográficas – Sistema Hidrográfico do Tocantins	Área em km <sup>2</sup>	Representação do território
T1 – Bacia do Rio Tocantins	57.032,0	20,6 %
T2 – Bacia do Rio Santa Tereza	5.950,9	2,1 %
T3 – Bacia do Rio Paranã	8.175,5	2,9 %
T4 – Bacia do Rio Palma	17.055,2	6,1 %
T5 – Bacia do Rio Manuel Alves da Natividade	14.917,1	5,4 %
T6 – Bacia do Rio São Valério	2.189,2	0,8 %
T7 – Bacia do Rio Santo Antônio	3.057,4	1,1 %
T8 – Bacia do Rio Crixás	3.407,4	1,2 %
T9 – Bacia do Rio das Balsas	12.352,5	4,5 %
T10 – Bacia do Rio Sono	23.977,2	8,6 %
T11 – Bacia do Rio dos Mangues	2.797,8	1,0 %
T12 – Bacia do Rio Perdida	9.522,7	3,4 %
T13 – Bacia do Rio Manuel Alves Pequeno	3.892,4	1,4 %
T14 – Bacia do Rio Manuel Alves Grande	8.500,7	3,1 %

**Fonte:** Adaptado de Atlas do Tocantins, 2012.

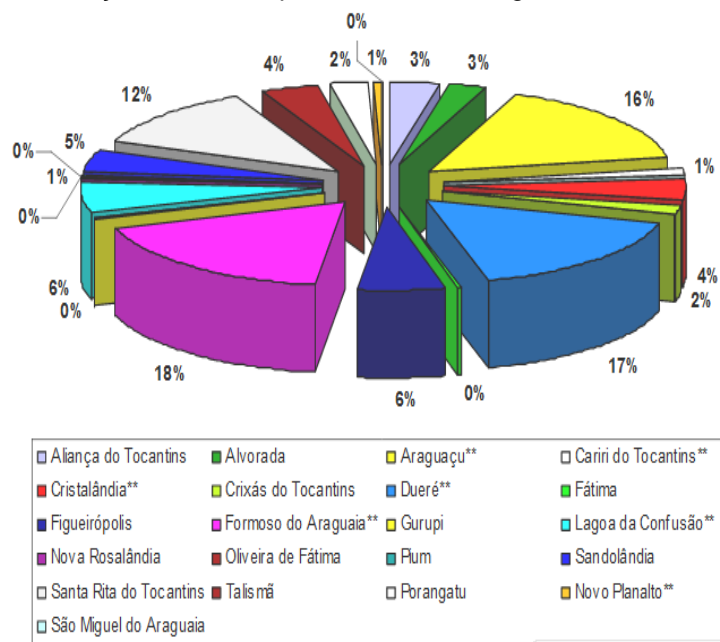
Com fundamento nessas informações, realizar-se-á análise sobre as dimensões das bacias hidrográficas de domínio do estado do Tocantins, onde se observa que as três maiores bacias do Sistema Hidrográfico do Araguaia são representadas pela Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, com área de 20.654,3km<sup>2</sup>, Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, com área de 16.401,6km<sup>2</sup> e Bacia Hidrográfica do Rio Javaés, com área de 12.329,6km<sup>2</sup>. Dentre as três maiores bacias hidrográficas do sistema Hidrográfico do Araguaia no estado do Tocantins apenas a do Rio Formoso possui o Plano da Bacia Hidrográfica<sup>75</sup>.

Segundo o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, elaborado em 2007<sup>76</sup>, a bacia abrange parcialmente o território de 21 municípios tocantinenses, apresentados pela figura 5.

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://semarh.to.gov.br/recursos-hidricos/planos-estaduais-de-bacias-hidrograficas/>>. Acesso em 15 mar. 2017.

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269430/>>. Acesso em 15 mar. 2017.

**Gráfico 4** – Percentual de inserção dos municípios na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso.



**Fonte:** Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (2007).

Ressaltando que os municípios de Cristalândia, Formoso do Araguaia, Araguaçu, Dueré, Cariri do Tocantins, Lagoa da Confusão e Novo Planalto possuem a sede municipal na Bacia do Rio Formoso.

As três menores bacias do Sistema Hidrográfico do Araguaia são representadas pela Bacia Hidrográfica do Rio Piranha, com área de 1.741,3km<sup>2</sup>, Bacia Hidrográfica do Rio Barreiras, com área de 1.738,2km<sup>2</sup> e Bacia Hidrográfica do Rio Jenipapo, com área de 1.576,5km<sup>2</sup>. Dentre as três menores bacias hidrográficas do sistema Hidrográfico do Araguaia no estado do Tocantins nenhuma possui o Plano da Bacia Hidrográfica.

No Sistema Hidrográfico do Araguaia, além do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, apenas as bacias do Rio Lontra e do Ribeirão Corda possuem os Planos, ambos foram elaborados conjuntamente em 2002<sup>77</sup>. Registram-se 12 municípios tocaninenses inseridos total ou parcialmente nas Bacias do Rio Lontra e do Ribeirão Corda, sendo eles: Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguañã, Babaçulândia, Carmolândia, Darcinópolis, Piraquê, Riachinho, Wanderlândia e Xambioá.

<sup>77</sup> Disponível no site <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269441/>>. Acesso em 15 mar. 2017.



Contabiliza-se que, das 16 bacias tocaninenses pertencentes ao Sistema Hidrográfico do Araguaia, na atualidade, apenas 3 delas possuem os seus Planos, quais sejam: Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, do Rio Lontra e do Ribeirão Corda. Logo, da extensão total territorial dessas 16 bacias (104.791,8km<sup>2</sup>), tem-se ausência de planos hídricos para a extensão de 76.793,0km<sup>2</sup>, correspondente a 73,28% do Sistema Hidrográfico do Araguaia.

No que se refere ao Sistema Hidrográfico do Tocantins, observa-se que as três maiores bacias são representadas pela Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, com área de 57.032,0km<sup>2</sup>, Bacia Hidrográfica do Rio Sono, com área de 23.977,2km<sup>2</sup> e Bacia Hidrográfica do Rio Palma, com área de 17.055,2km<sup>2</sup>. Dentre as três maiores bacias hidrográficas do Sistema Hidrográfico do Tocantins, apenas a do Rio Palma possui o plano da bacia<sup>78</sup>.

O Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Palma foi elaborado em 2007<sup>79</sup>, e sua extensão abrange 12 municípios, alguns apenas parcialmente, sendo eles: Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga e Taipas do Tocantins.

As três menores bacias do Sistema Hidrográfico do Tocantins são representadas pela Bacia Hidrográfica do Rio São Valério, com área de 2.189,2km<sup>2</sup>, Bacia Hidrográfica do Rio dos Mangues, com área de 2.797,8km<sup>2</sup> e Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, com área de 3.057,4km<sup>2</sup>. Dentre as três menores bacias hidrográficas do Sistema Hidrográfico do Tocantins, a do Rio São Valério possui o Plano da Bacia Hidrográfica.

O Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Valério foi elaborado conjuntamente com o plano do Rio Balsas, em 2011<sup>80</sup>. A bacia do Rio São Valério envolve total ou parcialmente 3 municípios, quais sejam: São Valério da Natividade, Peixe e Paranã. A bacia do Rio Balsas abrange total ou parcialmente 13 municípios, sendo eles: Aparecida do Rio Negro, Novo Acordo, Palmas, Lagoa do Tocantins,

---

<sup>78</sup> Disponível no site <<http://semarh.to.gov.br/recursos-hidricos/planos-estaduais-de-bacias-hidrograficas/>>. Acesso em 16 mar. 2017.

<sup>79</sup> Disponível em <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269425/>>. Acesso em 17 mar. 2017.

<sup>80</sup> Disponível em <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269433/>>. Acesso em 15 mar. 2017.

Santa Tereza do Tocantins, Mateiros, Monte do Carmo, Ponte Alta do Tocantins, Silvanópolis, Pindorama do Tocantins, Almas, Rio da Conceição e Natividade.

Contabiliza-se que, das 14 bacias tocantinenses pertencentes ao Sistema Hidrográfico do Tocantins, na atualidade, apenas 3 delas possuem os seus Planos, quais sejam: Bacia Hidrográfica do Rio Palma, do Rio São Valério e do Rio Balsas. Logo, da extensão total territorial dessas 14 bacias (172.828,2km<sup>2</sup>), tem-se ausência de planos hídricos para a extensão de 141.231,3km<sup>2</sup>, correspondente a 81,71% do Sistema Hidrográfico do Tocantins.

Dessa forma, observa-se que de toda a extensão física do sistema hidrográfico do estado do Tocantins, representada por 277.620,0km<sup>2</sup>, a ausência dos planos de bacia estadual alcança 218.024,3km<sup>2</sup>, ou seja, 78,5% do total. Considerando a importância dos planos para a obtenção de um meio ambiente equilibrado, bem como para a eficiente análise das outorgas e das DUIs, com vista ao fato de ser um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, tem-se que esse dado informativo sugere um ponto crítico de ausência de gestão hídrica no Estado.

Relevante dizer que as diretrizes para a elaboração dos planos das bacias hidrográficas são estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos<sup>81</sup>. No entanto, o plano do Tocantins, elaborado em 2008, foi revisado em 2011, e até então sem uma atual revisão. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que o artigo 5º, inciso IV, da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, estabelece que o plano das bacias “é atualizado sempre que a evolução das questões relativas ao uso dos recursos hídricos assim o recomendar”.

Além da ausência de um Plano Estadual de Recursos Hídricos atualizado, que poderá atribuir mais eficiência às diretrizes a serem adotadas pelos planos das bacias hidrográficas tocantinenses, ficam evidentes as deficiências quanto à inexistência de dados hídricos para parte do território tocantinense que nem sequer possui o plano da bacia hidrográfica.

---

<sup>81</sup> Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, artigo 5º, inciso I.

Os planos da bacia hidrográfica são de considerável acuidade para a gestão dos recursos hídricos, pois legalmente estabelecem-se conteúdos mínimos capazes de nortear diversas tomadas de decisões e normas que envolvem os recursos.

Nos termos do artigo 7º da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, os planos de bacia hidrográfica devem conter: (a) diagnóstico da situação dos recursos hídricos do Estado; (b) a avaliação de alternativas de crescimento demográfico, evolução das atividades produtivas e modificações dos padrões de uso e cobertura do solo; (c) balanço entre disponibilidade e demandas futuras em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais; (d) metas de racionalização de uso, aumento de quantidade e melhoria da qualidade; (e) proposta de enquadramento dos corpos de águas em classes de usos preponderantes com as metas respectivas; (f) medidas, programas e projetos a serem desenvolvidos para o atendimento das metas previstas; (g) prioridades para outorga de direitos de uso dos recursos hídricos; (h) diretrizes e critérios para a cobrança de taxa pelo uso dos recursos hídricos; (i) propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos; (j) programas de gestão de águas subterrâneas, compreendendo a pesquisa, o planejamento e o mapeamento da vulnerabilidade à poluição e delimitação de áreas destinadas à sua proteção, controle e monitoramento; (l) projeto de adensamento e modernização da rede hidrometeorológica para o monitoramento dos recursos hídricos; (m) programas envolvendo os seguintes aspectos no âmbito dos recursos hídricos: investimentos em pesquisas, projetos e obras relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção; desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial de valorização profissional e de comunicação social e recuperação, conservação, proteção e utilização, definidos mediante articulação técnica e financeira com a União e os Estados limítrofes; (n) estabelecimento de bases para captação de recursos financeiros nacionais, internacionais e estrangeiros.

Embora a legislação estadual estabeleça conteúdo mínimo para os Planos de Bacia Hidrográfica, observa-se que a proposta de enquadramento dos corpos de água<sup>82</sup> em classes de usos preponderantes com as metas respectivas não foi

---

<sup>82</sup> Acerca do enquadramento dos corpos de água, a Agência Nacional de Água explica que se trata de “estabelecer o nível de qualidade a ser alcançado ou mantido ao longo do tempo. Mais do que uma simples classificação, o enquadramento deve ser visto como um instrumento de planejamento,

contemplada no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. A ausência de classificação dos corpos de água para a maior bacia do Sistema Hidrográfico do Araguaia, a qual corresponde a 7,5% do território tocantinense, indica ponto crítico para o controle dos usos preponderantes da água.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) indica que a classificação dos corpos da água é de extrema importância para a gestão dos recursos hídricos, pois “as águas de melhor qualidade podem ser aproveitadas em uso menos exigente, desde que este não prejudique a qualidade da água, atendidos outros requisitos pertinentes”<sup>83</sup>.

E assevera, nos parágrafos 2º e 3º do artigo 38 da Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, que:

§2º Nas bacias hidrográficas em que a condição de qualidade dos corpos de água esteja em desacordo com os usos preponderantes pretendidos, deverão ser estabelecidas metas obrigatórias, intermediárias e final, de melhoria da qualidade da água para efetivação dos respectivos enquadramentos, excetuados nos parâmetros que excedam aos limites devido às condições naturais.

§3º As ações de gestão referentes ao uso dos recursos hídricos, tais como a outorga e cobrança pelo uso da água, ou referentes à gestão ambiental, como o licenciamento, termos de ajustamento de conduta e o controle da poluição, deverão basear-se nas metas progressivas intermediárias e final aprovadas pelo órgão competente para a respectiva bacia hidrográfica ou corpo hídrico específico.

Dessa forma, ante o descumprimento da Resolução Conama nº 357, de 2005, nota-se possível deficiência para a identificação das condições dos corpos de água para os usos preponderantes pretendidos, os quais ficam desprovidos de metas obrigatórias, intermediária e final, para a melhoria da qualidade da água na bacia hidrográfica.

A ausência das metas sugere uma possível influência na eficiência da gestão dos recursos hídricos da bacia, posto ser razoável entender que não haverá dados precisos na identificação dos corpos de água e suas respectivas metas para

---

pois deve tomar como base os níveis de qualidade que deveriam possuir ou ser mantidos para atender às necessidades estabelecidas pela sociedade, e não apenas a condição atual do corpo d'água em questão. O enquadramento busca “assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas” e a “diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes”. Disponível em: <[http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/planejamento/PlanejamentoRH\\_enquadramento.aspx](http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/planejamento/PlanejamentoRH_enquadramento.aspx)>.

Acesso em 15 abr. 2017.

<sup>83</sup> Artigo 3º, parágrafo único, da Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005.

fundamentar as ações de outorga, cobrança pelo uso da água e até mesmo a motivação da própria gestão ambiental referente à bacia ou ao corpo hídrico em questão.

Evidencia-se que, mesmo ausente o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes e suas respectivas metas a serem especificadas no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, a aprovação do plano aconteceu por meio da Deliberação nº 03, de 2012, do Comitê respectivo, conforme publicação no Diário Oficial do Estado nº 3.781, de 24 de dezembro de 2012.

Assim, observadas as questões relativas às bacias hidrográficas enquanto espaço físico a ser considerado dentro das especificidades dos aspectos legais da dominialidade das águas, tendo procedido com o estudo das divisões das bacias no Brasil e no estado do Tocantins, com exposição acerca dos Planos Hídricos, passa-se a ponderar acerca dos Comitês, órgãos com competência deliberativa e normativa no âmbito de suas respectivas bacias hidrográficas.

## **2.2. Comitês de bacias hidrográficas: o parlamento das águas**

A compreensão acerca dos Comitês de Bacias Hidrográficas é importante para o presente estudo, pois se trata de um órgão com competências capazes de estabelecer mecanismos e regras sobre os mais variados aspectos hídricos, contribuindo significativamente para a qualidade e quantidade dos recursos hídricos de sua respectiva bacia.

No entanto, antes de adentrar o assunto Comitês, delinear-se-ão apontamentos quanto às competências das Agências de Águas, enquanto órgão de apoio técnico aos Comitês.

Considerando a importância dos planos de recursos hídricos, conforme anteriormente visto, insta evidenciar que, para a Política Nacional de Recursos Hídricos<sup>84</sup>, o acompanhamento da execução e da aprovação ficou destinado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Para os Planos Estaduais, os entes responsáveis pela execução e implementação ficaram com a definição a cargo das respectivas leis de recursos hídricos.

---

<sup>84</sup> A Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, expedida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Dessa forma, no estado do Tocantins, conforme disposição do artigo 30 da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos de Bacias Hidrográficas, são de competência do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos<sup>85</sup>.

Quanto aos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, tem-se que a elaboração é de competência das agências de água, com aprovação pelos comitês respectivos. Na ausência de agências de água ou entidade delegatária das funções de agência, a elaboração dos planos de bacias fica ao encargo das entidades gestoras, detentoras do poder outorgante, com supervisão e aprovação dos respectivos comitês<sup>86</sup>.

Conforme disposição da Lei Federal nº 9.433, de 1997, as Agências de Água que também integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercem a função de Secretaria Executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, portanto, com área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica. São requisitos para a criação de uma Agência de Águas: prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

Milaré (2014) assim define as Agências de Águas:

“As Agências de Águas são órgãos com personalidade jurídica, criadas para dar apoio técnico aos Comitês de Bacia e arrecadar e gerir os recursos advindos da cobrança pelo uso da água, desenvolvendo a chamada “engenharia” do Sistema. Por isso, são requisitos para a sua criação a prévia existência do Comitê de Bacia e sua viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso das águas. Uma Agência pode abranger a área de atuação de mais de um Comitê de Bacia”.<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Dispõe o artigo 31 da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, que: “O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem a seguinte estrutura de operacional: Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitê de Bacia Hidrográfica, Agências de Bacia Hidrográfica e órgãos dos poderes públicos estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos”.

<sup>86</sup> Plano Nacional de Recursos Hídricos. Síntese Executiva - português / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. - Brasília: MMA, 2006, p. 29. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=c37feae3-8169-4049-900b-e8160661f541&groupId=66920](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c37feae3-8169-4049-900b-e8160661f541&groupId=66920)>. Acesso em 20 jul. 2016.

<sup>87</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014, p. 951.

No âmbito de atuação das Agências de Água são de suas competências: manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação; manter o cadastro de usuários de recursos hídricos; efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos; analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos; acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação; gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação; celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências; elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação; elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica; propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica: a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes; b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos; d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo<sup>88</sup>.

Inexiste na Lei nº 9.433, de 1997, a definição da natureza jurídica das Agências de Água, e com isso tem-se que pode ser de direito público ou de direito privado, todavia nesta última natureza sem fins lucrativos. No que se refere a esse assunto em destaque, Granziera (2014) tece importante comentário:

“Exposto o conteúdo da norma sobre Agências de Água, há que ponderar que, ao longo da implementação da Lei nº 9.433/97, os rumos relativos a essa figura foram alterados.

A rigor, embora a lei não mencione expressamente, as Agências de Água aptas a efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos somente poderiam ter natureza pública, e, ainda assim, ter delegação do outorgante (União). Ou seja, seriam sucursais da Agência Nacional de Águas.

Ocorre que as experiências vivenciadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, pioneira na implantação da cobrança, apontaram para a possibilidade de associações civis receberem delegação para atuarem como Agências de Águas.

---

<sup>88</sup> Artigo 44 da Lei nº 9.433, de 1997.

As negociações culminaram com a edição da Lei nº 10.881/04, que instrumentaliza as entidades civil de recursos hídricos como delegatárias do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para atuarem como Agências de Bacia, salvo no que toca à cobrança, que permanece sob a competência da Agência Nacional de Águas.”<sup>89</sup>

No estado do Tocantins, as Agências de Águas são entidades executivas de apoio aos seus respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo de, entre suas competências, “elaborar as propostas dos planos de bacia hidrográfica para apreciação pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica”<sup>90</sup>. No entanto, embora exista a previsão legal para as Agências de Águas, no estado do Tocantins estas ainda não foram implementadas.

Com relação aos critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos estabelecidos na Resolução nº 48, de 2005, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os quais devem ser observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos competentes Comitês de Bacia Hidrográfica na elaboração dos respectivos atos normativos que disciplinem a cobrança pelo uso de recursos hídricos, objetiva-se reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

No estado do Tocantins, a cobrança pelo uso da água só foi implementada, até o momento, na bacia hidrográfica do Rio Formoso. A implementação da cobrança foi de extrema necessidade, diante do histórico de conflitos na região desta bacia, em decorrência da significativa demanda exercida pela agricultura irrigada.

De relevância para essa dissertação, o Comitê de Bacia Hidrografia é um dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com competência de atribuição das esferas federal ou estadual. Quanto à alçada, “os comitês federais têm jurisdição sobre os corpos de água do domínio da União e sua composição, organização, competência e funcionamento são regulados por

---

<sup>89</sup> GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito de Águas. São Paulo: Editora Atlas, 2014, p. 164.

<sup>90</sup> Art.35, inciso X, da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002.



normas federais”<sup>91</sup>. No âmbito estadual, “a lei não fala porque a ela não compete dizer quem os institui, em face da competência constitucional dos Estados de se autogovernarem”<sup>92</sup>.

Na definição de Mendes de Almeida (2012), o Comitê de Bacia Hidrografia é “órgão destinado a atuar como o ‘Parlamento das Águas’, instância deliberativa e normativa, no âmbito de uma bacia ou sub-bacia hidrográfica”<sup>93</sup>. Assim, os Comitês atuam na totalidade de uma bacia hidrográfica; na sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou em grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas<sup>94</sup>.

A ANA elaborou documento denominado Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos<sup>95</sup>, no qual registra acerca das atribuições dos Comitês:

“Uma das atribuições mais relevantes dos comitês é estabelecer um conjunto de mecanismos e de regras, decididas coletivamente, de forma que os diferentes interesses sobre os usos da água na bacia sejam discutidos e negociados democraticamente em ambiente público, com transparência no processo decisório, buscando prevenir e dirimir conflitos. Essas regras devem ser avaliadas sob o aspecto da bacia hidrográfica, depois de considerados os aspectos técnicos e os diferentes pontos de vista dos membros do comitê. devem ser definidas metas de racionalização de uso para aumento de quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, bem como os programas e os projetos destinados ao atendimento dessas metas. No plano são definidas também as prioridades para outorga de direito de uso da água, estabelecidas as condições de operação dos reservatórios, além de orientações e regras a serem implementadas pelo órgão gestor de recursos hídricos na concessão das outorgas. No plano também estarão as diretrizes e os critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Enfim, o plano, como principal instrumento de deliberação do comitê, reúne as informações estratégicas para gestão das águas na respectiva bacia hidrográfica”.

O artigo 38 da Lei Federal nº 9.433, de 1997, descreve acerca da competência dos Comitês de Bacia Hidrográfica no âmbito da área de atuação: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa,

<sup>91</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Direito de Águas no Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 339.

<sup>92</sup> MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 949.

<sup>93</sup> MENDES DE ALMEIDA, João Theodoro Júnior. A Regulação da Água: O Papel da Agência Nacional de Águas. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012, p. 78.

<sup>94</sup> Art. 37 da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

<sup>95</sup> Agência Nacional de Águas (Brasil). O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? Brasília: SAG, 2011, pág. 19. Disponível em: <[http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120809150432\\_Volume\\_1.pdf](http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120809150432_Volume_1.pdf)> Acesso em 30 abr. 2016.

os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Nesse sentido, os Comitês de Bacias Hidrográficas serão abordados posteriormente no trabalho, tendo em vista a importância do colegiado para a eficiência da gestão hídrica e discussão dos conflitos regionais.

Com relação à competência de promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, Granziera (2014) menciona que “essas questões serão mais ou menos extensas ou complexas, conforme a escassez do recurso e a existência de conflitos de uso”.<sup>96</sup>

Quanto à aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, o artigo 4º da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 145, de 2012, determina que os planos sejam elaborados pelas competentes Agências de Água ou entidades delegatárias de suas funções, com apoio da respectiva entidade gestora de recursos hídricos. Na ausência da Agência de Água e se não houver delegação, conforme previsto no art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas poderão ser elaborados pelas entidades gestoras de recursos hídricos, de acordo com a dominialidade das águas.

Na ausência dos Comitês nas bacias e regiões hidrográficas que abranjam a totalidade dessas áreas, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou o respectivo Conselho Estadual, decidirá pela elaboração dos Planos de Recursos Hídricos contemplando essas bacias e regiões. Nessa situação, a instância específica constituída para o acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica na qual ainda não exista Comitê deverá ser indutora da criação do

---

<sup>96</sup> GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito de Águas. São Paulo: Editora Atlas. 2014, p. 158.

respectivo Comitê. Caberá, ainda, ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos a aprovação dos Planos de Recursos Hídricos, que permanecerá vigente até a deliberação do Comitê a ser criado. Por fim, as entidades gestoras de recursos hídricos deverão fomentar as ações necessárias à criação dos respectivos Comitês<sup>97</sup>.

Faz-se imperiosa a divulgação dos estudos elaborados para o Plano de Recursos Hídricos, o qual deverá estar em linguagem clara, apropriada e acessível a todos, pela entidade responsável pela sua elaboração. A participação da sociedade em cada etapa de elaboração dar-se-á por meio de consultas públicas, encontros técnicos, oficinas de trabalho ou por quaisquer outros meios de comunicação, até mesmo virtuais, que possibilitem a discussão das alternativas de solução dos problemas, fortalecendo a interação entre a equipe técnica, usuários de água, órgãos de governo e sociedade civil, de forma a contribuir com o Plano de Recursos Hídricos. E no caso de inexistência dos Comitês, a instância de acompanhamento deverá aprovar os termos de referência para desenvolvimento do Plano, incluindo agenda de consultas públicas aos diferentes segmentos da sociedade<sup>98</sup>.

A participação da sociedade civil na elaboração dos planos de recursos hídricos é de relevância, pois além das contribuições tem-se a possibilidade de representar os interesses que por vezes geram situações de conflitos. A plena discussão entre todos os interessados origina subsídios melhores para as decisões, fortalecendo a gestão hídrica e o uso consciente da água.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes da União; dos Estados e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; dos usuários das águas de sua área de atuação; das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia<sup>99</sup>. Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um presidente e um secretário, eleitos dentre seus membros<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> Art. 5º da Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012.

<sup>98</sup> Art. 6º da Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012.

<sup>99</sup> Artigo 39, da Lei 9.433, de 1997.

<sup>100</sup> Artigo 40, da Lei 9.433, de 1997.

Importa, ainda, ressaltar que nas bacias onde se situam diferentes titulares de domínio de águas (União e Estado), em benefício da gestão dos recursos hídricos, os entes titulares precisam acordar acerca dos valores a seguir, sob o fundamento de se evitar uma “guerra de preços”<sup>101</sup>.

Também fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos.

Para este trabalho, torna-se importante analisar alguns dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos que permitirão contribuir para o entendimento da operacionalização dos Comitês de Bacia Hidrográfica, tidos como o “Parlamento das Águas” em uma unidade de bacia e que trazem noções inovadoras por suas características de emissão de decisões colegiadas com a presença dos Poderes Executivos federal, estaduais, distrital e municipais. Os fundamentos são: (i) a natureza da água como um bem de domínio público e (ii) dotada de valor econômico; (iii) a Bacia Hidrográfica como Unidade Territorial para Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e (iv) a gestão dos Recursos Hídricos descentralizada e com a Participação do Poder Público, dos Usuários e das Comunidades.

Sobre a gestão descentralizada e a participação dos *stakeholders*, a Lei Federal nº 9.433, de 1997, instituiu mecanismos que permitem a participação efetiva do Poder Público, de cidadãos e comunidades usuárias de uma bacia hidrográfica nos processos decisórios acerca dos recursos hídricos, compreendendo seus pares no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacia Hidrográfica, que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No que pese a existência de previsão legal participativa, os cidadãos ainda precisam se conscientizar da necessidade de uma postura ativa nos órgãos colegiados.

Tem-se que muitos conflitos identificados nas regiões hidrográficas poderiam ser mais bem tratados e solucionados se houvesse a participação efetiva dos interessados, os quais colocariam em destaque os seus anseios e contribuições.

---

<sup>101</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014, p. 953.

Haveria, ainda, melhor conscientização quanto ao uso dos recursos hídricos, o que poderia subsidiar o uso consciente do bem comum.

Os recursos hídricos possuem unidade de gestão e planejamento por meio das Bacias Hidrográficas, sendo as situações expostas submetidas aos Comitês das Bacias, com competências de atribuições provenientes da esfera federal ou da estadual.

No estado do Tocantins, segundo dados da ANA<sup>102</sup>, estão implementados quatro Comitês de Bacias, os quais constam distribuídos fisicamente em uma extensão total aproximada de 62.000km<sup>2</sup>. O Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) que envolve a maior quantidade de municípios é o do Entorno do Lago de Palmas, com 20 municípios; o com menos envolvidos é o do Rio Manuel Alves da Natividade, com 11 municípios. A maior área coberta por Comitê fica com o da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso do Araguaia, com 21.300km<sup>2</sup>, e a menor área, com o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Lontra e Corda, com 8.000km<sup>2</sup>.

Observa-se que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Palmas envolve a maior população, com registro de 369.000 pessoas, ficando com a menor população envolvida o Comitê do Rio Manuel Alves da Natividade. A criação de três dos Comitês aconteceu em 2011 (Rio Manuel Alves da Natividade, Rio Formoso do Araguaia e Lago de Palmas) e um em 2013 (Rio Lontra e Corda), e desde então não há registro da instituição de outros Comitês para cobertura das bacias hidrográficas que estão descobertas pelos órgãos colegiados.

Os dados acima referidos foram compilados e representados por meio do quadro 5, conforme segue.

**Quadro 5** – Instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado do Tocantins.

Comitês	Instrumentos de Criação	Datas de Criação	Áreas Aproximadas	Quantidade Populacional	Municípios Envolvidos
CBH do Rio Manuel Alves da Natividade	Decreto Estadual nº 4.252	22/3/2011	14.900km <sup>2</sup>	31.000	11
CBH do Rio Formoso do Araguaia	Decreto Estadual nº 4.253	22/3/2011	21.300km <sup>2</sup>	157.000	15

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridTocantins.aspx>>. Acesso em 10 mar. 2017.

CBH do Lago de Palmas	Decreto Estadual nº 4.434 <sup>103</sup>	7/11/2011	17.800km²	369.000	20
CBH dos Rios Lontra e Corda	Decreto Estadual nº 4.906	10/10/2013	8.000km²	203.000	12

**Fonte:** Adaptado do *site* da ANA.

A disposição física dos municípios alcançados pelos Comitês Hidrográficos fica representada, segundo a figura 5, com identificação pelas representações TO 1 – CBH do Rio Manuel Alves da Natividade, TO 2 – CBH do Rio Formoso do Araguaia, TO 3 – CBH do Lago de Palmas e TO 4 – CBH dos Rios Lontra e Corda.

**Figura 5** – Representação dos Comitês Hidrográficos no Estado do Tocantins.



**Fonte:** <http://www.cbh.gov.br>.

De acordo com os Decretos que instituíram os Comitês no estado do Tocantins, registra-se uma disposição diferenciada quanto à natureza jurídica dos órgãos colegiados, a qual estabelece para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso e do Rio Manuel Alves da Natividade atribuições de natureza consultiva e deliberativa<sup>104</sup>, e para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas e do Rio Lontra e Corda atribuições de natureza consultiva, normativa e deliberativa<sup>105</sup>.

<sup>103</sup> O Decreto Estadual nº 5.561, de 10 de janeiro de 2017, alterou a denominação do nome instituído pelo Decreto Estadual nº 4.434, de 7 de novembro de 2011, nos seguintes termos: “art. 1º O Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, instituído pelo Decreto 4.434, de 7 de novembro de 2011, passa a denominar-se Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas – CBHLP”.

<sup>104</sup> Dispõe no Decreto nº 4.252, de 22 de março de 2011: “Art. 1º É instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante do

Todavia, entende-se que, embora os Decretos estaduais que instituíram os Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Formoso e do Rio Manuel Alves da Natividade não façam denominação quanto à natureza normativa, essa competência é expressamente atribuída pela Lei Estadual nº 1.307, de 2002, que dispõe no *caput* do artigo 32: “Os Comitês de Bacias Hidrográficas são entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva, reconhecidos e qualificados por ato do Chefe do Poder Executivo (...)”.

Assim, foram verificadas no item anterior as divisões das bacias hidrográficas no Brasil e no estado do Tocantins, assimilações importantes para o presente estudo; e neste, as colocações quanto aos Comitês, órgãos capazes de gerenciar os conflitos hídricos (mas que ainda não se encontram implementados em todo o território tocantinense). Tem-se que a discussão prossegue com a introdução acerca da Tragédia dos Comuns, e como consequência as deficiências de gestão, de implementação e de regulamentação no estado do Tocantins.

### **2.3. Tragédia dos comuns: uma possível consequência do uso indiscriminado do recurso hídrico no estado do Tocantins**

O conteúdo já colocado em discussão identifica que a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo, é dever não só do poder público, mas também de toda a coletividade. Nesse contexto, a água como elemento natural integrante do meio ambiente e de quantidade limitada, precisa ser preservada.

Existe evidentemente preocupação com o uso indiscriminado da água, que é um bem comum de uso do povo, mas limitado. O estudo apresentado no primeiro capítulo demonstra o aumento significativo da demanda pelo recurso hídrico, e em muitos casos sem a gestão eficiente do poder público.

---

Sistema Estadual de Recursos Hídricos”. E no Decreto nº 4.253, de 22 de março de 2011: “Art. 1º É instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves da Natividade, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos”.

<sup>105</sup> Dispõe no Decreto nº 4.434, de 7 de novembro de 2011: “Art. 1º É instituído o Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, órgão colegiado, de natureza consultiva, normativa e deliberativa, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos”. E no Decreto nº 4.906, de 10 de outubro de 2013: “Art. 1º É instituído o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda, órgão colegiado, de natureza consultiva, normativa e deliberativa, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos”.

Ponderando pelo aspecto da demanda hídrica, pode-se afirmar que existem distintos tipos de interesses quanto aos usos do recurso hídrico disponível, que é comum a todos.

A multiplicidade de usos da água por usuários com interesses diferentes acaba por permitir condutas diferenciadas, gerando conflitos. Logo, embora a água seja um bem de domínio público, os interesses envolvidos no seu uso são diversificados e muitas vezes não representam os anseios da coletividade.

Os diferentes grupos de usuários quando da utilização da água agem de acordo não só com suas necessidades, mas também com as suas convicções sociais e políticas. Dessa forma, torna-se interessante a análise da teoria da escolha racional, que, na seara dos recursos comuns, demonstra que as instituições podem conseguir controlar o comportamento dos indivíduos por meio de normas e regras, protegendo o coletivo<sup>106</sup>.

Para Cunha (2004), pela teoria da escolha racional é possível explicar o desempenho social e político, em que se observa a existência de uma escolha racional pela pessoa. Citando Baert, o estudioso menciona como pressupostos basilares, para que aconteça esta escolha, a intencionalidade, racionalidade e incerteza e risco. As ações intencionais de uma pessoa isolada, com escolha interdependente, alcançam resultado inferior ao que se espera de uma ação em conjunto. A racionalidade é auferida pela reunião de conhecimentos necessários para que o indivíduo alcance com segurança suas opções, isso porque se compreende que a busca individual tende a “maximizar os benefícios e minimizar os custos” do ato. Segue asseverando o entendimento de que, em regra, os indivíduos possuem “informações imperfeitas”. As informações viciosas alcançam um processo comparativo no sentido de que quando a pessoa age com incerteza não consegue visualizar as opções possíveis, e ao agir com risco, a observação quanto às possibilidades de se alcançar diversos resultados é possível.

A análise posta por meio da teoria da escolha racional nos leva ao entendimento de que os usuários da água, quando agem isoladamente tendem a

---

<sup>106</sup> CUNHA, Luis Henrique. Da “Tragédia dos Comuns” à Ecologia Política: Perspectivas Analíticas para o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais. Revista Raízes, Vol. 23, nºs. 01 e 02, p. 10-26, Campina Grande, 2004. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_1.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_1.pdf)>. Acesso em 1º out. 2016.



priorizar em um curto espaço temporal a maximização de seus interesses, o que pode ser prejudicial a outros usuários, bem como à coletividade.

De acordo com Cunha (2004), mesmo quando o indivíduo auferir mais ganhos cooperando com a coletividade, e não com a maximização de seus interesses, ainda assim é possível que pondere ser mais vantajoso atuar como um *free-rider*<sup>107</sup>.

A lesão a diferentes pessoas ou até mesmo à coletividade leva ao inevitável conflito pelo uso. O conflito pode alcançar patamares severos, pois a água é um recurso natural limitado e essencial para a sobrevivência humana.

Por se tratar de recurso natural comum a toda a coletividade (recurso comum), sem característica de alienabilidade, as instituições podem não conseguir realizar com eficiência o controle da oferta e da procura.

Mankiw (2005) descreve o equilíbrio da oferta e da procura para o uso de recursos naturais, como é o caso das águas, com a seguinte exemplificação: “(...) os compradores e vendedores em um mercado normalmente não levam em consideração os efeitos externos de suas decisões. Assim, os mercados funcionam bem quando se trata de sorvete, mas funcionam mal quando o bem é ar puro”.

Seguindo o entendimento de Mankiw (2005), podemos concluir que o fato da legislação brasileira atribuir a condição de bem público à água, isso por si só não evita problemas decorrentes da Tragédia dos Comuns<sup>108</sup>, conforme anteriormente endossado por Farias (2005).

A expressão Tragédia dos Comuns ficou conhecida por meio de um artigo escrito pelo biólogo Garret Hardin com exposição de uma parábola a qual apresenta

<sup>107</sup> Entende-se por *free-rider* como um termo correspondente à tradução de “carona”. O indivíduo utiliza-se do bem, que lhe apresenta gratuitamente, como se ninguém fosse o seu dono.

<sup>108</sup> COSTA (2005, p. 319) ensina que “a exploração excessiva de recursos de propriedade comum é denominada por alguns economistas de “a Tragédia dos Comuns”, fazendo referência a um artigo de mesmo nome escrito pelo biólogo Garret Hardin, em 1968. Nesse artigo, Hardin afirma que a maioria dos problemas ambientais provém de uma causa única: a utilização inadequada de recursos que são de propriedade comum. Como o ar, a água, a maioria das espécies animais, e as áreas verdes não têm um proprietário definido, as pessoas tendem a se comportar como se todos tivessem direitos sobre esses bens; no entanto, ninguém se responsabiliza pelas obrigações de preservação desses recursos. (Costa, Simone S. Thomazi. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Revista Análise, vol. 16, nº2, p. 301-323, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/download/276/225>>. Acesso em 1º out. 2016.

as externalidades negativas<sup>109</sup> do uso que prioriza o interesse privado em detrimento do meio ambiente, que é um recurso comum. O Quadro 6 traz o artigo de Garret Hardin, o qual assegura a ruína como o destino do uso dos recursos comuns com plena liberdade.

**Quadro 6 – A Tragédia dos Comuns – Garret Hardin.**

“A estratégia dos recursos comuns se desenvolve da seguinte maneira. Imagine um pasto aberto para todos. É de esperar-se que cada pastor tentará manter nos recursos comuns tantas cabeças de gado quanto lhe seja possível. Este arranjo pode funcionar razoavelmente por séculos graças às guerras tribais, à caça furtiva e às enfermidades que manterão os números tanto de homens como de animais abaixo da capacidade de carga das terras. Finalmente, no entanto, chega o dia de ajustar as contas, ou seja, o dia em que se torna realidade a tão sonhada meta de estabilidade social. Neste ponto, a lógica inerente aos recursos comuns em misericórdia gera uma tragédia.

Como um ser racional, cada pastor busca maximizar seus ganhos. Explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, se pergunta:

Qual é o benefício para mim de acrescentar um animal ao meu rebanho? Esta utilidade tem um componente negativo e outro positivo.

1. O componente positivo é uma função do incremento de um animal. Como o pastor recebe todos os benefícios da venda, a utilidade positiva é próxima de +1.
2. O componente negativo é uma função da sobreutilização do pastoreio adicional gerado por um animal a mais. No entanto, como os efeitos do pastoreio são compartilhados por todos os pastores, a utilidade negativa de qualquer decisão particular tomada por um pastor é somente uma fração de -1.

Ao somar todas as utilidades parciais, o pastor racional conclui que a única decisão sensata para ele é agregar outro animal ao seu rebanho, e outro mais... Mas esta é a conclusão a que chega cada um e todos os pastores sensatos que compartilham os recursos comuns. E aí está a tragédia. Cada homem está dentro de um sistema que o impulsiona a incrementar seu gado ilimitadamente, em um mundo limitado. A ruína é o destino para o qual correm todos os homens, cada um buscando seu melhor proveito em um mundo que acredita na liberdade de uso dos recursos comuns. A liberdade de uso dos recursos comuns resulta na ruína de todos.”

Garret Hardin

**Fonte:** Hardin (1968, p.1.243) *apud* Dias (2011, p. 56).

O entendimento trazido por Garret Hardin no uso indiscriminado de recursos comuns é explicado com propriedade por Barbieri (2007)<sup>110</sup> no seguinte sentido:

Ele reproduz uma parábola em que vários pastores utilizam uma mesma área para alimentar seu rebanho. Os pastores poderiam chegar a um acordo sobre a quantidade máxima de animais que cada um poderia ter para usar essa área *ad eterno*. Porém, procurando maximizar seus ganhos, um certo pastor se pergunta o que ele ganhará adicionando mais um animal ao seu rebanho. Uma consequência positiva é que ele receberá integralmente os benefícios da venda desse animal e as consequências negativas decorrentes de um animal a mais para pastar serão repartidas

<sup>109</sup> Para Mankiw “uma externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto. Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é chamado de *externalidade negativa*; se é benéfico, é chamado de *externalidade positiva*. (MANKIW, N. Gregory. Princípios de Microeconomia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 204).

<sup>110</sup> BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2007. p. 64.

entre todos os pastores. Assim, esse pastor concluirá que para ele, o melhor mesmo é aumentar seu rebanho. Se cada pastor pensar e agir assim, o resultado será a superlotação da área de pastagem comum, levando à ruína de todos, a tragédia dos comuns.

Seguindo o entendimento de Hardin, pode-se chegar à conclusão de que a água enquanto bem comum, com a utilização segundo os interesses particulares de seus diversos usuários, sem o emprego de normativas eficientes e controle pelo poder público, com imprescindíveis restrições e limitações, tendo como parâmetro a disponibilidade hídrica, a demanda e o interesse público, terá o seu uso desenfreado, e, como consequência, a Tragédia dos Comuns.

É crucial observar que a Tragédia dos Comuns para os recursos hídricos pode alcançar um estado de escassez tamanho, que possibilite a externalidade negativa alcançar o uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano e para a dessedentação de animais.

Interessante é a advertência difundida por Mariotti (2013) no que se refere ao uso indiscriminado de recursos: “se cada um resolver agir segundo os seus interesses imediatos o resultado será pior do que seria se todos decidissem aceitar regras que satisfizessem ao interesse geral.”<sup>111</sup>

Nesse contexto, é importante ressaltar que quando a Lei Federal nº 9.433, de 1997, apresenta expressamente o caráter público à água, diferentemente do que acontecia com o Decreto Federal nº 24.643, de 1934, que trazia um caráter de natureza híbrida para as águas, ou seja, ficavam alocadas tanto no campo do direito privado como no campo do direito público, não se evita a incidência da Tragédia dos Comuns com a mudança do regime da propriedade.

Cunha (2004, p. 11) nos ensina que, para os recursos comuns, os efeitos da regulação acerca dos usos e dos seus usuários não carecem do regime de propriedade, descrevemos:

Estudos de caso indicam que interações complexas entre as características do recurso, o regime de propriedade e outros arranjos institucionais, de um lado, e as relações políticas, econômicas, e culturais de outro, influem no grau de sucesso do manejo de recursos comuns. E que a eficácia na regulação dos usos e dos usuários não depende do regime de propriedade.

---

<sup>111</sup> Mariotti, Humberto. Complexidade e sustentabilidade: o que se pode e o que não se pode fazer. São Paulo: Atlas, 2013, p. 64-65.

Logo, o que se evidencia para os recursos comuns é a necessidade de uma eficaz regulamentação, para que, independentemente do regime de propriedade, os usuários não utilizem apenas os seus interesses pessoais em detrimento do coletivo. Para melhor entendimento da imperiosidade do controle de uso dos bens comuns, no caso a água, pode-se citar a explicação do doutrinador Mankiw (2005, p. 225):

Os recursos comuns são rivais, mas não excludentes. Por exemplo, os peixes no mar são bens rivais: quando alguém pesca um deles, há menos peixes disponíveis para a próxima pessoa que for pescar. Mas os peixes não são excludentes, porque, dada a vastidão do mar, é difícil impedir que os pescadores retirem peixe dele.

Extrai-se da definição de recurso comum que, em regra, a água utilizada por um usuário não fica à disposição para a utilização de outro, e sem a existência de uma compensação, avizinha-se a possibilidade dos conflitos decorrentes da Tragédia dos Comuns<sup>112</sup>.

Diante da concepção de que os recursos comuns são rivais, entende-se que a água utilizada por um usuário diminui a oportunidade de uso por outro. A partir dessa possibilidade de redução do bem natural, que deve ser posto à disposição de todos, a gestão dos recursos hídricos passa a se preocupar com a satisfação dos usuários no que se refere à quantidade e à qualidade da água.

A redução na qualidade e quantidade da água conduz aos variados aspectos da escassez hídrica, com possibilidade de identificação de conflitos pelo uso os quais decorrem do problema teórico denominado Tragédia dos Comuns.

A abordagem da Tragédia dos Comuns, de Garret Hardin, desenvolve-se considerando que a água é um bem público de uso comum, e que, embora deva estar à disposição de todos os cidadãos, é passível de escassez.

A utilização do recurso hídrico pelos diversos tipos de uso (consumo humano, indústria, agropecuária, irrigação, entre outros) pode provocar conflitos e externalidades negativas, como a poluição e seu esgotamento. Assim, o agravamento dessas situações leva o recurso natural a um estado que não

---

<sup>112</sup> MANKIW (2005, p. 232) apresenta a Tragédia dos Comuns como “uma história com uma lição geral: quando alguém usa um recurso comum, diminui o desfrute que as outras pessoas podem ter dele. Por causa dessa externalidade negativa, os recursos comuns tendem a ser usado em excesso. O governo pode resolver o problema, reduzindo o uso de recursos comuns por meio de regulamentos ou impostos. Alternativamente, algumas vezes pode transformar o recurso comum em bem privado”.

consegue atender à demanda dos diferentes usuários, seja em quantidade ou qualidade.

Os recursos hídricos possuem unidade de gestão e planejamento por meio das Bacias Hidrográficas, sendo as situações expostas submetidas aos Comitês das Bacias, com competências de atribuições provenientes da esfera federal ou da estadual.

De acordo com a alçada de competência (Federal, Estadual ou Distrital), a constituição dos Comitês das Bacias objetiva a resolução dos conflitos incidentes na área de atuação. Assim, os Comitês das Bacias, como órgãos que possuem atribuição de negociação, enfrentam resolução de conflitos decorrentes da teórica Tragédia dos Comuns.

Nessa perspectiva, a unidade de gestão e de planejamento, por meio das Bacias Hidrográficas, quando dos enfrentamentos dos conflitos, delibera sobre fatos que se identificam com a Tragédia dos Comuns. No entanto, é importante observar que os conflitos deliberados nos Comitê da Bacia permitem uma visualização da Tragédia dos Comuns não só para os decorrentes dos múltiplos usos dos recursos hídricos, mas também para os motivados pelas deficiências normativas, como será demonstrado no próximo capítulo quanto às emissões das DUIs no estado do Tocantins.

A abordagem se dará com a apreciação de fatores provocados pelos aspectos críticos da gestão, como a ausência de Planos de Bacia e de implementação dos Comitês das Bacias; a não efetivação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos; e a omissão na identificação dos corpos hídricos em plano de bacia já aprovado. Observar-se-ão ainda as regulamentações das DUIs no estado do Tocantins, o procedimento administrativo interno do Naturatins e a confrontação de dados.

### **CAPÍTULO III – DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE: UM DIAGNÓSTICO PARA CORREÇÃO NORMATIVA E AVANÇOS NA GESTÃO HÍDRICA.**

Nos termos do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, os usos considerados insignificantes independem de outorga. Todavia, há de se observar que a somatória desses usos, quando o controle por parte do Poder Público apresenta deficiências, pode resultar desequilíbrio ao meio ambiente.

A normativa estadual assevera que “os quantitativos de derivações e captações considerados insignificantes poderão ser revistos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, quando da solicitação pelos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, após a aprovação dos Planos de Bacias” (§ 1º do art. 14 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005).

O estudo desenvolvido evidencia a ausência de planos de bacias e carência de implementação dos Comitês de Bacias, tornando importante a reflexão acerca do assunto.

#### **3.1 Aspectos críticos da gestão hídrica tocantinense que cooperam para a incidência da Tragédia dos Comuns**

Como visto neste trabalho, a água, enquanto recurso natural, está sujeita à escassez. Necessita de guarida, a qual deve acontecer por meio de uma gestão eficiente combinada com o cumprimento de disposições normativas acerca dos recursos hídricos.

Uma gestão hídrica eficiente, que seja capaz de resguardar o direito ao meio ambiente equilibrado e garantir os diversos tipos de uso do recurso natural água, sem prejuízos aos interesses coletivos, exige enfrentamento das dificuldades, como bem pondera Milaré (2014, pág. 930):

Na realidade serão necessárias ações de esclarecimentos e transformação cultural, inovações tecnológicas, adequações econômicas e, em determinados casos, decisões políticas corajosas, para o concreto enfrentamento da dificuldade da má gestão das águas<sup>113</sup>.

As ausências de enfrentamento, pela gestão hídrica, de questões que influenciam na quantidade e qualidade da água, proporcionando até desequilíbrio

---

<sup>113</sup> MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014, p. 930.

ambiental, influenciam nas emissões das DULs e agravam situações que podem levar à Tragédia dos Comuns.

Alerta-se, portanto, que, quando da análise das emissões das DULs pelo Naturatins, o que ocorrerá no próximo item será importante para que o leitor tenha a compreensão das incidências dos aspectos críticos da gestão hídrica tocantinense, pois valorizará a apreciação do conteúdo disposto para a incidência da Tragédia dos Comuns no que se refere ao uso insignificante da água.

Dessa forma, conforme se verifica na exposição dos itens anteriores, em relação à gestão hídrica de competência do estado do Tocantins, podemos identificar pelo menos quatro pontos críticos, capazes de contribuir para a ocorrência da Tragédia dos Comuns: a) ausência de planos de bacias; b) carência de implementação dos comitês de bacias; c) omissão na implementação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos; e d) supressão da obrigação de identificação de corpos hídricos em plano de bacia já aprovado.

### 3.1.1 Ausência de planos de bacias

O Plano de Bacia Hidrográfica é um instrumento de direção que possui o intuito de gerenciar os recursos hídricos da região. Os planos atuam com conteúdos importantes, como: diagnóstico dos recursos hídricos; avaliação entre a disponibilidade e a demanda; identificação de conflitos potenciais pelos usos; metas de racionalização de uso e as suas medidas; programas e projetos; prioridades para a outorga; definição de áreas sujeitas à restrição de uso; programas para a gestão das águas subterrâneas, entre outros.

Importa lembrar que a disposição legal, segundo o artigo 8º da Lei nº 9.433, de 1997, é no sentido de que os planos devem ser elaborados por bacia hidrográfica.

Como decorrência, os planos de bacias são de grande relevância para a gestão dos recursos hídricos da região, pois possuem caráter operacional, de estratégia, que orienta as decisões a serem adotadas para os diversos tipos de usos, em especial quanto à quantidade e qualidade da água, de modo que seja possível assegurar as metas, as prioridades, as racionalizações e outros aspectos.

Conclui-se, por conseguinte, que as falhas proporcionadas pela ausência de planos de bacia, a qual dificulta o controle de dados importantes quanto às especificidades da bacia hidrográfica, acabam por influenciar na expedição das outorgas, bem como das emissões das DULs, pois evidentemente o Poder Público deixa de ter o domínio necessário para a segurança desses atos.

Entende-se que a emissão das DULs, sem o apoio necessário da gerência proporcionada pelos planos de bacia, pode acarretar prejuízos aos recursos hídricos. Isso porque medidas importantes, como a priorização dos usos e o balanço entre a demanda e a disponibilidade, podem estar com deficiências não identificadas ante a ausência de estudos prévios de um plano de bacia.

Segundo apurado neste estudo, a hidrografia tocantinense divide-se em dois sistemas hidrográficos: o do Araguaia, com 16 bacias; e o do Tocantins, com 14. Dentre o total de 30 bacias tocantinenses, apenas 6 possuem os seus planos, o que demonstra ampla ausência de importante instrumento para a gestão hídrica, para a emissão das DULs.

Demonstra-se que, mesmo após a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos tendo como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos os planos de bacia, segundo disposições contidas na Lei Federal nº 9.433, de 1997, e na Lei Estadual nº 1.307, de 2002, o estado do Tocantins, dentre o número total de suas bacias hidrográficas ainda precisa elaborar e aprovar 80% dos planos.

Nesse contexto, o direito ao meio ambiente equilibrado e a segurança do ato administrativo de autorização de emissão das DULs parecem passar por um procedimento falho, que se fundamenta em dados sem o emprego dos instrumentos apontados pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

O interesse público também aparenta vulnerabilidade, pois, sem as implementações dos planos de bacia para o controle do acesso e do uso dos recursos hídricos, a gestão hídrica pode estar desprovida de controle diligente de dados e informações, o que pode levar à escassez da água.

A utilização desmesurada do bem público (água), com ausência de controle pelo poder público ou sem a sua correta limitação, seja em decorrência da



deficiência de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, de dados ou falhas nas normas, contribui para a incidência da Tragédia dos Comuns.

### 3.1.2 Carência de implementação dos comitês de bacias

A Lei Estadual nº 1.307, de 2002, afirma que os Comitês de Bacias Hidrográficas fazem parte da estrutura do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, sendo um órgão colegiado, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva.

As experiências cotidianas acerca dos recursos hídricos devem fazer parte das discussões nos Comitês das Bacias Hidrográficas, pois o colegiado tem interesse em garantir o adequado emprego e a sustentabilidade do recurso natural, enfrentando os conflitos eventualmente identificados e acompanhando os planos das bacias.

Ademais, a composição dos Comitês das Bacias, tido como o “Parlamento das Águas”, inova as decisões a serem aplicadas, agindo com a cooperação de diversos interessados, a exemplo os representantes dos poderes públicos (como os municípios), representantes da sociedade civil e usuários da água. Assim, o que ocorre na prática, por meio dos Comitês, é a descentralização da gestão nos processos decisórios de uma bacia.

Diante desse contexto, os Comitês das Bacias Hidrográficas são de grande importância, pois idealizam a nova forma de gestão das águas. Pelas normativas referentes aos Comitês, podemos observar uma gestão de negociação, representada por diferentes setores públicos e privados e com a presença efetiva da população interessada. Por meio dos Comitês das Bacias, temos uma deliberação mais democratizada e transparente quanto aos recursos hídricos.

Ademais, o princípio participativo evidenciado aos interessados de uma bacia hidrográfica tem procedência na Constituição Federal, de 1988, no *caput* do artigo 225, que assim refere:

Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A ideia de participação busca envolver o Poder Público, usuário das águas e sociedade civil nas etapas do processo decisório, superando, assim, as simples manifestações de proposições ou sugestões.

A composição mista dos Comitês das Bacias proporciona a oportunidade de participação de cada segmento interessado, o que harmoniza o tratamento e a resolução dos conflitos incidentes. Dessa forma, os Comitês das Bacias evitam que os assuntos referentes às regiões hidrográficas sejam abordados em forma de sistema fechado, seguindo somente as diretrizes técnicas, normativas e legais sobre o assunto.

A participação dos segmentos interessados nos Comitês de Bacias, quando trata e soluciona os conflitos, possibilita o uso consciente do bem comum evitando a utilização da água conforme o interesse particular de cada interessado, contribuindo assim para a não ocorrência da Tragédia dos Comuns.

Com as premissas levantadas neste estudo, pode-se afirmar que dentre as 30 bacias tocaninenses apenas 5 possuem os seus respectivos Comitês, são eles: Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Manuel Alves da Natividade; do Rio Formoso do Araguaia; do Lago de Palmas; e dos Rios Lontra e Corda. Formula-se, por meio deste conjunto, uma quantidade ínfima de Comitês de Bacias implementados no estado do Tocantins.

A pequena quantidade de implementações de Comitês de Bacia no estado do Tocantins vulnera a proteção hídrica e consequentemente o direito ao meio ambiente equilibrado. A adoção de medidas normativa, deliberativa e consultiva, sem a experiência de um colegiado diretamente ligado aos problemas sensíveis da bacia, pode levar a insuficiência na resolução das dificuldades postas, além de não conceber a democrática representação instituída por meio dos Comitês. Com efeito, a insuficiência na implementação dos Comitês de Bacia contribui para a ocorrência da Tragédia dos Comuns.

Permite-se, por meio dos dados coletados, realizar um paralelo entre a quantidade de Bacias Hidrográficas, Planos de Bacia e Comitês de Bacia, conforme se verifica no quadro 7 abaixo.

**Quadro 7 – Implementações hídricas no estado do Tocantins.**

<b>BACIAS HIDROGRÁFICAS</b>	<b>PLANOS DE BACIA</b>	<b>COMITÊS DE BACIAS</b>
A1 – Bacia do Rio Araguaia	Ausente	Ausente
A2 – Bacia do Rio Riozinho	Ausente	Ausente
A3 – Bacia do Rio Javaés	Ausente	Ausente
A4 – Bacia do Rio Formoso	Plano de Bacia do Rio Formoso	CBH do Rio Formoso do Araguaia
A5 – Bacia do Rio Pium	Ausente	Ausente
A6 – Bacia do Rio do Coco	Ausente	Ausente
A7 – Bacia do Rio Caiapó	Ausente	Ausente
A8 – Bacia do Rio Piranhas/Rio Lajeado	Ausente	Ausente
A9 – Bacia do Rio Bananal	Ausente	Ausente
A10 – Bacia do Rio Barreiras	Ausente	Ausente
A11 – Bacia do Rio das Cunhãs	Ausente	Ausente
A12 – Bacia do Rio Jenipapo	Ausente	Ausente
A13 – Bacia do Rio Muricizal	Ausente	Ausente
A14 – Bacia do Rio Lontra	Plano de Bacia do Rio Lontra	CBH do Rio Lontra
A15 – Bacia do Ribeirão Corda	Plano de Bacia do Ribeirão Corda	CBH do Rio Corda
A16 – Bacia do Rio Piranha	Ausente	Ausente
T1 – Bacia do Rio Tocantins	Ausente	Ausente
T2 – Bacia do Rio Santa Tereza	Ausente	Ausente
T3 – Bacia do Rio Paranã	Ausente	Ausente
T4 – Bacia do Rio Palma	Plano de Bacia do Rio Palma	CBH do Lago de Palmas
T5 – Bacia do Rio Manuel Alves da Natividade	Ausente	CBH do Rio Manuel Alves da Natividade
T6 – Bacia do Rio São Valério	Plano de Bacia do Rio São Valério	Ausente
T7 – Bacia do Rio Santo Antônio	Ausente	Ausente
T8 – Bacia do Rio Crixás	Ausente	Ausente
T9 – Bacia do Rio das Balsas	Plano de Bacia do Rio das Balsas	Ausente
T10 – Bacia do Rio Sono	Ausente	Ausente
T11 – Bacia do Rio dos Mangues	Ausente	Ausente
T12 – Bacia do Rio Perdida	Ausente	Ausente
T13 – Bacia do Rio Manuel Alves Pequeno	Ausente	Ausente
T14 – Bacia do Rio Manuel Alves Grande	Ausente	Ausente

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Na esteira dos dados apresentados no quadro 7, observa-se que a vulnerabilidade infligida aos recursos hídricos tocantinenses não se resume à insuficiência de planos de bacia e de implementações de Comitês de Bacia, mas se estende em relação à existência de planos de bacia, como é o caso dos Planos de Bacia do Rio São Valério e do Rio Balsas, sem a respectiva implementação dos Comitês. E, ainda, a implementação do Comitê do Rio Manuel Alves da Natividade, sem a elaboração e aprovação de seu plano de bacia.

### 3.1.3 Omissão na implementação do sistema estadual de informações sobre os recursos hídricos

O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações e de fatores intervenientes em sua gestão<sup>114</sup>. Tem como princípios básicos: a descentralização da obtenção e produção de dados e informações; a coordenação unificada do sistema; e o acesso aos dados e informações garantidos a toda a sociedade. O Sistema de Informação contribui para o modelo de gestão que democratiza o processo decisório pela participação da sociedade.

Embora a Lei Estadual nº 1.307, de 2002, acerca da Política Estadual de Recursos Hídricos esteja em vigência há mais de 15 anos, sendo o sistema estadual de informação um de seus instrumentos, o estado do Tocantins ainda não o implantou.

Destaca-se que a ausência de implantação do sistema estadual de informação traz deficiências para a reunião, tratamento e divulgação de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa da água, atualização permanente sobre a disponibilidade e demanda de recursos hídricos, e fornecimento de subsídios para a elaboração e atualização dos planos de recursos hídricos<sup>115</sup>.

Nessas circunstâncias, a ausência de um instrumento importante como o Sistema de Informação Estadual dos Recursos Hídricos acaba por permitir o uso indisciplinado da água, pois provoca deficiências na coleta e subsídios de dados. O uso indiscriminado do recurso natural, para a satisfação de interesses particulares dos envolvidos na demanda, sem o adequado controle por parte do poder público, ocasiona a Tragédia dos Comuns.

No caso das emissões das DUIs, a falta de dados e informações prejudica a segurança do ato administrativo. Não há garantia de que os dados para preenchimento de requisitos normativos sejam os adequados, ainda mais na ausência de Plano de Bacias e Comitês para os cumprimentos de outros papéis que trazem segurança e eficiência para a gestão hídrica. Como demonstrado, a

---

<sup>114</sup> Art. 25 da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

<sup>115</sup> Art. 17 da Lei Estadual nº 1.307, de 2002.

possibilidade de incidência da Tragédia dos Comuns por conta do uso indiscriminado dos recursos hídricos tocantinenses, decorrido de uma gestão ineficiente e de carência de normativas diligentes, é uma possibilidade.

#### 3.1.4 Supressão da obrigação de identificação de corpos hídricos em plano de bacia já aprovado

Caracterizado que o recurso hídrico é passível de escassez, seja pela quantidade ou pela qualidade, tem-se que a distribuição do recurso natural, quando não prioriza o interesse da coletividade, possivelmente intensifica os conflitos pelos diversos tipos de usos, causando a Tragédia dos Comuns.

A proposta de enquadramento dos corpos de águas em classes de usos preponderantes com as metas respectivas deve estar presente nos planos de bacia, conforme disposição do art. 7º, inc. V, da Lei Estadual nº 1.307, de 2002. Ademais, a obrigatoriedade também consta na Lei Federal nº 9.433, de 1997, e na Resolução Conama nº 357, de 2005.

O estudo apreciou que a proposta de enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes com as metas respectivas não foi apresentada no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. Nesse sentido, não identifica o enquadramento dos corpos de água para a maior bacia do Sistema Hidrográfico do Araguaia, a qual corresponde a 7,5% do território tocantinense.

A deficiência dificulta a verificação da qualidade hídrica, suas metas a serem alcançadas e provoca deficiência no planejamento da bacia. As demandas instauradas na bacia não se submetem a um controle compatível com a realidade fática dos corpos hídricos, podendo acontecer a priorização de usos não vulneráveis em detrimento dos que são.

O não enquadramento deixa de assegurar a compatibilidade da qualidade da água com os usos mais prioritários, como o humano e dessedentação de animais, e pode tolerar o aumento da poluição hídrica, o que também provoca a escassez do recurso natural. A Tragédia dos Comuns é uma possibilidade para uma bacia que deixa de cumprir com as determinações legais de enquadramento dos corpos hídricos.

### 3.2 Estudo das Declarações de Uso Insignificante – DUIs emitidas pelo Naturatins

A pesquisa acerca das DUIs emitidas pelo Naturatins foi realizada por meio de acesso direto ao *site* do instituto<sup>116</sup>, no período compreendido entre 21 de novembro de 2016 e 30 de abril de 2017, tendo se apurado que, dentre as autorizações ativas, existem atualmente, para o período de janeiro de 2014 a abril de 2017, autorizações de emissões para 541 DUIs no estado do Tocantins. Dessa forma, o estudo não contempla dados constantes e relativos a cancelamentos e vencimentos das DUIs até a data final da pesquisa.

A escolha pela pesquisa no *site* do Naturatins se deu primeiramente pela dificuldade de levantamento concernente aos 541 processos individualizados para cada emissão de DUI, e, igualmente, pela manifesta contribuição que se pode alcançar ao identificar ausências de dados importantes que devem estar disponibilizados para a informação e fiscalização por meio dos diversos atores envolvidos e interessados na conjuntura dos recursos hídricos tocantinenses, à guisa de exemplo: a sociedade civil.

De fato, em primeiro plano, observou-se que dados significativos para o acompanhamento das emissões de DUI não constam na consulta disponibilizada ao público em geral, como seriam as relativas à bacia hidrográfica ou trecho de cada DUI, bem como se correspondem a águas superficiais ou subterrâneas, sua finalidade e volume captado.

Ressalta-se que a correspondência da DUI com a captação subterrânea ou superficial, o volume e a finalidade constam apenas na publicação individual do extrato de cada DUI no Diário Oficial do Estado, o que dificulta demasiadamente o acompanhamento por parte dos interessados. Conclui-se no sentido de que a partir do momento que existe a disponibilidade de dados para consulta pública, esta deve acontecer de forma eficiente e que permita o seu completo acompanhamento, tema que necessitaria abordagem e desenvolvimento à parte.

---

<sup>116</sup> Disponível em:  
<[http://projetos.naturatins.to.gov.br/scriptcase/app/SIGA\\_INTERNET/grid\\_ambiental\\_lic\\_licenca\\_externo/grid\\_ambiental\\_lic\\_licenca\\_externo.php](http://projetos.naturatins.to.gov.br/scriptcase/app/SIGA_INTERNET/grid_ambiental_lic_licenca_externo/grid_ambiental_lic_licenca_externo.php)>. Acesso em 30 abr. 2017.

No presente momento, os dados gerais disponibilizados para a consulta pública se referem ao número da licença, processo, requerimento, parecer técnico, vencimento, ato administrativo, propriedade, município, proprietário e situação, conforme Anexo B. Dados importantes necessitam de inserção, como é o caso da descrição da bacia hidrográfica ou trecho em que a DUI está vinculada, e correspondência quanto a águas superficiais ou subterrâneas, a finalidade de sua autorização e volume captado.

No próximo item, demonstrar-se-á a importância desses dados, que, conforme verificados, não constam nas informações gerais disponibilizadas para a consulta pública. Neste momento é importante colocar em destaque que dois fatores parecem prejudicar o controle por parte dos interessados e até mesmo pelo próprio Poder Público: a ausência de implementação do Sistema Estadual de Informações sobre os recursos hídricos e a disponibilidade geral de dados essenciais para a consulta pública.

Conforme alertado, mesmo que a regulamentação estadual atribua limitações para a emissão das DUIs por meio de vazões das correspondentes bacias hidrográficas ou trechos, os dados completos não são publicados na consulta geral. Assim, não se pode afirmar, pela disponibilidade pública de dados no sistema, que uma DUI está vinculada a determinada bacia hidrográfica. No entanto, pode-se afirmar em qual município a DUI está inserida.

Durante a busca de dados para a pesquisa, verificou-se, na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins<sup>117</sup>, a possibilidade de certificação oficial quanto à vinculação de cada município na(s) sua(s) correspondente(s) bacia(s) hidrográfica(s), tendo sido informado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que o Estado ainda não possui registros oficiais para conhecimento do enquadramento de cada município à(s) bacia(s) hidrográfica(s). Assim, apenas para as bacias que possuem os planos, podem-se afirmar quais são os municípios que a integram.

Como visto, a vinculação do município à bacia hidrográfica em que incide a DUI não pode ser feita diretamente por este estudo, tendo em vista que um

---

<sup>117</sup> O contato feito com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos foi realizado em 12 de maio de 2017.

município pode estar inserido em mais de uma bacia hidrográfica, daí a importância de que este dado de vinculação esteja presente nas informações públicas.

De fato, deve-se questionar como o interessado no controle das DULs pode fiscalizar a limitação das vazões de referência incidentes, se não existe a informação pública geral para tal ato. Ou seja, se o próprio Estado não possui documento oficial acerca do enquadramento dos municípios à(s) sua(s) bacia(s) hidrográfica(s), como pode o controle ser feito?

Observa-se, ainda, que o § 2º do artigo 14 do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, dispõe: “O NATURATINS manterá um cadastro dos usuários que captam volumes de água considerados insignificantes, exercendo sobre estes o controle e a fiscalização no interesse público, assim como a conciliação de conflitos”.

Embora inexista, neste momento, a possibilidade de vincular diretamente o município à bacia hidrográfica ou trecho, a análise seguirá no sentido de demonstrar que a demanda pela emissão das DULs não é pontualmente constante no estado do Tocantins, de modo que permita a regulamentação proceder a uma limitação de vazão generalizada em 25% para todas as bacias ou trechos, podendo levar até mesmo à ocorrência da Tragédia dos Comuns.

As emissões das DULs pelo Naturatins parecem ter se mantido equilibradas, em quantidade, entre os anos de 2014 e 2016, e com certa incidência para o primeiro quadrimestre de 2017, conforme demonstra o quadro 8.

**Quadro 8** – Quantidade de DULs emitidas pelo Naturatins, entre os anos de 2014 e abril de 2017.

<b>ANO DE EMISSÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
2014	167
2015	158
2016	138
Até 30 de abril de 2017	78
<b>Total Geral</b>	<b>541</b>

**Fonte:** Baseado em dados contidos no controle divulgado pelo Naturatins.

Nota-se que, para o primeiro quadrimestre deste ano de 2017, já foram emitidas DULs correspondentes a 56,52% do total emitido para o ano anterior de 2016.

Para a compreensão das emissões das DULs, que seguem uma demanda especificadamente focalizada em determinados municípios, o estudo fará a análise



de dados referentes aos cinco maiores em densidade demográfica, quais sejam: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, embora o estado do Tocantins possua 139 municípios.

Segundo informações obtidas no *site* do IBGE (2017)<sup>118</sup>, a densidade demográfica dos cinco maiores municípios tocaninenses e as suas extensões territoriais, assim dispõem:

**Quadro 9** – Densidade Demográfica nos cinco maiores municípios tocaninenses.

<b>Palmas</b>	
População estimada em 2016	279.856
Área da unidade territorial 2015 (km²)	2.218,943

<b>Araguaína</b>	
População estimada em 2016	173.112
Área da unidade territorial 2015 (km²)	4.000,416

<b>Gurupi</b>	
População estimada em 2016	84.628
Área da unidade territorial 2015 (km²)	1.836,091

<b>Porto Nacional</b>	
População estimada em 2016	52.510
Área da unidade territorial 2015 (km²)	4.449,917

<b>Paraíso do Tocantins</b>	
População estimada em 2016	49.727
Área da unidade territorial 2015 (km²)	1.268,060

**Fonte:** Adaptado do IBGE, 2017.

A demanda hídrica para estes municípios se relaciona com a quantidade de sua respectiva população, bem como com a disponibilidade de seu recurso natural água e seus impactos para a gestão hídrica, conforme demonstrado no item 1.1, por meio da figura 2.

Nesse sentido, há de se observar que para o município de Palmas, com população estimada de 279.856, o seu alto impacto está voltado para a densidade urbana, PIB e indústria. Já para o município de Paraíso, com população estimada de 49.727 observa-se um médio impacto para densidade urbana, pecuária e indústria. Dessa forma, pode-se supor que dados como estes deveriam ser considerados,

<sup>118</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/extras/perfil.php?codmun=172100>>. Acesso em 7 mai. 2017.

pelos órgãos responsáveis, nas expedições de autorizações/outorgas, normas relacionadas ao uso dos recursos hídricos, bem como para as DULs. Decorre que, conforme exposto anteriormente, a disponibilização do recurso natural água, sem o controle eficaz da gestão leva à Tragédia dos Comuns.

Pode-se fazer um estudo comparativo entre os cinco municípios com mais densidade demográfica quanto às DULs emitidas no período de análise, vejamos essa possibilidade por meio do quadro 10.

**Quadro 10 – Dados Comparativos: Densidade Demográfica x DUL.**

<b>Palmas – densidade demográfica 279.856</b>	
Emissões em 2014	26
Emissões em 2015	39
Emissões em 2016	25
Emissões de janeiro a abril de 2017	18
<b>Total geral</b>	<b>108</b>

<b>Araguaína – densidade demográfica 173.112</b>	
Emissões em 2014	8
Emissões em 2015	4
Emissões em 2016	19
Emissões de janeiro a abril de 2017	4
<b>Total geral</b>	<b>35</b>

<b>Gurupi – densidade demográfica 84.628</b>	
Emissões em 2014	10
Emissões em 2015	8
Emissões em 2016	2
Emissões de janeiro a abril de 2017	5
<b>Total geral</b>	<b>25</b>

<b>Porto Nacional – densidade demográfica 52.510</b>	
Emissões em 2014	11
Emissões em 2015	9
Emissões em 2016	8
Emissões de janeiro a abril de 2017	7
<b>Total geral</b>	<b>35</b>

<b>Paraíso do Tocantins – densidade demográfica 49.727</b>	
Emissões em 2014	7
Emissões em 2015	3
Emissões em 2016	7
Emissões de janeiro a abril de 2017	2
<b>Total geral</b>	<b>19</b>

**Fonte:** Baseado em dados contidos no controle divulgado pelo Naturatins.

Com a finalidade de demonstrar a inexistência de dados pontuais que permitam padronizar a limitação das DULs por somatório dos usos individuais, no trecho ou na bacia hidrográfica, na quantia de no máximo 25% da vazão de referência, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 2.432, o qual será objeto no próximo item, analisam-se os dados com demonstração de algumas ocorrências de importância para o estudo.

Pode-se extrair dos dados coletados que os municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins tiveram, juntos, a quantia de 222 DULs, correspondente a 41,035% do total de geral das DULs emitidas em todo o estado do Tocantins, que corresponde à quantia de 541 DULs. Claramente, a demanda pelo uso insignificante no estado do Tocantins encontra-se com maior incidência nas regiões dos municípios de maior densidade demográfica.

No estado do Tocantins, a estimativa populacional é de 1.532.902 habitantes (IBGE, 2016), tendo a demanda apontada para os 5 municípios incididos para uma população estimada em 639.833 habitantes.

Importante notar que, nas balizes da demanda com referência populacional, a incidência parece apontar uma correspondência proporcional, pois a somatória da população estimada dos 5 municípios corresponde a 41,739% de todo o estado do Tocantins. Logo, visualiza-se uma demanda das DULs centrada em 5 municípios, correspondendo a 41,035% da demanda dos usos insignificantes.

Todavia, ressalta-se que essa proporcionalidade não retira a possibilidade de ocorrência da Tragédia dos Comuns, pois, conforme se observará no próximo item, quando da análise da normativa limitadora da vazão por trecho ou bacia, a incidência ocorre pelo existir de uma limitação padronizada em 25% para todo o sistema hídrico do estado do Tocantins, bem como por não considerar esses pontuais picos da demanda.

Dessa forma, obviamente que os 5 municípios analisados não são os únicos a integrar determinadas bacias. Existem outras municipalidades que necessitam do compartilhamento da disponibilidade hídrica, como exemplo, a bacia do Rio Balsas que, além de Palmas, abrange total ou parcialmente mais 12 municípios, sendo eles: Aparecida do Rio Negro, Novo Acordo, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza do

Tocantins, Mateiros, Monte do Carmo, Ponte Alta do Tocantins, Silvanópolis, Pindorama do Tocantins, Almas, Rio da Conceição e Natividade.

O debate acerca dos dados possibilita identificar que para o município de Palmas, dentre o total de 541 DULs emitidas, sobrevém a quantia de 108 DULs, ou seja, o município de Palmas dentro da demanda total obteve o registro de uma proporcionalidade correspondente a 19,96% de todas as DULs emitidas no Estado.

Constata-se que, além da demanda identificada para o município de Palmas (dentre o total de DULs emitidas pelo Naturatins), pode-se afirmar que entre os 5 municípios de maior densidade demográfica, Palmas apresenta uma demanda pelo uso insignificante correspondente a 48,64%. Isso porque tal município registra a emissão de 108 DULs, e os municípios de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso, juntos, registram a emissão de 114 DULs.

Nesse ínterim, pode-se extrair, mais uma vez, a existência de pontuais demandas para o uso insignificante dentro do sistema hídrico do estado do Tocantins, o que não permite uma generalização da limitação para a emissão de DUL, em mesmo percentual, para bacias diferentes.

No caso dos 5 municípios, ainda se pode observar que Araguaína possui a estimativa populacional de 173.112 e uma extensão territorial de 4.000,416km<sup>2</sup> e Porto Nacional a estimativa populacional de 52.510 e a extensão territorial de 4.449,917km<sup>2</sup>. Embora a extensão territorial seja mais equiparada, existe diferença significativa na estimativa populacional, onde o município de Araguaína registra um acréscimo de 69,67%. No entanto, conforme os dados levantados, embora exista expressiva diferença populacional dos municípios de Araguaína e de Porto Nacional, ambos possuem a mesma quantidade de emissões de DUL pelo Naturatins.

As considerações quanto às regulamentações editadas pelo Poder Público acerca das DULs no estado do Tocantins, acrescidas aos pontos críticos da gestão hídrica, somadas aos resultados advindos desta pesquisa de dados, serão analisadas em seus diversos aspectos no próximo item.

### **3.3 Ponderações acerca da incidência da Tragédia dos Comuns em decorrência das regulamentações das DULs no estado do Tocantins**

Conforme observado, no que se refere às DULs, existem duas legislações estaduais que tratam do assunto. A Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, e o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005. No que se refere ao procedimento para a solicitação das DULs, inexistem normas reguladoras no Naturatins<sup>119</sup>, apenas requerimentos padronizados.

O artigo 10, inciso II, da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, dispõe que independem de outorga as derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água considerados insignificantes. Trata-se de uma legislação que direciona os aspectos gerais dos usos insignificantes.

A aplicação isolada da Lei estadual, com caráter geral, não apresenta limitações quanto ao uso insignificante. Logo, há necessidade de uma norma que possa regulamentar especificamente os usos insignificantes da água.

O Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, dispõe sobre a regulamentação e, entre outros, o artigo 10 da Lei Estadual nº 1.307 de 2002. Para os usos que independem de outorgas, seguem-se as descrições constantes nos artigos 14, 15 e 16 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005.

Segundo verificado em outros momentos deste trabalho, o *caput* do artigo 14 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, apresenta a limitação para a obtenção da DUL, vejamos:

Art. 14 Independem de outorga os usos considerados insignificantes, cujas captações e derivações de águas superficiais e ou subterrâneas, demandem até 1,0 litro por segundo ou 21,60 m<sup>3</sup> por dia, desde que o somatório dos usos individuais, no trecho, ou na bacia hidrográfica, não exceda 25% da vazão de referência para outorga.

Nota-se que existe limitação relacionada ao somatório dos usos individuais, vinculados ao trecho ou bacia hidrográfica, em quantidade que não exceda 25% da vazão de referência para a outorga.

---

<sup>119</sup> A inexistência de normas de procedimento no instituto pode ser considerada como um aspecto que prejudica o controle de emissão das DULs, pois o artigo 15 do Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, dispõe que, “para a obtenção da Declaração de Uso Insignificante, será utilizado procedimento adotado pelo NATURATINS”.

No item anterior, quando da análise de dados fornecidos pelo *site* do Naturatins, observou-se a existência de picos de demandas para determinados municípios. Como exemplo pode-se citar o município de Palmas, que, dentre os 5 municípios de maior densidade demográfica, apresenta uma demanda pelo uso insignificante correspondente a 48,64%.

A limitação em 25% da vazão de referência para a outorga pode levar ao uso excessivo para algumas bacias, quando consideramos que existe diferença de disponibilidade e de demandas, até mesmo com incidência pontual para determinada região.

A norma disposta pelo Decreto Estadual nº 2.432, de 2005, considera que a limitação dos 25% pode ser aplicada a todas as bacias tocaninenses; todavia, o estudo apresentado neste trabalho demonstra que existem demandas que se concentram (em mais de 40%) para apenas 5 municípios tocaninenses.

Embora não se possa afirmar, por deficiência do Poder Público, em quais bacias efetivamente estão inseridos os 5 municípios em análise neste estudo, há de se considerar que, mesmo diante de uma demanda de pontual incidência para determinados municípios, ainda existem 134 municipalidades tocaninenses a serem avaliadas em suas variadas demandas e disponibilidades.

Dentre as 30 bacias tocaninenses podem existir bacias com alta, média ou baixa disponibilidade e demanda. É uma variação que, no estado do Tocantins, em regra, não se apura por meio de dados constantes nos planos de bacias, com avaliação pelos respectivos Comitês e com a utilização do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.

As emissões das DULs, por meio da legislação tocaninense, a qual limita de forma generalizada, para todas as 30 bacias, em 25% da vazão de referência para a outorga, devem ser analisadas pelo conjunto de todos esses fatores aqui mencionados, considerando existirem diversos tipos de usos, e que, dependendo da demanda e da disponibilidade, alguns tipos devem ser priorizados. A não priorização do uso pode levar à escassez.

A limitação pela quantidade, de forma generalizada em 25% da vazão, sem considerar os aspectos específicos de demanda e disponibilidade de cada bacia, por

meio das observações oriundas dos planos de bacias, gerência dos Comitês de Bacias, dados do Sistema Estadual de Informações e identificação de corpos hídricos, proporciona fragilidades que desestabilizam o controle dos recursos hídricos, provocam desequilíbrio ao meio ambiente que pode levar à Tragédia dos Comuns.

A utilização do critério comumente empregado para todas as bacias hidrográficas, sem consideração das características particulares de cada bacia, com fundamento em legislação expedida há aproximados 12 anos, acaba por se mostrar imprópria à realidade das bacias, que, em diversos momentos, podem apresentar disponibilidade hídrica crítica, seja em quantidade ou qualidade.

A Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), na elaboração do Plano de Recursos Hídricos para a fase inicial da cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul<sup>120</sup> (2002, p.30), assim afiançou:

(...) a fixação de um limite por si só — seja ele absoluto, percentual ou combinado — não garante um baixo impacto ambiental. Um grande número de usuários considerados insignificantes podem causar o mesmo efeito de um único usuário de porte. Para isto, o limite para caracterização de vazões insignificantes deverá ser periodicamente reavaliado e adaptado em função do somatório dos usos e considerando as condições ambientais dos diferentes trechos da bacia.

A ausência de uma reavaliação periódica, acrescida da deficiência quanto aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos<sup>121</sup> (a exemplo do demonstrado na pesquisa: plano dos recursos hídricos, enquadramento dos corpos de água em classes e Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos) acabam por proporcionar inadequado controle por parte do Poder Público, o que pode levar à incidência da Tragédia dos Comuns.

---

<sup>120</sup> Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/pgrh-re-010-r0-vol6.pdf>>. Acesso em 7 de maio 2017.

<sup>121</sup> Conforme especifica o art. 5º da Lei Federal nº 9.433, de 1997.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a sociedade apresenta diversas preocupações ambientais. Entre elas está a necessidade de controle ante a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais. A água enquanto elemento da natureza, de caráter essencial para a sobrevivência humana, tem sido objeto de discussões e análises pelos mais diferentes setores.

Verifica-se que a água, além da característica de indispensabilidade para a sobrevivência humana (em termos fisiológicos), apresenta aspectos diversos capazes de interferir diretamente na vida do ser humano. Certo é que a água, se escassa ou em processo crítico dessa possibilidade, pode interferir na economia, na geração de empregos, na produção de alimentos, no controle social, entre outros.

O estudo demonstrou a água num contexto de bem comum, com usuários do recurso natural tendentes a priorizar as suas necessidades e vontades, utilizando-a de forma descontrolada, sem considerar o interesse do coletivo. Desconsiderar o interesse coletivo priorizando o particular acarreta o aumento da demanda hídrica, pois cada usuário busca aproveitar a água para satisfazer suas necessidades, sem se preocupar com as externalidades negativas da prática. A demanda pela água também apresenta aumento em decorrência da densidade demográfica, conforme demonstrado neste trabalho.

Ademais, nota-se que a preocupação com o uso descontrolado da água é estendida para a seara do direito ao meio ambiente equilibrado, apontando para um ambiente não só de escassez, mas também de poluição hídrica.

Dadas as particularidades da água para o consumo humano, a demanda pode ser influenciada não só pela quantidade, mas também pela qualidade do recurso. Ou seja, pode existir uma quantidade expressiva de água em certa região, mas a sua qualidade não permitir a utilização para determinada finalidade. Isso faz com que o Poder Público deva gerir a água sob variáveis diversas; não isoladas, mas coesas entre si. Evidente está a necessidade de considerar a água sob o aspecto da demanda, da disponibilidade, dos tipos de usos, da qualificação dos corpos entre outros.



A Lei Federal nº 9.433, de 2007, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, trouxe fundamentos, objetivos e instrumentos para auxílio e controle da gestão hídrica. Todavia, observa-se que nem sempre o Poder Público segue as disposições deste marco regulatório brasileiro.

A proposta de analisar as DUIs emitidas pelo Naturatins, identificando as falhas na gestão hídrica e nas normativas acerca do assunto, revelou que o estado do Tocantins não possui implementação de alguns dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como de órgãos integrantes do sistema de gerenciamento hídrico. A ausência de instrumentos e de órgãos indicados pela Política Nacional de Recursos Hídricos vulnera a confiabilidade nos dados hídricos tocantinenses e indica ineficiência da gestão.

Como visto, o bem comum (água) não pode ser usado de forma indiscriminada, sem controle por parte do Poder Público, sob pena da ocorrência da Tragédia dos Comuns.

Nesse sentido, viu-se, por meio de dados, que o estado do Tocantins possui pontos críticos na gestão, quando deixa de cumprir com a implementação dos planos das bacias, sistema de informações sobre os recursos hídricos e identificação de corpos hídricos, que são instrumentos expressos da Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 5º da Lei Federal nº 9.433, de 2007). Percebe-se ainda falha na implementação dos Comitês das Bacias, que integra o sistema de gerenciamento hídrico (art. 33 da Lei Federal nº 9.433, de 1997).

Os Planos de Bacia Hidrográfica são considerados como um importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos; todavia, estão ausentes em 24 bacias hidrográficas tocantinenses. Isso envolve, segundo o estudo, falhas na operacionalidade e estratégias a serem adotadas para os diversos tipos de uso da água, especialmente no que se refere à quantidade e qualidade hídrica, não permitindo assegurar metas necessárias ao controle do sistema. Ademais, o estudo evidenciou que as regiões tocantinenses possuem diferentes potencialidades de impactos na gestão hídrica, o que aconselha tomada de decisão para os diferentes tipos de uso da água com observação das particularidades de cada bacia hidrográfica.

Permitir a gestão do recurso hídrico da bacia, com falhas proporcionadas pela ausência do plano acarreta prejuízos para o recurso natural e não permite priorizar os usos com realização do balanço imaginado entre a demanda e a disponibilidade, como no caso da emissão da DUI no estado do Tocantins. A Tragédia dos Comuns torna-se possível nesse contexto de deficiência.

Constatou-se que o estado do Tocantins não implementou o Sistema de Informação sobre os Recursos Hídricos, o que permite observar ineficiência quanto à coordenação unificada de dados, com falhas na coleta, tratamento e armazenamento de dados. O sistema de informação é instrumento constante na Política Nacional de Recursos Hídricos, determinado pela Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002. É adequado destacar que os subsídios com dados deficientes retiram o controle confiável para a disponibilidade e a demanda, tipos de usos e prioridades para os corpos hídricos.

O estudo mostrou que a proposta de enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes com as metas respectivas não foi contemplada no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, a maior bacia do Sistema Hidrográfico do Araguaia, a qual corresponde a 7,5% do território tocantinense. Trata-se de uma obrigatoriedade constante na Lei Federal nº 9.433, de 2007, na Resolução Conama nº 357, de 2005, e no art. 7º, inc. V, da Lei Estadual nº 1.307, de 2002. A ausência de enquadramento de corpos de água pode provocar distribuição do recurso hídrico, sem priorizar o interesse coletivo, com falhas no controle pelo Poder Público.

A realidade analisada na pesquisa verificou que entre as 30 bacias tocantinenses apenas 5 possuem o Comitê. Os Comitês das Bacias Hidrográficas estão presentes na disposição normativa constante na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002. A ausência de implantação demonstra falha na estrutura do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com ausência de um importante órgão colegiado, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva. Os conflitos existentes na bacia devem ser postos sob análise do colegiado, para que seja garantida uma resolução adequada do emprego e sustentabilidade do recurso natural. As deliberações dos conselhos proporcionam aos recursos hídricos uma

utilização mais transparente e com maior possibilidade de comprometimento com os interesses coletivos.

Todos esses aspectos considerados como pontos críticos da gestão hídrica tocantinense influenciam no controle de emissão das DULs. Além disso, tem-se a limitação generalizada trazida na disposição normativa, com consideração de mesmo percentual para as diferentes particularidades de cada região hidrográfica, fazendo com que seja possível a incidência da Tragédia dos Comuns.

A disposição do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, uniformiza a limitação das DULs por somatório dos usos individuais, no trecho, ou na bacia hidrográfica, na quantia de no máximo 25% da vazão de referência, provocando possível desequilíbrio. Isso porque se nota pela pesquisa que cada bacia possui suas particularidades em disponibilidade, demanda, usos prioritários, entre outros, o que dificulta considerar a mesma limitação para as 30 bacias tocantinenses.

O atual perfil do estado do Tocantins, para a emissão das DULs, foi demonstrado no estudo realizado por meio da pesquisa no controle do Naturatins, disponibilizado no *site* institucional. Evidenciou-se que, entre o período de janeiro de 2014 a abril de 2017, foram emitidas 541 DULs.

Averiguou-se que a alocação das DULs no cadastro de controle do Naturatins é vinculada aos municípios, e não à bacia hidrográfica ou trecho de incidência, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005. Todavia, foi possível desenvolver a pesquisa no sentido de demonstrar que para o estado do Tocantins não existe demanda pontual constante, dificultando a padronização da limitação.

Demonstrou-se que a maior demanda pelo uso insignificante da água está no município de Palmas. Logo, se existe demanda concentrada em determinada região, por certo a limitação em 25% exigirá mais recurso natural do que em uma região de bacia onde não existe concentração. Além deste fator, observa-se nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 2.432, de 6 de junho de 2005, que a vazão de referência, quando não existe barramento, será calculada com base nas informações hidrológicas da bacia. Todavia, a pesquisa verificou que a ausência de

implementação de importantes instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos sugere pouca confiabilidade nos dados hídricos.

A aplicação dos instrumentos da gestão hídrica é uma experiência relativamente nova para os Estados, que muitas vezes encontram dificuldades de orçamento, de pessoal, de pesquisa, de características naturais, entre outras; no entanto, é preciso priorizar a implementação dessas disposições da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Como recomendações, evitando-se cenários que remetam à Tragédia dos Comuns, as deficiências da gestão hídrica tocaninense necessitam ser sanadas. Tem-se que somente após a aplicação eficaz dos instrumentos poderemos alcançar a segurança dos dados hídricos. Ademais, a normativa estudada acerca das DUILs no Estado carece de limitação que corresponda efetivamente às características específicas de suas bacias ou trechos.

A instalação dos Comitês das Bacias Hidrográficas é de ordem imprescindível para que as deliberações e normativas sejam mais seguras e transparentes para a gestão hídrica no Estado, bem como para possibilitar que os conflitos identificados sejam efetivamente resolvidos segundo o interesse coletivo da região.


Ainda, para a Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, existe a obrigação legal de identificação de corpos hídricos, o que tornará possível o cumprimento de metas e identificação dos usos preponderantes.

Por fim, necessário se faz que o estado do Tocantins implemente o Sistema de Informação de Recursos Hídricos, para o gerenciamento dos dados correspondentes às 30 bacias hídricas da região.

As discussões acerca da água são de grande relevância para a atual e para as futuras gerações, pelo que não pensamos aqui exaurir as discussões dentro da temática abordada. As sugestões elencadas podem esbarrar em justificativas de ausência de dotação orçamentária, servidores técnicos e estudos pré-estabelecidos; no entanto, cumpre lembrar que ao gestor público cabe a responsabilidade de priorizar os interesses coletivos. Como dito em momento anterior neste estudo, a água é um recurso natural limitado e indispensável para a sobrevivência humana.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – REQUERIMENTO GERAL COM CÓDIGO 101

		<b>GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS</b> <b>INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS</b>		01. Requerimento Nº _____ Não Preencher	
<b>REQUERIMENTO</b>					
<b>02. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE</b>					
*Nome ou Razão Social:					
Nome Fantasia:					
*CNPJ:			CPF:		
Inscrição Estadual:			RG:		
*Estado Civil:		*Nacionalidade:		*Profissão:	
Endereço do Requerente:				CEP:	
Fone:		E-mail:		Município:	
*Endereço para Correspondência:					
Fone:		E-mail:		Município:	
<b>03. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE</b>					
*Descrição da Atividade Principal:					
Grupo / Atividade:					
Porte de Atividade: <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Grande <input type="checkbox"/> Nenhum					
*Local da Atividade:					
*Longitude (Grau:		Minuto:		Segundo: )	
*Latitude (Grau:		Minuto:		Segundo: )	
<b>04. REQUERIMENTO</b>					
Ao Senhor Presidente do Instituto Natureza do Tocantins					
O requerente supra citado solicita a expedição de:					
*Verificar e identificar códigos abaixo: ( ), ( ), ( ), ( ), ( ), ( ), ( )					
Conforme elementos constantes das informações cadastradas e documentos anexos, DECLARO a veracidade das informações e a autenticidade dos documentos apresentados e que é conhecedor da legislação ambiental e demais normas que regem a matéria.					
Nestes termos pede deferimento					
Local				Assinatura	
Data					
<b>05. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>					
Nome:.					
CPF/ CNPJ:			Processo no Naturatins:		
<b>06. RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS</b>					
Documentos conferidos por:					
Nome/ Assinatura:					

## ANEXO B – CONSULTA DAS DECLARAÇÕES DE USO INSIGNIFICANTE

Consulta - LICENÇA/AUTORIZAÇÃO									30/04/2017
LICENÇA	PROCESSO	REQUERIMENTO	PARECER TÉCNICO	VENCIMENTO	ATO ADMINISTRATIVO	PROPRIEDADE	MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO	SITUAÇÃO
1564-2017	2937-2016-A	3697-2016	2373-2017	28/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO AGUA FRIA - AV. CASTELO BRANCO	ARAGUAÇU-TO	AUTO POSTO AGUA FRIA LTDA.	ATIVA
1556-2017	392-2017-A	496-2017	2366-2017	27/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 02	DIANÓPOLIS-TO	EDGAR CARLOS SERAFINI E OUTROS	ATIVA
1554-2017	459-2017-A	603-2017	2365-2017	28/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BELA VISTA	TUPIRAMA-TO	LUIZ CARRER E OUTRO	ATIVA
1539-2017	59-2017-A	59-2017	2338-2017	27/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BELA VISTA	PUGMIL-TO	HERMANN WEIGAND	ATIVA
1537-2017	414-2017-A	521-2017	2328-2017	27/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CHAPARRAU	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	CLAUDENIR DE OLIVEIRA	ATIVA
1528-2017	2010-2011	219-2017	2312-2017	26/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GENETICA TROPICAL - CISTERNA	PORTO NACIONAL-TO	BAYER S.A	ATIVA
1520-2017	218-2012	753-2017	2307-2017	25/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO VIA NORTE - AV. IRMA EMA RODOLFO NAVARO 1179	MIRANORTE-TO	POSTO VIA NORTE LTDA	ATIVA
1466-2017	2945-2016-A	3706-2016	2224-2017	24/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RENASCER MATRICULAS 1066 ; 1179	TALISMÃ-TO	ANTONIO DOS REIS ELIAS TEIXEIRA	ATIVA
1390-2017	1137-2011	12-2017	2125-2017	15/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO SAN MARINO IV - GURUPI	GURUPI-TO	POSTO SAN MARINO IV	ATIVA
1380-2017	3008-2015-A	3903-2015	2112-2017	15/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTES 65 E 72	PALMAS-TO	MARCOS HUMBERTO LIMA TELES DE MENEZES	ATIVA
1360-2017	3925-2016-A	4938-2016	2073-2017	17/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	LOTE 03 - PA CAPIVARA	PORTO NACIONAL-TO	EDMILSON CAETANO FERREIRA	ATIVA



					101				
1355-2017	3512-2016-A	4423-2016	2067-2017	12/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RUBAIYAT COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	ARAGUAÍNA-TO	RUBAIYAT COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	<b>ATIVA</b>
1253-2017	1626-2016-A	2067-2016	1911-2017	06/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JAMP FLORESTAL	DUERÉ-TO	MAP REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	<b>ATIVA</b>
1248-2017	607-2010	4827-2016	1897-2017	06/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PETROLIDER 712 SUL	PALMAS-TO	ALCANTARA E FARIA LTDA.	<b>ATIVA</b>
1244-2017	3901-2016-A	4918-2016	1895-2017	05/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA OURO VERDE LOTE 14	PORTO NACIONAL-TO	ANTONIO HISANOBU TSUNODA	<b>ATIVA</b>
1230-2017	3935-2012-A	2744-2016	1854-2017	04/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARROZ GIRASSOL	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARROZ DA LAGOA-COOPERLAGO	<b>ATIVA</b>
1212-2017	3303-2016-A	4151-2016	1834-2017	03/04/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA MANIA DIGITAL	PALMAS-TO	SUPREMA HOLDING LTDA	<b>ATIVA</b>
1187-2017	3232-2016-A	4049-2016	1785-2017	30/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO BURITI	PORTO NACIONAL-TO	AUTO POSTO BURITI	<b>ATIVA</b>
1079-2017	2554-2016-A	3166-2016	1631-2017	23/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TRATORTINS PEÇAS LTDA	GURUPI-TO	TRATORTINS PEÇAS LTDA	<b>ATIVA</b>
1001-2017	551-2009	375-2017	1500-2017	21/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONSTRUSAN DA AMAZONIA - QUADRA ARSE 105	PALMAS-TO	INDUSTRIA DE PREMOLDADOS DA AMAZÔNIA LTDA	<b>ATIVA</b>
982-2017	291-2017-A	361-2017	1472-2017	17/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA OLHO D AGUA	COLINAS DO TOCANTINS-TO	RONAN ALBINO DA SILVA	<b>ATIVA</b>



919-2017	3311-2016-A	4169-2016	1397-2017	15/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA SANTA RITA	PALMAS-TO	VERA LUCE TAIMERÃO MATOS	<b>ATIVA</b>
915-2017	2582-2016-A	3193-2016	1394-2017	14/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VALE DOURADO	ARAGUAÍNA-TO	IRACEMA MORAES DE SOUSA	<b>ATIVA</b>
897-2017	4009-2016-A	4993-2016	1363-2017	13/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZEND ASAO JOSE	PEIXE-TO	CARLOS EDUARDO FERRAZ MATOS BARROSO E OUTROS	<b>ATIVA</b>
884-2017	3624-2016-A	4571-2016	1348-2017	12/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 4	TOCANTINÓPOLIS-TO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A DE ENERGIA - 25.086.034/0001-71	<b>ATIVA</b>
835-2017	6616-2013-A	4093-2016	1302-2017	10/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO JG	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	COSTA E RICCHETTI LTDA-EPP	<b>ATIVA</b>
819-2017	2469-2016-A	3053-2016	1273-2017	09/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARMAZENAMENTO E SECAGEM DE GRAOS	MARIANOPO LIS DO TOCANTINS-TO	GRANOL	<b>ATIVA</b>
777-2017	3933-2016-A	4949-2016	1218-2017	07/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SONHO MEU	PALMEIRANTE-TO	JOSINEY CLARA FERREIRA	<b>ATIVA</b>
724-2017	3157-2016-A	3954-2016	1114-2017	01/03/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 26 - PA CAPIVARA	PORTO NACIONAL-TO	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES LIME	<b>ATIVA</b>
707-2017	1808-2016-A	2312-2016	1083-2017	23/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	110 NORTE ALAMEDA 7, LOTE 11-A - ARNE 14	PALMAS-TO	GILSON COELHO VALADARES	<b>ATIVA</b>
694-2017	657-2011	2853-2016	1067-2017	23/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA OURO VERDE	CAMPOS LINDOS-TO	SOLLUS MAPITO CLI PARTICIPAÇÕES LTDA	<b>ATIVA</b>
668-2017	3183-2016-A	3985-2016	1031-2017	22/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	4K CAMINHÕES	ARAGUAÍNA-TO	4K CAMINHOS	<b>ATIVA</b>

651-2017	3158-2016-A	3955-2016	1007-2017	21/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PARTE DO LOTE Nº 07 - GLEBA 02	PORTO NACIONAL-TO	ADAIDE DA CRUZ SANTOS	ATIVA
636-2017	839-2016-A	4223-2016	985-2017	20/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 17/ 2 MT-132 557	PALMAS-TO	ADIMAR CARDOSO JUNIOR	ATIVA
615-2017	1781-2016-A	2280-2016	966-2017	17/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO COMETA LTDA	GURUPI-TO	AUTO POSTO COMETA LTDA	ATIVA
605-2017	3622-2016-A	4569-2016	953-2017	17/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 2	XAMBIOÁ-TO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A DE ENERGIA - 25.086.034/0001-71	ATIVA
597-2017	3626-2016-A	4573-2016	937-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 6	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A DE ENERGIA - 25.086.034/0001-71	ATIVA
596-2017	2250-2016-A	2807-2016	923-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RETIFICA BANDEIRANTES	GURUPI-TO	CAVALCANTI E MARTINS LTDA ( RETIFICA BANDEIRANTES )	ATIVA
595-2017	222-2016-A	271-2016	929-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FRIGORIFICO PALMEIRAS LTDA - ME	PALMEIRÓPOLIS-TO	FRIGORIFICO PALMEIRAS LTDA - ME	ATIVA
592-2017	1076-2015-A	3391-2015	924-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	REVIVA LTDA - ME	ALVORADA-TO	REVIVA	ATIVA
588-2017	767-2006	3612-2016	922-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA 72	PALMAS-TO	CARLOS MAURICIO ABDALLA	ATIVA
587-2017	1647-2014-A	3021-2016	919-2017	16/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO ALVORADA	ALVORADA-TO	MARCELO FORTUNATO	ATIVA
580-2017	3627-2016-A	4574-2016	903-2017	15/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 7	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS-	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	ATIVA

					101		TO	S/A DE ENERGIA - 25.086.034/000 1-71	
577-2017	3823-2016-A	4819-2016	890-2017	15/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO CENTRAL	PALMAS-TO	VR COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	ATIVA
542-2017	3377-2015-A	4337-2015	850-2017	12/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CENTRO AUTOMOTIVO AMAZONAS	PALMAS-TO	AMAZONAS MACANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA ME	ATIVA
530-2017	585-2016-A	761-2016	832-2017	03/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	AGREX DO BRASIL S.A	ATIVA
524-2017	3619-2016-A	4565-2016	820-2017	09/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GUARARAPES E GUARARAPES II	MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO	WILLIAM TRIGILIO DA SILVA	ATIVA
522-2017	1265-2016-A	1588-2016	814-2017	09/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO MDL	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	PEDRO LEMOS MARINHO	ATIVA
520-2017	1837-2011	1248-2016	809-2017	09/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CABECEIRA VERDE, LT SAO SILVESTRE - MAT. 1862	PALMAS-TO	JEFERSON LUIZ MARASCA	ATIVA
518-2017	3623-2016-A	4570-2016	807-2017	09/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 3	PALMAS-TO	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A DE ENERGIA - 25.086.034/000 1-71	ATIVA
485-2017	2042-2016-A	2575-2016	765-2017	08/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ESTANCIA LAGEADO I E II	FORTALEZA DO TABOCÃO-TO	DELSON HANSEN	ATIVA
476-2017	2028-2016-A	2559-2016	755-2017	07/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO BRASIL CAR	ARAGUAÍNA-TO	DEBORA REJANE NOGUEIRA SA-LAVA JATO BRASIL CAR	ATIVA
454-2017	4117-2016-A	5099-2016	719-2017	05/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA 153 KM 430 S/N BAIRRO BR SHOPPING	BARROLÂNDIA-TO	RIBEIRO E VALDEVINO LTDA	ATIVA

442-2017	3443-2016-A	4325-2016	696-2017	07/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PAIOLAO MAT-63	FORTALEZA DO TABOÃO-TO	MOACIR INÁCIO DA SILVEIRA	ATIVA
385-2017	2155-2016-A	2714-2016	606-2017	01/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RAÇOES FRANGO NORTE	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	PARAISO-INDUSTRIA COMERCIO DE ALIMENTOS E ABATE DE AVES LTDA	ATIVA
384-2017	2583-2016-A	3194-2016	603-2017	02/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOT SERRA DO LAJEADO LOTE 44C, 1 ETAPA, TO 010	LAJEADO-TO	AUTO POSTO DE COMB. SERRA DO CARMO LTDA	ATIVA
351-2017	958-2016-A	1232-2016	568-2017	01/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO JOAO	NATIVIDADE-TO	NELIO DA SILVA ROSAL	ATIVA
344-2017	4013-2016-A	4996-2016	558-2017	01/02/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PRIMAVERA-CARLOS EDUARDO	PEIXE-TO	CARLOS EDUARDO FERRAZ MATOS BARROSO E OUTROS	ATIVA
343-2017	3114-2016-A	3901-2016	554-2017	01/02/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BREJINHO (PARTE 1)	PALMAS-TO	FLORENCIA MARIA SOUSA OLIVEIRA	ATIVA
307-2017	149-2017-A	172-2017	480-2017	29/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AHP COMERCIO, OBRAS & SERVIÇOS	GURUPI-TO	AHP COMERCIO, OBRAS & SERVIÇOS LTDA - ME	ATIVA
292-2017	2581-2016-A	3192-2016	456-2017	30/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AV TOCANTINS - QNE 14, LOTE 12,13,14	PALMAS-TO	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS SERRA DO CARMO	ATIVA
222-2017	2350-2016-A	2908-2016	375-2017	26/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA 79	PALMAS-TO	SEGUNDA IGREJA BATISTA EM PALMAS	ATIVA
211-2017	3457-2010	3490-2016	352-2017	25/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE - RODOVIA TO 342	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	ELETRONORTE	ATIVA
210-2017	2769-2016-A	3467-2016	351-2017	26/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SÍTIO SANTA BÁRBARA	RIO DOS BOIS-TO	VANDERLAN DIAS DE OLIVEIRA E OUTROS	ATIVA

205-2017	96-2016-A	3462-2016	338-2017	25/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SAMUEL ANDRADE DOS SANTOS	PALMAS-TO	SAMUEL ANDRADE DOS SANTOS	ATIVA
178-2017	783-2003	4276-2016	270-2017	22/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BUNGE ALIMENTOS - PARTE DO LOTE 39 M- 316	CAMPOS LINDOS-TO	BUNGE DE ALIMENTOS S/A	ATIVA
151-2017	1659-2016-A	2107-2016	240-2017	20/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA NOVA ESPERANÇA LOTE 61	COLMÉIA-TO	JOSE CARLOS SILVEIRA SIMOES	ATIVA
125-2017	233-2014-A	272-2014	208-2017	18/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA LUZIA	ALVORADA-TO	F. HENRIQUE PEREIRA E CIA LTDA - ME	ATIVA
116-2017	2883-2016-A	3624-2016	203-2017	18/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO SANTA TEREZINHA	GUARAI-TO	AUTO POSTO SANTA TEREZINHA LTDA	ATIVA
110-2017	3089-2016-A	3880-2016	191-2017	17/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CARANDÁ / CARANDÁ II	PORTO NACIONAL-TO	MARLON ONDY PORT	ATIVA
91-2017	2812-2016-A	3526-2016	164-2017	16/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA DIAMANTINA	ARRAIAS-TO	EDSON ALVES DE OLIVEIRA	ATIVA
78-2017	34-2014-A	39-2014	153-2017	13/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA UNIAO	SÃO VALÉRIO-TO	AGREX DO BRASIL S.A	ATIVA
64-2017	61-2017-A	61-2017	122-2017	11/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 02	PIUM-TO	ALUISIO FERREIRA NEVES	ATIVA
35-2017	2820-2016-A	3540-2016	84-2017	10/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SÃO JOSE, PARTE DO LOTE 45 LOTEAMENTO PEQUIZEIRO	PEQUIZEIRO-TO	ESPOLIO DE MILTON JOSE PINTO	ATIVA
33-2017	2389-2016-A	2957-2016	82-2017	10/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA MAJU SAO MARTINHO	SÃO BENTO DO TOCANTINS-TO	MARLY CARVALHO RODRIGUES MARZOLA	ATIVA
20-2017	2657-2016-A	3313-2016	56-2017	05/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	CERAMICA PIUM	PIUM-TO	WEBER TIMOTEO DIAS	ATIVA

					101			E CIA LTDA	
13-2017	1267-2016-A	4003-2016	48-2017	04/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FRAGATAS LAVA JATO	PALMAS-TO	ZUCA E CARDOSO LTDA - ME	ATIVA
12-2017	2078-2016-A	2622-2016	40-2017	04/01/2022	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO LIDER	PALMAS-TO	S D AUTO POSTO LTDA - ME	ATIVA
4254-2016	2196-2011	2375-2016	5380-2016	23/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO SAN MARINO 806 SUL	PALMAS-TO	SANTANA & CASTRO LTDA	ATIVA
4213-2016	840-2016-A	1096-2016	5344-2016	21/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA SAO RAIMUNDO	PIUM-TO	MARILDA CARVALHO SOBRINHO E OUTRO	ATIVA
4191-2016	5418-2014-A	7003-2014	5316-2016	19/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO THAWAN	ARAGUAÍNA-TO	THAWAN COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	ATIVA
4188-2016	2887-2016-A	3629-2016	5313-2016	19/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PARTES DOS LOTES 16 E 22	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	ELISMAR CUNHA FARIA	ATIVA
4158-2016	2652-2016-A	3308-2016	5253-2016	15/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PARQUE DAS EMAS	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	IRACI FABIANA SOARES	ATIVA
4129-2016	1732-2016-A	2203-2016	5221-2016	14/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA UNIÃO	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS-TO	WILSON FLORES MARTINS DOS SANTOS	ATIVA
4112-2016	1776-2015-A	1968-2016	5192-2016	12/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JACURUTU, MUNICIPIO DE PONTE ALTA-TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	MARTULHO DE SOUZA PIRES	ATIVA
4100-2016	81-2015-A	123-2015	5182-2016	11/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GELAK GELOS	ARAGUAÍNA-TO	MARCOS DE ANDRADE -ME	ATIVA
4082-2016	170-2016-A	193-2016	5160-2016	09/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JAD	SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	TRÊS IRMÃOS CONS. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	ATIVA

4060-2016	3551-2016-A	4475-2016	5147-2016	08/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SOLAR ACQUA PARK	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	LACERDA E CABRAL LTDA	<b>ATIVA</b>
3976-2016	3459-2010	3489-2016	5029-2016	01/12/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA BR 153 - IRRIGAÇÃO DE JARDIM	COLINAS DO TOCANTINS-TO	ELETRONORTE	<b>ATIVA</b>
3933-2016	543-2000	3190-2016	4967-2016	30/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	QUEIJOS PARAISO	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	EDNA TEODORO DA SILVA-ME	<b>ATIVA</b>
3929-2016	4857-2013-A	3229-2016	4952-2016	29/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SETE LAGOAS	BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	RICARDO ALEXANDRE IGNACIO BARBOSA	<b>ATIVA</b>
3912-2016	2403-2012	2071-2015	4942-2016	28/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 03-GRAMPRATA	PALMAS-TO	RUBENS MALAQUIAS AMARAL	<b>ATIVA</b>
3687-2016	3252-2016-A	4078-2016	4716-2016	16/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO JACAREZINHO II	ARAGUACEM A-TO	N OLIVEIRA POSTO JACAREZINHO - EPP	<b>ATIVA</b>
3683-2016	3657-2015-A	4552-2015	4714-2016	16/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA SANTA LUZIA	BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	JENNYFFER FERREIRA BATISTA	<b>ATIVA</b>
3671-2016	1594-2016-A	2027-2016	4701-2016	14/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JOSELSON RODRIGUES SANTANALOTEMENTO MANOEL GOMES DA CUNHA	ARAGUAÍNA-TO	JOSELSON RODRIGUES SANTANA	<b>ATIVA</b>
3348-2016	1917-2016-A	2457-2016	4332-2016	15/09/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO TREVO	PALMAS-TO	EDUARDO AUGUSTO RODRIGUES PEREIRA	<b>ATIVA</b>
3288-2016	2414-2016-A	2980-2016	4271-2016	28/11/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SOL NASCENTE	GOIANORTE-TO	CARLOS DE SOUSA SANTANA	<b>ATIVA</b>
3126-2016	2120-2016-A	2672-2016	4071-2016	05/08/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO CHACARAS TOCANTINS - LOTES 13 E 14	PALMAS-TO	JOAO BATISTA DIAS PEREIRA	<b>ATIVA</b>
3116-	632-	818-2016	4072-2016	04/08/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA PARA	PALMAS-TO	PEDRO ALVES	<b>ATIVA</b>

2016	2016-A			1	NTE - DUI - 101	LAZER		FERREIRA	
3086-2016	1299-2016-A	1635-2016	4035-2016	04/08/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	REFRATINS FABRICAÇÃO DE PRODUTOS REFRATARIOS	PALMAS-TO	REFRATINS FABRICAÇÃO DE PRODUTOS REFRATORIOS LTDA	ATIVA
3053-2016	2168-2015-A	2956-2015	3989-2016	02/08/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BUQUEIRAO	PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	RAILDA RIBEIRO DE SOUSA	ATIVA
2987-2016	1204-2003	4075-2015	3879-2016	28/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POÇO TUBULAR PROFUNDO - CHACARA 03, LOTEAMENTO COQUEIRINHO	PALMAS-TO	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ATIVA
2916-2016	952-2008	1880-2016	3759-2016	22/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA QUERO QUERO LT 05	PIUM-TO	REYTON LUIZ PEREIRA	ATIVA
2908-2016	2127-2016-A	2680-2016	3751-2016	22/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA DELFINA	NATIVIDADE-TO	FERNANDO MORENO SUARTE	ATIVA
2899-2016	1849-2016-A	2378-2016	3744-2016	22/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOPOSTO	PALMAS-TO	RODOPOSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA - EPP	ATIVA
2888-2016	2140-2016-A	2691-2016	3727-2016	21/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SHALOM - ESPIRITO SANTO II	ITAPIRATINS-TO	MARCIO PINHEIRO RODRIGUES	ATIVA
2836-2016	1817-2016-A	2329-2016	3660-2016	17/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TREVISAN	SANTA MARIA DO TOCANTINS-TO	CLEBER SIDNEY TREVISAN	ATIVA
2782-2016	1733-2016-A	2204-2016	3600-2016	12/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TRES IRMAOS	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS-TO	JOSE MARTINS DOS SANTOS SOBRINHO	ATIVA
2755-2016	2039-2016-A	2572-2016	3568-2016	11/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 11- DELSON HANSEN	RIO DOS BOIS-TO	DELSON HANSEN	ATIVA
2752-2016	417-2016-A	2806-2016	3565-2016	09/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA 428	PALMAS-TO	DARLI COSTA MELO	ATIVA



2728-2016	1496-2016-A	1908-2016	3539-2016	08/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ISMAR EDMAR LINO BALASSO	ARAGUAÍNA-TO	ISMAR EDMAR LINO BALASSO	<b>ATIVA</b>
2712-2016	2396-2015-A	3207-2015	3515-2016	06/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JR LAVAJATO	PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	PEDRO EDAGNOM RODRIGUES LEMOS	<b>ATIVA</b>
2673-2016	4024-2015-A	4944-2015	3462-2016	05/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BURITI II	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS-TO	NOBLEINVEST ATIVIDADES RURAIS LTDA	<b>ATIVA</b>
2630-2016	4022-2015-A	4943-2015	3409-2016	01/07/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JUSSARA - SAO MIGUEL DO TOCANTINS	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS-TO	NOBLEINVEST ATIVIDADES RURAIS LTDA	<b>ATIVA</b>
2611-2016	1896-2004	1916-2015	3390-2016	29/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ARUANÃ I	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JOSE RUY SOBREIRA VILLELA	<b>ATIVA</b>
2609-2016	878-2016-A	1128-2016	3385-2016	29/06/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RIO MATANÇA - FAZENDA RETIRO DA MATANÇA	PORTO NACIONAL-TO	JOÃO BEZERRA PEREIRA	<b>ATIVA</b>
2601-2016	1670-2014-A	1694-2016	3373-2016	30/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA IPE-LOTE 130 DO TORIBERO E BARREIRO	FÁTIMA-TO	FAZENDA IPE	<b>ATIVA</b>
2586-2016	1112-2016-A	1407-2016	3361-2016	28/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	INDUSTEC	PALMAS-TO	INDUSTEC - IND. E COM. DE ART. DE CONC. E TEC. AR. COND	<b>ATIVA</b>
2547-2016	1989-2016-A	2530-2016	3311-2016	28/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA ÁGUA LIMPA	ARRAIAS-TO	EVI DE PAULA E SOUSA	<b>ATIVA</b>
2465-2016	1344-2005	2497-2016	3213-2016	23/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA N ° 36	PALMAS-TO	SEST/SENAT	<b>ATIVA</b>
2462-2016	1343-2016-A	1714-2016	3212-2016	22/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GATO PRETO	COUTO MAGALHÃES-TO	MARCOS MOURA JUNIOR	<b>ATIVA</b>
2454-2016	1274-2016-A	1603-2016	3205-2016	22/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	LOTEAMENTO CIDADE VERDE	BABAÇULÂN DIA-TO	ANTONIO LUIZ E OUTRO	<b>ATIVA</b>

					101	(M- 12.623 )			
2449-2016	816-2015-A	5039-2015	3190-2016	21/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA FAZENDINHA	MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO	MINA BRASIL	<b>ATIVA</b>
2444-2016	750-2016-A	981-2016	3191-2016	22/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	O ATACADAO	ARAGUAÍNA-TO	ATACADAO S.A.	<b>ATIVA</b>
2417-2016	1476-2016-A	1886-2016	3173-2016	22/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PARTE DO LOTE 12	PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	LUCIO ANDRÉ COSTA MENDONÇA	<b>ATIVA</b>
2381-2016	1653-2016-A	2095-2016	3127-2016	20/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TERRAFOS	ARAGUAÍNA-TO	FOSPLAN COMN E IND. DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	<b>ATIVA</b>
2348-2016	1507-2016-A	1920-2016	3093-2016	16/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONCREGELL CONCRETO	GURUPI-TO	CONCREGELL	<b>ATIVA</b>
2332-2016	846-2016-A	1099-2016	3075-2016	15/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA HOLLYWOOD	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	ALMEIDA DE PAULA	<b>ATIVA</b>
2323-2016	1591-2016-A	2023-2016	3054-2016	14/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	APREDILAR	ARAGUAÍNA-TO	APREDILAR MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	<b>ATIVA</b>
2311-2016	1585-2016-A	2016-2016	3037-2016	15/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	UNIFICAÇÃO DOS LOTES Nº 67-A, 67-B - SUBDIVISÃO DO LOTE 67 E 68- B	DUERÉ-TO	DIAMANTE AGRICOLA S/A	<b>ATIVA</b>
2308-2016	1813-2016-A	2323-2016	3034-2016	14/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHS - AGRONEGÓCIO IND. E COM. LTDA	ALVORADA-TO	CHS - AGRONEGÓCIO IND. E COM. LTDA	<b>ATIVA</b>
2294-2016	3917-2015-A	4838-2015	3016-2016	14/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	HOTEL SERRA AZUL	PALMAS-TO	JOSE GOMES SOBRINHO	<b>ATIVA</b>
2230-2016	5953-2013-A	1556-2016	2940-2016	10/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MINERAX	XAMBIOÁ-TO	MINERAX - MINERAÇÃO XAMBIOA LTDA	<b>ATIVA</b>

2224-2016	4496-2015-A	5455-2015	2933-2016	08/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TRES IRMAOS	CRISTALÂNDIA-TO	JOAO VITOR DE OLIVEIRA	ATIVA
2216-2016	1652-2016-A	2093-2016	2924-2016	08/06/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	EDIFICIO MATISSE RESIDENCE	ARAGUAÍNA-TO	EDIFICIO MATISSE RESIDENCE	ATIVA
2089-2016	1116-2008	1702-2016	2672-2016	01/06/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA MODELO M-989..	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JOAO DENKE	ATIVA
1971-2016	4124-2015-A	5056-2015	2602-2016	30/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO DE COMBUSTÍVEIS CANARINHO LTDA	TALISMÃ-TO	POSTO DE COMBUSTÍVEIS CANARINHO LTDA	ATIVA
1961-2016	1616-2016-A	2054-2016	2574-2016	31/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GOIANIA PARK HOTEL LTDA - ME	PALMAS-TO	GOIANIA PARK HOTEL LTDA - ME	ATIVA
1957-2016	378-2016-A	494-2016	2589-2016	30/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MARTINS COMERCIO, SERVIÇOS E HOTEL LTDA	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	MARTINS COMERCIO, SERVIÇOS E HOTEL LTDA	ATIVA
1956-2016	1154-2016-A	1458-2016	2588-2016	31/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BR 153 - ZONA RURAL	PRESIDENTE KENNEDY-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY	ATIVA
1915-2016	644-2016-A	845-2016	2540-2016	30/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VISTA ALEGRE	GUARÁ-TO	ODILON RODRIGUES DE ARAUJO JUNIOR	ATIVA
1784-2016	1533-2016-A	1958-2016	2409-2016	19/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GUARAÍNA LOTE 07	ITAPIRATINS-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS	ATIVA
1730-2016	1130-2016-A	1428-2016	2333-2016	16/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO SANTA LUIZA, PT DO LT 151	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	CARLOS PINTO MILHOMEM	ATIVA
1727-2016	314-2016-A	398-2016	2325-2016	16/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GLEBA 01 DESMEMBRADA DA FUSÃO DOS LOTES 09,10,11 E LOTES 01,02 E 03.	DUERÉ-TO	RAIMUNDO NONATO ALVES PINTO	ATIVA
1692-	3045-	3941-2015	2288-2016	12/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO SÃO SILVESTRE, CHÁCARA SÃO	APARECIDA DO RIO	S CANDIDA	ATIVA

2016	2015-A			1	NTE - DUI - 101	BENTO	NEGRO-TO	MILLER-ME	
1689-2016	286-2016-A	362-2016	2280-2016	12/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BARRO ALTO II	GOIANORTE-TO	JOSE OTACILIO DA CUNHA	ATIVA
1666-2016	1675-2008	3217-2015	2257-2016	11/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO SAN MARINO 207 SUL	PALMAS-TO	SANTANA E CASTRO LTDA (POSTO SAN MARINO)	ATIVA
1644-2016	1306-2016-A	1643-2016	2238-2016	10/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AGRO GRÃOS	ALVORADA-TO	ADEMIR APARECIDO CAMILLI E CIA LTDA	ATIVA
1641-2016	952-2016-A	1225-2016	2232-2016	10/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AGROIND. PORTO NACIONAL LT M1 QD.20	PORTO NACIONAL-TO	DASOJA SEMENTES LTDA	ATIVA
1629-2016	4168-2014-A	5342-2014	2210-2016	09/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO DO ROBERTO	TAGUATINGA-TO	LAVAJATO DO ROBERTO	ATIVA
1610-2016	3617-2015-A	4521-2015	2187-2016	06/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA-JATO PAI E FILHO	ARAGUAÍNA-TO	LAVA-JATO PAI E FILHO	ATIVA
1588-2016	2746-2003	1320-2016	2163-2016	05/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FERTILIZANTES TOCANTINS	PORTO NACIONAL-TO	FERTILIZANTE S TOCANTINS LTDA	ATIVA
1585-2016	2010-2011	221511-2011	3299-2012	04/07/2017	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GENETICA TROPICAL - CISTERNA	PORTO NACIONAL-TO	BAYER S.A	ATIVA
1523-2016	143-2016-A	156-2016	2070-2016	02/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POVOADO DESTILARIA TOCANTINS	DARCINÓPOLIS-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE DARCINOPOLIS	ATIVA
1516-2016	1137-2016-A	1437-2016	2057-2016	02/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	VIACAP	PALMAS-TO	VIACAP	ATIVA
1515-2016	142-2016-A	155-2016	2053-2016	02/05/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 9 LOTEAMENTO MOSQUITO	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS E GESTAO	ATIVA

								AMBIENTAL ADP	
1484- 2016	4678- 2014-A	6036-2014	2005-2016	28/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	LITUCERA	ARAGUAÍNA- TO	IG4 CONSTRUTOR A LTDA -ME	<b>ATIVA</b>
1454- 2016	3497- 2015-A	4423-2015	1967-2016	27/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	NOSSE POSTO - AVENIDA JORGE FIGUEIRAS Nº 80	ALVORADA- TO	POSTO COMBUSTIVEI S PRINCIPAIL LTDA	<b>ATIVA</b>
1441- 2016	1018- 2016-A	1314-2016	1958-2016	26/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	STUDIO PROVIEW COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL	ARAGUAÍNA- TO	L L CARDOSO & CIA LTDA - ME	<b>ATIVA</b>
1427- 2016	4207- 2015-A	5140-2015	1937-2016	26/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	SUPERCAL	BANDEIRANT ES DO TOCANTINS- TO	SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCARIO E BRITA LTDA	<b>ATIVA</b>
1411- 2016	1412- 2015-A	1984-2015	1919-2016	24/04/201 9	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	PEDREIRA SÃO FRANCISCO	PEIXE-TO	MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA	<b>ATIVA</b>
1410- 2016	781- 2016-A	1020-2016	1917-2016	25/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	TEMPERTINS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA	PALMAS-TO	VITRAX	<b>ATIVA</b>
1319- 2016	1060- 2015-A	1510-2015	1814-2016	19/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	FAZENDA BOM GADO AREA 3	PORTO NACIONAL- TO	MARILDA DOS REIS VILELA	<b>ATIVA</b>
1276- 2016	2464- 2015-A	3297-2015	1761-2016	14/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	CERAMICA PORTO IMPERIAL DE TIJOLOS EIRELI - ME	PORTO NACIONAL- TO	CERAMICA PORTO IMPERIAL	<b>ATIVA</b>
1211- 2016	3298- 2015-A	4257-2015	1672-2016	11/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	LÁZARO BOTELHO MARTINS	ARAGUAÍNA- TO	LAZARO BOTELHO MARTINS	<b>ATIVA</b>
1210- 2016	915- 2016-A	1184-2016	1669-2016	11/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	BALNEÁRIO PEDRO ISAÍAS II	TOCANTINÓ POLIS-TO	CICERA PEREIRA NONATO	<b>ATIVA</b>
1159- 2016	295- 2016-A	372-2016	1597-2016	07/04/202 1	DECLARAÇÃ O DE USO INSIGNIFICA NTE - DUI - 101	CHACARA 6 IRMAOS	MAURILÂNDI A DO TOCANTINS- TO	RAIMUNDO PEREIRA DE SOUSA	<b>ATIVA</b>

1115-2016	6637-2014-A	989-2016	1521-2016	05/04/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FRIGORIFICO JATOBÁ	PORTO NACIONAL-TO	GERALDO ALVES	<b>ATIVA</b>
1075-2016	316-2016-A	403-2016	1464-2016	01/04/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VALE VERDE - LOTES Nº 16 E 30	PIUM-TO	JOÃO PEDRO CARLINI SACHSER BIGAS	<b>ATIVA</b>
1064-2016	2182-2015-A	2971-2015	1435-2016	31/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO JABURU	FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	AUTO POSTO JABURU	<b>ATIVA</b>
1045-2016	730-2016-A	954-2016	1397-2016	30/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ASSENTAMENTO PA MANCHETE - LOTE 345	CASEARA-TO	JANDIR SCHMITZ	<b>ATIVA</b>
1035-2016	313-2016-A	396-2016	1382-2016	30/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA PORTEIRAS	PORTO NACIONAL-TO	RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO	<b>ATIVA</b>
1033-2016	320-2016-A	408-2016	1381-2016	29/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	KLIM QUIMICA - PRODUTOS DE LIMPEZA	PALMAS-TO	KLIM QUIMICA LTDA ME	<b>ATIVA</b>
1032-2016	4495-2015-A	5454-2015	1378-2016	28/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RECANTO FELIZ I E II	MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO	OSIRES RODRIGUES DAMASO	<b>ATIVA</b>
1001-2016	4426-2015-A	5381-2015	1343-2016	28/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONTAGEM - CHÁCARA NOVA GERAÇÃO	ARRAIAS-TO	FELICIANO WASHINGTON BATISTA SENA	<b>ATIVA</b>
921-2016	802-2015-A	1145-2015	1241-2016	20/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RESIDENCIAL VEREDAS DO LAGO	PALMAS-TO	TEWAL - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	<b>ATIVA</b>
917-2016	620-2016-A	801-2016	1230-2016	21/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA MARIA PARTE 77, 78 E 79	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	COOPERATIVA FRISIA	<b>ATIVA</b>
868-2016	3036-2015-A	3936-2015	1172-2016	17/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TEMPER	ARAGUAÍNA-TO	TEMPER DISTRIBUIDORA DE VIDROS - EIRELLI-EPP	<b>ATIVA</b>
867-2016	3919-2015-A	4839-2015	1166-2016	17/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	QD. 401 AV. TEOTÔNIO SEGURADO, SUL CONJ. 01,LOTE	PALMAS-TO	JSJ AUTOMÓVEIS	<b>ATIVA</b>

					101	18		LTDA	
826-2016	3211-2015-A	4134-2015	1115-2016	13/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	NIDERA SEMENTES LTDA -FILIAL	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	NIDERA SEMENTES LTDA	ATIVA
822-2016	3392-2015-A	259-2016	1108-2016	14/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO ORLA 14	PALMAS-TO	COOPERATIVA HABITACIONAL IMPERADOR DO LAGO LTDA-ME	ATIVA
780-2016	2723-2015-A	4418-2015	1033-2016	10/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA NOVA ESPERANÇA	ITAPIRATINS-TO	MARIA DO AMPARO LIMA ROCHA DAMASCENO	ATIVA
724-2016	6038-2014-A	7790-2014	954-2016	07/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA MORRO CHATO II	NOVO JARDIM-TO	SARP MINERAÇÃO LTDA	ATIVA
649-2016	4792-2013-A	4358-2015	851-2016	03/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA FRUTAC I E II LOTEAMENTO VARJÃO-CLEUBER MARCOS DE OLIVEIRA	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	CLEUBER MARCOS DE OLIVEIRA	ATIVA
625-2016	308-2016-A	389-2016	829-2016	03/03/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TERRA BOA	ARRAIAS-TO	JOSE MARTINS FERREIRA	ATIVA
551-2016	309-2016-A	391-2016	719-2016	26/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	VALDIRENE ALVES ROCHA RODRIGUES	ARAGUAÍNA-TO	VALDIRENE ALVES ROCHA RODRIGUES	ATIVA
519-2016	4747-2014-A	22-2016	690-2016	25/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA REGINA	SÃO VALÉRIO-TO	ANA OLIVIA CARDOSO BORBA KALAF	ATIVA
507-2016	4453-2015-A	5410-2015	662-2016	24/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA GALHEIRO	ITACAJÁ-TO	EXPEDITO COELHO DA SILVA	ATIVA
471-2016	4884-2013-A	5827-2013	622-2016	21/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PETRO POSTO-PETRO POSTOS DE ABASTECIMENTO LTDA	PALMAS-TO	PETRO POSTOS DE ABASTECIMENTO LTDA	ATIVA

463-2016	173-2015-A	256-2015	592-2016	18/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO DO LUA	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	LUCIMAR BARRERA CAMPOS	<b>ATIVA</b>
449-2016	4191-2008	25-2016	576-2016	18/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JM LAVA JATO	NATIVIDADE-TO	JOSINIANA NUNES DA SILVA	<b>ATIVA</b>
383-2016	2597-2015-A	3455-2015	496-2016	16/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TUPY DISTRIBUIDORA	ARAGUAÍNA-TO	N.E.N. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE DE FRIOS LTDA	<b>ATIVA</b>
317-2016	4469-2015-A	5432-2015	437-2016	11/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GLEBA DE TERRA	ARRAIAS-TO	MAGDA SUELY PEREIRA COSTA	<b>ATIVA</b>
303-2016	3891-2015-A	4815-2015	418-2016	11/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PEDRITA MARMORARIA	ARAGUAÍNA-TO	MARIA JOSE MARTINS BRINGEL	<b>ATIVA</b>
302-2016	5330-2014-A	6875-2014	416-2016	11/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POMORET-PEÇAS E SERVIÇOS	ARAGUAÍNA-TO	SOUSA E MOURA LTDA-EPP.	<b>ATIVA</b>
293-2016	4580-2013-A	5503-2013	405-2016	05/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BUQUEIRÃO	NATIVIDADE-TO	NATICAL NATIVIDADE CALCÁRIO LTDA	<b>ATIVA</b>
284-2016	5182-2014-A	5212-2015	393-2016	05/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE--	PALMAS-TO	ANA CAROLINA BATISTA DE SOUZA GUEDES	<b>ATIVA</b>
252-2016	99-2016-A	106-2016	346-2016	03/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VENCEDORA I, II, V E TRÊS IRMÃOS IV	FIGUEIRÓPOLIS-TO	OLIVEIROS FERREIRA SUCUPIRA	<b>ATIVA</b>
246-2016	4305-2015-A	5265-2015	335-2016	02/02/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SACO DA SERRA	RIO SONO-TO	ORLANDO SARDINHA FILHO	<b>ATIVA</b>
207-2016	3828-2015-A	4731-2015	304-2016	28/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MARCIO COTINI	ARAGUAÍNA-TO	MARCIO COTINI	<b>ATIVA</b>
205-	2090-	2855-2015	294-2016	28/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA	CARIRI DO TOCANTINS-	EDUARDO	<b>ATIVA</b>



2016	2015-A			1	NTE - DUI - 101	IPANEMA	TO	SAKAI	
195-2016	1997-2009	4888-2015	275-2016	26/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CERAMICA GUARANY - CHACARA GUARANY	GUARÁ-TO	CERÂMICA GUARANY LTDA	ATIVA
185-2016	2447-2015-A	3275-2015	257-2016	26/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 02/1	PORTO NACIONAL-TO	ARMANDO FAUSTINO DE MIRANDA	ATIVA
177-2016	111-2015-A	166-2015	253-2016	25/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA A.M	DUERÉ-TO	ANTONIO PEREIRA ARTIAGA	ATIVA
149-2016	3869-2015-A	4790-2015	204-2016	21/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO GURUPI	GURUPI-TO	GILDASIO FERREIRA GOMES	ATIVA
145-2016	4417-2015-A	5369-2015	193-2016	20/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CAPTAÇÃO SUBTERRANEA	PALMAS-TO	CONDOMINIO RESIDENCIAL ARNO 22 PRIVILEGE	ATIVA
132-2016	2849-2015-A	3746-2015	163-2016	17/01/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FELIPE SOUZA OLIVEIRA	FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	FELIPE SOUZA OLIVEIRA	ATIVA
122-2016	3390-2014-A	3165-2015	139-2016	14/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA LAGOA FEIA	AURORA DO TOCANTINS-TO	LATICINIO AGUIAR	ATIVA
118-2016	6207-2013-A	4478-2015	135-2016	14/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RER EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME	PALMAS-TO	RER EMPREENDIMENTOS E SERVIÇO LTDA ME	ATIVA
115-2016	3852-2015-A	4765-2015	127-2016	14/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RECANTO LOTES 135 E 148	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	PEDRO MARINHO DE OLIVEIRA	ATIVA
114-2016	2446-2015-A	3272-2015	120-2016	14/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA NOSSA SENHORA DE FATIMA	PALMAS-TO	AGNELO NETO NASCIMENTO CRUZ	ATIVA
113-2016	3850-2015-A	4761-2015	118-2016	14/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO PEDRO LOTES A133,134 E 136	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	PEDRO MARINHO DE OLIVEIRA	ATIVA

96-2016	1861-2015-A	2546-2015	98-2016	13/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ESTANCIA SÃO JOSÉ	DUERÉ-TO	JANIO SOARES LIMA	ATIVA
92-2016	4404-2015-A	5356-2015	93-2016	12/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JAÓ	PEQUIZEIRO-TO	ELENIR MARIA DE OLIVEIRA AZEVEDO	ATIVA
83-2016	3914-2015-A	5330-2015	82-2016	11/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	VM 10 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	VM 10 LOGISTICA E TRANSPORTE S LTDA - ME	ATIVA
51-2016	6275-2014-A	8092-2014	59-2016	07/01/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO JOAO,BR 348,KM 32	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	L.P.G. AGRO-PEIXE E CONSTRUÇÕES LTDA ME	ATIVA
31-2016	4245-2015-A	5191-2015	42-2016	06/01/2021	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TONY CAR LAVAJATO	ARAGUAÍNA-TO	TONY CAR LAVAJATO	ATIVA
4957-2015	4258-2015-A	5211-2015	5802-2015	23/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RENASCER	ITACAJÁ-TO	ANTONIO CARLOS COSTA	ATIVA
4935-2015	2909-2010	3283-2015	5761-2015	20/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARAGUAIA MOTORS	PALMAS-TO	ARAGUAIA MOTORS COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	ATIVA
4916-2015	3240-2015-A	4165-2015	5733-2015	18/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SERRINHA	LAGOA DO TOCANTINS-TO	ANTONIO SOARES	ATIVA
4885-2015	4268-2011	3336-2015	5699-2015	16/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA BARBARA	PEIXE-TO	AGROPECUARIA AGUA BRANCA S.A	ATIVA
4850-2015	2036-2006	2116-2015	5667-2015	15/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA LUZIA PARTE DO LOTE 02	DUERÉ-TO	ILDO WOLMAR SNOVARESKI E OUTRO	ATIVA
4833-2015	2102-2015-A	2864-2015	5645-2015	15/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA VALE DA SERRA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA	ANGICO-TO	TOMÁSIA BARBOSA DA SILVA	ATIVA
4831-2015	2184-2015-A	2973-2015	5646-2015	14/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	CHACARA AGUA LIMPA	GURUPI-TO	ANDRE AFONSO	ATIVA

					101			MARRAFON	
4822-2015	2881-2011	228951-2011	5634-2015	15/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RESIDENCIAL CLASSIC	PALMAS-TO	CONDOMINIO RESIDENCIAL CLASSIC	ATIVA
4810-2015	1225-2015-A	1738-2015	5622-2015	13/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO JAVAÉ	GURUPI-TO	CARVALHO E SILVANO LTDA	ATIVA
4796-2015	4036-2012-A	4198-2015	5602-2015	11/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FORMTEXT PETROSHOP QD 412 NORTE,ROD TO-010,ARNE-55,CONJ.PAC-02,LOTE 01	PALMAS-TO	PETROSHOP COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	ATIVA
4747-2015	4145-2015-A	5084-2015	5546-2015	07/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO POLIAUTO	GURUPI-TO	MAURO SOARES DA SILVA ( LAVAJATO POLIAUTO )	ATIVA
4733-2015	3191-2015-A	4106-2015	5530-2015	07/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GUARUJÁ LOTES 34-A E 32- PARTE M-2571	FIGUEIRÓPOLIS-TO	JOÃO LUIZ MOREIRA SAAD	ATIVA
4694-2015	3355-2015-A	4310-2015	5495-2015	08/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA BELCAR	PORTO NACIONAL-TO	BELCHIOR TADEU RAMOS COSTA	ATIVA
4644-2015	2909-2010	3283-2015	5443-2015	02/12/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARAGUAIA MOTORS	PALMAS-TO	ARAGUAIA MOTORS COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA	ATIVA
4587-2015	302-2015-A	439-2015	5378-2015	29/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA HELENA - ZONA RURAL - ALMAS - TO	ALMAS-TO	JOAO PAULO PIMENTA	ATIVA
4467-2015	3862-2015-A	4779-2015	5270-2015	24/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SÃO JOÃO AGROPECUÁRIA LTDA	CASEARA-TO	SÃO JOÃO AGROPECUÁRIA	ATIVA
4450-2015	3753-2015-A	4627-2015	5258-2015	24/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PORTE DO LOTE 58	SANDOLÂNDIA-TO	ADAILSON ALVES LIMA	ATIVA
4422-2015	3584-2015-A	4492-2015	5237-2015	23/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CAMPO DE FUTEBOL	JAÚ DO TOCANTINS-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAU DO TOCANTINS	ATIVA

4413-2015	2838-2015-A	3734-2015	5224-2015	22/11/2017	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAIXA DE DOMINIO DA FERROVIA NORTE SUL	DARCINÓPOLIS-TO	FERROVIA NORTE SUL S/A	<b>ATIVA</b>
4409-2015	4523-2010	3159-2015	5208-2015	19/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA TRES IRMAOS	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	PRACIDIO FERREIRA DA SILVA	<b>ATIVA</b>
4337-2015	2828-2015-A	3725-2015	5135-2015	17/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 08	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	ANTONIO LEAL NETO	<b>ATIVA</b>
4332-2015	2857-2015-A	3756-2015	5128-2015	18/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO AMADO	PALMAS-TO	AMADO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	<b>ATIVA</b>
4326-2015	2630-2015-A	3494-2015	5118-2015	17/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	QUADRA 01, MODULOS 6,7 E 8 - PARQUE INDUSTRIAL DE PARAISO DO TOCANTINS-TO	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	ROSO INDUSTRIA E COMERCIO DE EUCALIPTO LTDA	<b>ATIVA</b>
4287-2015	2610-2015-A	3470-2015	5061-2015	16/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO JOSE	PORTO NACIONAL-TO	CARLOS ALBERTO DA COSTA	<b>ATIVA</b>
4286-2015	370-2011	3337-2015	5069-2015	16/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA UNIVERSO	SUCUPIRA-TO	ITALLO ZACCARO NETO E OUTRO	<b>ATIVA</b>
4243-2015	3184-2015-A	4093-2015	5014-2015	13/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BURITIZAL	BARROLÂNDIA-TO	VIVALDO VENANCIO FERREIRA	<b>ATIVA</b>
4196-2015	1870-2015-A	2555-2015	4957-2015	28/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUPER POSTO CAPIVARA - ELBES ALVES	COLINAS DO TOCANTINS-TO	ELBES ALVES DA SILVA & CIA LTDA EPP	<b>ATIVA</b>
4164-2015	3154-2015-A	4062-2015	4918-2015	07/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AVANTE I, II, III, IV E V	FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	RAIMUNDO ROSAL FILHO	<b>ATIVA</b>
4140-2015	1933-2015-A	2656-2015	4865-2015	05/11/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO TRIANGULO	COLMÉIA-TO	SOARES & CIRILO LTDA	<b>ATIVA</b>
3994-	373-	539-2015	4697-2015	26/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GESSO MVA	FILADÉLFIA-TO	GESSO MVA CALCINAÇÃO E	<b>ATIVA</b>

2015	2015-A			0	NTE - DUI - 101		TO	TRANSPORTE LTDA	
3985-2015	3030-2015-A	3928-2015	4675-2015	26/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA VAQUEJADA PARTE DO LOTE 52	COUTO MAGALHÃES-TO	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA JOAQUIM	ATIVA
3958-2015	3140-2015-A	4054-2015	4652-2015	22/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA PADRE CÍCERO	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	DAMIÃO ANTÔNIO DE SOUZA	ATIVA
3941-2015	3078-2015-A	3971-2015	4637-2015	26/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO TRIANGULO	PALMAS-TO	SOARES & CIRILO LTDA	ATIVA
3869-2015	7076-2013-A	8202-2013	1757-2014	11/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JARDINS FIRENZE-SP8 PARCERIA IMOBILIARIO SPE-LTDA	ARAGUAÍNA-TO	ASSOCIACAO JARDIM SIENA	ATIVA
3846-2015	2995-2015-A	3885-2015	4537-2015	17/10/2017	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO SETOR UNIVERSITARIO	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	PORTAL SUL EMPREENDIMENTOS	ATIVA
3801-2015	562-2015-A	790-2015	4473-2015	13/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA LAGO VERDE	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JOSE ALVES RODRIGUES	ATIVA
3794-2015	964-2015-A	1390-2015	4459-2015	14/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUPERMIX CONCRETO S/A	PALMAS-TO	SUPERMIX CONCRETO S/A	ATIVA
3792-2015	2348-2015-A	3770-2015	4456-2015	14/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	MARCIO MAGALHAES	ATIVA
3773-2015	1217-2015-A	1730-2015	4431-2015	13/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CERÂMICA NOGUEIRA	CHAPADA DA NATIVIDADE-TO	VALDELI JOAQUIM NOGUEIRA - ME	ATIVA
3666-2015	330-2013-A	8519-2014	4303-2015	02/10/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO TOCANTINS LTDA	SÃO VALÉRIO-TO	AUTO POSTO TOCANTINS LTDA	ATIVA
3586-2015	4525-2014-A	8043-2014	4189-2015	27/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MINERAX	XAMBIOÁ-TO	MINERAX - MINERAÇÃO XAMBIOA LTDA	ATIVA

3534-2015	1949-2015-A	2674-2015	4144-2015	24/09/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CANAJUBA	LAJEADO-TO	EVERSON FRANCISCO ALVES	<b>ATIVA</b>
3516-2015	1908-2009	2421-2015	4124-2015	22/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA PARK WAY II	LAJEADO-TO	ALAN KARDEC MARTINS BARBIERO	<b>ATIVA</b>
3486-2015	1313-2015-A	1884-2015	4077-2015	20/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BOA SORTE M-9620	GUARÁI-TO	AGROFARM PRODUTOS AGROQUIMICOS LTDA	<b>ATIVA</b>
3456-2015	2699-2015-A	3578-2015	4037-2015	19/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA FRIGOVALE	PORTO NACIONAL-TO	NELSON GLUCKSBERG	<b>ATIVA</b>
3444-2015	2748-2015-A	3632-2015	4025-2015	17/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO IPANEMA	ALVORADA-TO	IPANEMA DERIVADOS DE PETROLEO ME	<b>ATIVA</b>
3384-2015	2625-2015-A	3489-2015	3956-2015	15/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	P H A EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	PALMAS-TO	P H A EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	<b>ATIVA</b>
3344-2015	2702-2015-A	3580-2015	3913-2015	12/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ITAPEMA SOCIAL CLUBE	PALMAS-TO	ITAPEMA SOCIAL CLUBE	<b>ATIVA</b>
3319-2015	281-2003	3466-2015	3888-2015	09/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	HOSPITAL E MATERNIDADE CRISTO REI	PALMAS-TO	HOSPITAL E MATERNIDADE CRISTO REI	<b>ATIVA</b>
3278-2015	1946-2015-A	2668-2015	3858-2015	09/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO ELDORADO	PALMAS-TO	SOUZA E VITAL TDA.	<b>ATIVA</b>
3248-2015	483-2015-A	698-2015	3818-2015	03/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JP ARQUITETURA E CONTRUÇÕES LTDA	PALMAS-TO	JP ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA	<b>ATIVA</b>
3210-2015	878-2015-A	1274-2015	3785-2015	02/09/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO RIO FORMOSO	SANDOLÂNDIA-TO	JOSE SABINO DE SOUZA	<b>ATIVA</b>
3154-2015	2450-2015-A	3278-2015	3731-2015	01/09/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	LOTEAMENTO CORREGO	PALMAS-TO	HIKARI CONSTRUÇÃO	<b>ATIVA</b>

					101	MARMELADA		S LTDA - ME	
3151-2015	1495-2015-A	2099-2015	3725-2015	30/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA RECANTO CABANE	PALMAS-TO	CARLOS BATISTA DAS NEVES	<b>ATIVA</b>
3150-2015	797-2015-A	1131-2015	3721-2015	31/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOT.INDUSTRIAL , S/N QD 2 LT 2	MIRANORTE-TO	VALLE MIX IND. E COM.DE MINERAIS LTDA	<b>ATIVA</b>
3149-2015	2833-2002	3333-2015	3723-2015	31/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BOA ESPERANÇA LOTE 08	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	RUBEN RITTER	<b>ATIVA</b>
3141-2015	1870-2015-A	2555-2015	3710-2015	28/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUPER POSTO CAPIVARA - ELBES ALVES	COLINAS DO TOCANTINS-TO	ELBES ALVES DA SILVA & CIA LTDA EPP	<b>ATIVA</b>
3136-2015	502-2015-A	717-2015	3698-2015	27/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PRATA ( PARTE ) LOTE N° 5	ALMAS-TO	ALVARO LOPES RODRIGUES	<b>ATIVA</b>
3106-2015	1860-2013-A	2622-2015	3645-2015	24/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA NOVA PATIZAL	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	FAUSTO VINICIUS GUIMARAES GARCIA	<b>ATIVA</b>
3101-2015	1285-2015-A	1836-2015	3636-2015	26/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CAPIM BRANCO	BARROLÂNDIA-TO	FRANCISCO DONIZETE VIEIRA FERRO E OUTRO	<b>ATIVA</b>
3072-2015	2421-2015-A	3248-2015	3599-2015	21/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO J-CAR	TOCANTINÓPOLIS-TO	RICHARDD STARLING FADULL DA SILVA LIMA	<b>ATIVA</b>
3048-2015	2563-2015-A	3420-2015	3586-2015	20/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CENTRO ESPIRITA BENEFICENTE UNIAO DO VEGETAL	PALMAS-TO	CENTRO ESPIRITA BENEFICENTE UNIAO DO VEGETAL	<b>ATIVA</b>
3037-2015	895-2015-A	1299-2015	3573-2015	20/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA LUZIANIA - ALMAS	ALMAS-TO	JOSEFA MARIA DE AZEVEDO	<b>ATIVA</b>
3000-2015	2302-2015-A	3314-2015	3516-2015	18/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	COAPA - COOPERATIVA AGOINDUSTRIAL DO TOCANTINS	PEDRO AFONSO-TO	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO TOCANTINS	<b>ATIVA</b>

2979-2015	4864-2013-A	3164-2015	3496-2015	17/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GUATAMBU, LOTE 09	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	ESPOLIO DE MARCIO MASCARENHAS GRISE	<b>ATIVA</b>
2977-2015	2453-2015-A	3282-2015	3492-2015	16/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CEREALISTA SANTA FÉ - EIRELI	PALMAS-TO	CEREALISTA SANTA FÉ - EIRELI	<b>ATIVA</b>
2959-2015	2529-2014-A	3158-2014	3461-2015	14/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TIERRA SANTA "AMPARO GARDENIA"	MONTE DO CARMO-TO	JASMINA LUSTOSA BUCAR	<b>ATIVA</b>
2921-2015	1757-2015-A	2410-2015	3414-2015	12/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO PRIMAVERA	ARAGUAÇU-TO	AUTO POSTO PRIMAVERA	<b>ATIVA</b>
2904-2015	4502-2014-A	3110-2015	3397-2015	11/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONDOMINIO ALDEIA DO SOL	PALMAS-TO	JOSE MENDES DE AGUIAR NETO	<b>ATIVA</b>
2846-2015	2124-2010	2805-2015	3319-2015	10/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ASR SE 65, QI 5 LOTES 3 A 15	PALMAS-TO	TOCANTINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA	<b>ATIVA</b>
2837-2015	1974-2015-A	2709-2015	3301-2015	06/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SUPER POSTO LIDER LTDA	PALMAS-TO	SUPER POSTO LIDER LTDA	<b>ATIVA</b>
2826-2015	2191-2015-A	2981-2015	3284-2015	07/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ISTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PALMAS-TO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	<b>ATIVA</b>
2820-2015	1300-2015-A	1859-2015	3281-2015	05/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TERRA FERTIL - M1060	PIUM-TO	AGROPECUARIA TERRA FERTIL S/A	<b>ATIVA</b>
2792-2015	1490-2015-A	2093-2015	3243-2015	05/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ORATORIO	ALMAS-TO	SIEGFRIED EPP	<b>ATIVA</b>
2791-2015	2308-2015-A	3115-2015	3241-2015	06/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	NB3 BIOENERGIA - 404 SUL, QR 03, AL 03 LOTE 04	PALMAS-TO	NB3 PARTICIPAÇÕES E BIOENERGIA LTDA	<b>ATIVA</b>
2776-2015	1536-2015-A	2151-2015	3222-2015	05/08/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	CONDOMINIO MIRANTE DO	PALMAS-TO	J.R.C. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	<b>ATIVA</b>



					101	PARK		S LTDA	
2775-2015	2023-2014-A	2528-2014	3216-2015	03/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RETIFICA BANDEIRANTES	PALMAS-TO	RETIFICA BANDEIRANTES	ATIVA
2773-2015	576-2015-A	816-2015	3210-2015	04/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SITIO NOVO	CHAPADA DA NATIVIDADE-TO	ORLANDO PÓVOA RIBEIRO NETO	ATIVA
2767-2015	2210-2015-A	3000-2015	3204-2015	04/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA CLARA LOTE 23	PIUM-TO	REGINALDO CAZUZA DA SILVA-ME	ATIVA
2764-2015	5512-2014-A	7121-2014	3202-2015	04/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CENTRO OESTE COMERCIO DE LUBRIFICANTES	PALMAS-TO	CENTRO OESTE COMERCIO DE LUBRIFICANTES	ATIVA
2700-2015	2183-2015-A	2972-2015	3121-2015	30/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARAGUAIA DIESEL	GURUPI-TO	ARAGUAIA DIESEL	ATIVA
2691-2015	5392-2013-A	364-2015	3117-2015	30/07/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BACABA AGUA LIMPA	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	DENUSE LIMA DA CRUZ ME	ATIVA
2666-2015	1592-2015-A	2205-2015	2996-2015	28/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AVENIDA POSTO YPÊ Nº 601	MIRANORTE-TO	ARLINDO JOSE CARVALHO DA SILVA	ATIVA
2664-2015	1322-2015-A	1897-2015	3082-2015	28/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA-JATO NOSSA CASA	NOVO ACORDO-TO	ABDIAS NETO SOARES DA SILVA	ATIVA
2647-2015	1891-2015-A	2585-2015	3060-2015	29/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MATADOURO MIRACEMA	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	MATADOURO MIRACEMA	ATIVA
2527-2015	104-2015-A	158-2015	2929-2015	22/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA MAT 847	ANANÁS-TO	JOSE MARQUES FERREIRA	ATIVA
2514-2015	1086-2015-A	1545-2015	2909-2015	20/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PONTAL	ITAGUATINS-TO	JOSE SALOMAO LEMOS SILVA NETO	ATIVA

2436-2015	525-2015-A	748-2015	2852-2015	20/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA MONICA I	FIGUEIRÓPOLIS-TO	EDMAR NEVES SIQUEIRA	<b>ATIVA</b>
2336-2015	1581-2015-A	2196-2015	2720-2015	14/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BOM SERÁ	TUPIRAMATO	AVELINO ALEOTTI E OUTROS	<b>ATIVA</b>
2316-2015	1656-2015-A	2304-2015	2707-2015	13/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA TO - 050, KM 12, ZONA RURAL DE PALMAS	PALMAS-TO	POSTO TIUBA DE COMBUSTIVEL LTDA	<b>ATIVA</b>
2312-2015	905-2015-A	1314-2015	2701-2015	13/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO LEAL E LEAL LTDA	PALMAS-TO	AUTO POSTO LEAL E LEAL LTDA	<b>ATIVA</b>
2304-2015	6125-2014-A	7888-2014	2684-2015	10/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA K E CA	ARAGUATINS-TO	FERGUMAR - FERRO GUSA DO MARANHÃO LTDA	<b>ATIVA</b>
2286-2015	1180-2015-A	1680-2015	2675-2015	10/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA XUPE	SÃO VALÉRIO-TO	CIRO CESAR HANISCH	<b>ATIVA</b>
2275-2015	1488-2015-A	2091-2015	2668-2015	09/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BOM DESCANSO - MT 1979	ALMAS-TO	SIEGFRIED EPP	<b>ATIVA</b>
2239-2015	6806-2014-A	8714-2014	2639-2015	09/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA DOIS IRMÃOS	PIUM-TO	ATECA - ASSISTENCIA TECNICA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	<b>ATIVA</b>
2230-2015	3226-2013-A	636-2015	2632-2015	09/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AGUAS DA SERRA	ALMAS-TO	ISRAEL JORGE LENUZZA DOMINGUES	<b>ATIVA</b>
2146-2015	6127-2014-A	7890-2014	2419-2015	06/07/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SÃO JOAQUIM	LUZINÓPOLIS-TO	FERGUMAR - FERRO GUSA DO MARANHÃO LTDA	<b>ATIVA</b>
2045-2015	6722-2014-A	8636-2014	2433-2015	30/08/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	REASSENTAMENTO RURAL CANTO DA SERRA	LAJEADO-TO	INVESTCO S/A	<b>ATIVA</b>
2020-	2359-	6708-2014	2420-2015	15/06/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA STO	GURUPI-TO	JBS S/A	<b>ATIVA</b>

2015	2004			0	NTE - DUI - 101	ANTÔNIO			
1906-2015	1024-2014-A	1253-2015	2299-2015	08/06/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA POÇO AZUL, LOTEAMENTO ARAGUACEMA 10 ETAPA	GUARÁ-TO	GABRIEL GUIMARÃES SANTOS ANJOS E OUTRO	ATIVA
1869-2015	2374-2009	1222-2015	2236-2015	02/06/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	HOTEL MAGNUS - 104 NORTE	PALMAS-TO	HOTEL MAGNUS	ATIVA
1816-2015	6497-2014-A	8372-2014	2175-2015	27/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CANTO DO BARREIRO	MIRANORTE-TO	JOSE ERONIDES DE SOUSA PEQUENO	ATIVA
1778-2015	5440-2014-A	7035-2014	2139-2015	27/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO BRISAS DO CERRADO	PORTO NACIONAL-TO	BRISAS DO CERRADO	ATIVA
1770-2015	6705-2014-A	8620-2014	2132-2015	28/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BELEM	NOVA OLINDA-TO	CERAMICA IRMAOS PARENTE LTDA.	ATIVA
1753-2015	2047-2003	1902-2015	2120-2015	27/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BUNGE	PORTO NACIONAL-TO	BUNGE ALIMENTOS S/A	ATIVA
1749-2015	1151-2015-A	1641-2015	2116-2015	26/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO VIEIRA	NAZARÉ-TO	FRANCISCA VIEIRA DA SILVA	ATIVA
1739-2015	5952-2013-A	6951-2013	2386-2014	26/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CALTINS	BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	CALCÁRIO TOCANTINS LTDA	ATIVA
1653-2015	774-2015-A	1099-2015	2029-2015	21/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA LAGINHA LOTES 02, 03 E 21	PIUM-TO	JOSE REINALDO PEREIRA MIRANDA	ATIVA
1649-2015	3033-2014-A	3812-2014	2023-2015	21/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO LAVA-JATO CHUMBINHO	ARAGUAÍNA-TO	CESAR AUGUSTO SOARES - ME	ATIVA
1640-2015	5333-2014-A	6880-2014	2017-2015	20/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TRANSMOLAS PEÇAS E SERVIÇOS	ARAGUAÍNA-TO	TRANSMOLAS PEÇAS E SERVIÇOS	ATIVA

1554-2015	1138-2015-A	1625-2015	1922-2015	13/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA DUBAI I E II	ARAGUATINS-TO	FREDERICO FARIA VIEIRA	ATIVA
1522-2015	5125-2014-A	1607-2015	1876-2015	12/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA-JATO DA LUSANETE	TOCANTÍNIA-TO	LUSANETE FERREIRA CURSINO	ATIVA
1513-2015	5109-2014-A	1582-2015	1866-2015	12/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA-JATO MORIA	TOCANTÍNIA-TO	VALMIR BATISTA DA SILVA	ATIVA
1480-2015	596-2015-A	840-2015	1825-2015	06/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONDOMÍNIO HORIZONTAL ALDEIA DO SOL	PALMAS-TO	REINALDO SALLES VITERBO	ATIVA
1417-2015	1196-2015-A	1702-2015	1750-2015	03/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	INSTITUTO TOCANTINESE PRES. ANTONIO CARLOS PORTO LTDA	PORTO NACIONAL-TO	ITPAC PORTO NACIONAL	ATIVA
1313-2015	913-2015-A	1333-2015	1631-2015	26/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TERRA BELA PAERTE REMANESCENTE DO LOTE 17	PIUM-TO	JOAO CARLOS DA COSTA	ATIVA
1233-2015	7736-2013-A	615-2015	1493-2015	15/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO MORRO DO MATO I	GOIANORTE-TO	LATICINIO FORTALEZA LTDA	ATIVA
1179-2015	6367-2014-A	8218-2014	1375-2015	10/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA	ARAGUAÍNA-TO	ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA	ATIVA
1178-2015	5113-2014-A	6593-2014	1373-2015	10/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	KOKAR TINTAS	PALMAS-TO	KOKAR INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	ATIVA
1172-2015	5774-2014-A	7494-2014	1245-2015	05/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 195, LOTEAMENTO SERRA DO LAGEADO 4ª ETAPA	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	OSCAR CASSIO DE SOUZA	ATIVA
1166-2015	4421-2014-A	5693-2014	1354-2015	09/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO MARAJÓ	NOVA OLINDA-TO	VAZ E OLIVEIRA LTDA	ATIVA
1090-2015	4999-2014-A	6449-2014	1232-2015	06/04/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	FAZENDA CACHOEIRA-CALTA	RIO DA CONCEIÇÃO-	CALTA-CALCARIO TAGUATINGA	ATIVA

					101	CALCARIO	TO	LTDA	
892-2015	3171-2008	7468-2014	1010-2015	18/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ABC INCO LOTE 328	CAMPOS LINDOS-TO	ABC INDUSTRIA E COMERCIO S/A	ATIVA
882-2015	3318-2014-A	476-2015	988-2015	17/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ARCA DE NOÉ	JAÚ DO TOCANTINS-TO	RUBENS BASTOS	ATIVA
875-2015	617-2015-A	877-2015	985-2015	17/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PERNAMBUCO	TUPIRATINS-TO	RICARDO MACHADO GUIMARAES	ATIVA
872-2015	2896-2014-A	242-2015	980-2015	16/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	REVITALIZACAO DE PRAÇA	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA	ATIVA
867-2015	1674-2005	806-2014	979-2015	17/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ASSOCIAÇÃO REV. INSUMOS AGRICOLAS	SILVANÓPOLIS-TO	ASSOCIAÇÃO DOS REV. DE INSUMOS AGROPECUARIOS	ATIVA
844-2015	6197-2014-A	7990-2014	946-2015	16/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CEREALISTA ARAGUAIA	GURUPI-TO	CEREALISTA ARAGUAIA	ATIVA
765-2015	6679-2014-A	8593-2014	859-2015	10/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA RECOMEÇO	PALMAS-TO	IGREJA BATISTA DA ORLA	ATIVA
736-2015	3930-2014-A	5011-2014	835-2015	09/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA DOURADINHO LOTE 25	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JOSE PORFIRIO MAIA	ATIVA
720-2015	5666-2014-A	7342-2014	772-2015	06/03/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA DOIS IRMÃOS	GURUPI-TO	SAID IBRAHIM	ATIVA
554-2015	6274-2014-A	8091-2014	630-2015	24/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BR 153 - KM 487 - PARAÍSO DO TOCANTINS	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	CERAMICA MILENIUM LTDA	ATIVA
543-2015	2440-2012	2242-2014	618-2015	24/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SERRARIA BASTOS	FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	MARIA JARDENIA DE OLIVEIRA SILVA BASTOS	ATIVA

510-2015	3498-2014-A	4445-2014	578-2015	20/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ITALIAN PALACE HOTEL	PALMAS-TO	PAMFISA HOTEL LTDA ME	ATIVA
489-2015	6508-2014-A	8384-2014	534-2015	19/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA 92 B - RIBEIRAO TAQUARUSSU	PALMAS-TO	CERAMICA SANTA FE LTDA	ATIVA
474-2015	4215-2014-A	7820-2014	522-2015	13/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ADMIRADA	CRISTALÂNDIA-TO	CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA	ATIVA
469-2015	5807-2014-A	7532-2014	519-2015	13/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JURUA LOTE 102	ARAGUAÍNA-TO	PAULO DE TARCIO BESERRA DA SILVA	ATIVA
468-2015	4516-2014-A	5844-2014	516-2015	12/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	NOVAAGRI INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E ESC AGRÍCOLA LTDA	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	NOVAAGRI INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E ESC AGRÍCOLA LTDA	ATIVA
467-2015	5364-2014-A	6920-2014	517-2015	12/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA MONSOY	PORTO NACIONAL-TO	MONSOY LTDA	ATIVA
439-2015	2104-2012	5058-2014	488-2015	11/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VITORIA	PEQUIZEIRO-TO	SERGIO YUKIO ICHIKAWA	ATIVA
424-2015	1068-2004	315-2015	473-2015	10/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ROGERIO DE FREITAS CRISTOFOLI	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	ROGERIO DE FREITAS CHRISTOFOLI	ATIVA
412-2015	4013-2014-A	5119-2014	442-2015	09/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PRINCESA	FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	VILSON SILVA NOGUEIRA	ATIVA
411-2015	4527-2014-A	5867-2014	445-2015	09/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	212 SUL RUA SR 15	PALMAS-TO	INFRAENG ENGENHARIA DE INFRA. LTDA	ATIVA
396-2015	6823-2014-A	8737-2014	418-2015	06/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	QD. 602 SUL, COJ. 02 AV. LO 15, LT 01	PALMAS-TO	PALMAS BRASIL LAVA JATO LTDA - ME	ATIVA

392-2015	162-2015-A	241-2015	412-2015	05/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA NOSSA SENHORA DE APARECIDA BR 153 KM 280	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO	ANJOS E PINTO COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - ME	<b>ATIVA</b>
362-2015	1452-2013-A	21-2014	386-2015	05/02/2018	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PARTES DA FAZENDA JANDIRA-PEDRO PAULO SANTANA FILHO	GURUPI-TO	PEDRO PAULO SANTANA RIOS FILHO	<b>ATIVA</b>
342-2015	3292-2014-A	4156-2014	364-2015	02/02/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GARAGEM SEDE DA EHL	PALMAS-TO	ELETRO HIDRO LTDA	<b>ATIVA</b>
303-2015	4963-2014-A	6408-2014	8035-2014	18/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	REAL CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E PROJETOS LTDA	PALMAS-TO	REAL CONSTRUÇÕES ENGENHARIA E PROJETOS LTDA	<b>ATIVA</b>
274-2015	3668-2014-A	4689-2014	298-2015	29/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PORÇÃO LOTE 04	NATIVIDADE-TO	SINVAL BARBOSA ALMEIDA	<b>ATIVA</b>
265-2015	6123-2014-A	7885-2014	278-2015	29/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CURITY	WANDERLÂNIA-TO	FERGUMAR - FERRO GUSADO MARANHÃO LTDA	<b>ATIVA</b>
214-2015	5340-2014-A	8023-2014	208-2015	22/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE RESIDENCIAL	PALMAS-TO	ELTO QUINTINO BORGES	<b>ATIVA</b>
211-2015	5340-2014-A	8023-2014	208-2015	23/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE RESIDENCIAL	PALMAS-TO	ELTO QUINTINO BORGES	<b>ATIVA</b>
173-2015	4318-2011	7488-2014	120-2015	28/01/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SOMAVA E 2 DE ABRIL	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JORGE RODRIGUES DA COSTA	<b>ATIVA</b>
134-2015	4995-2014-A	6444-2014	113-2015	15/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JOÃO DE BARRO	PALMAS-TO	ISABEL MUNIZ GALLINDO	<b>ATIVA</b>
130-2015	258-1998	108-2014	107-2015	14/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA LAGO VERDE M-54	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	ENIO NOGUEIRA BECKER	<b>ATIVA</b>

124-2015	6441-2014-A	8306-2014	101-2015	13/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PONTAL DA SERRA LOTE 14-B	MATEIROS-TO	SOFIA DINIZ JUNQUEIRA BUENO	<b>ATIVA</b>
53-2015	5723-2014-A	7712-2014	35-2015	07/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	IFTO - CAMPUS DE PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL-TO	IFTO - CAMPUS DE PORTO NACIONAL	<b>ATIVA</b>
52-2015	5464-2013-A	3957-2014	34-2015	07/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CEMITERIO JARDIM DAS ACAÇIAS	PALMAS-TO	LOJA MAÇONICA LUZ PIONEIRA	<b>ATIVA</b>
32-2015	6374-2014-A	8224-2014	14-2015	06/01/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA 25/01	PORTO NACIONAL-TO	ADRIANO FERNANDES DE LACERDA	<b>ATIVA</b>
11210-2014	4213-2014-A	5402-2014	8185-2014	22/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PASSO FUNDO	ALVORADA-TO	RUDIMAR BORGHETTI	<b>ATIVA</b>
11161-2014	5183-2014-A	6707-2014	8144-2014	22/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AGROSUL	SUCUPIRA-TO	JAIME JOSÉ VIEIRA	<b>ATIVA</b>
11157-2014	2626-2008	5386-2014	8140-2014	21/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BREJO ALEGRE	SILVANÓPOLIS-TO	NOVAAGRI INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO E ESCOAMENTO AGRICOLA S.A	<b>ATIVA</b>
11079-2014	5917-2014-A	7669-2014	8085-2014	18/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO BENTO-MAT.4496	CRISTALÂNDIA-TO	CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA	<b>ATIVA</b>
11064-2014	6121-2014-A	7883-2014	8058-2014	18/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO PONTUAL - DHERKSON	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS-TO	DHERKSON OLIVEIRA LOBAO	<b>ATIVA</b>
11062-2014	1956-2014-A	2442-2014	8056-2014	17/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO AUTO BRILHO	GURUPI-TO	JOSYVAN PEREIRA FILHO	<b>ATIVA</b>
11029-2014	4982-2014-A	6430-2014	8039-2014	17/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA 65 COMPLEXO ECOLÓGICO VALE DA CACHOEIRA	PALMAS-TO	RAFAEL HENRIQUE HOLZBACH	<b>ATIVA</b>



10956-2014	1322-2003	7168-2014	7979-2014	17/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA RITA I LOTE 71	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	JOSÉ ALBERTI OLIVEIRA NUNES	<b>ATIVA</b>
10953-2014	505-2002	7101-2014	7998-2014	17/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TIRO ESPORTIVO E TREINAMENTO FORÇAS POLICIAIS	PALMAS-TO	CLUBE DE TIRO ESPORTIVO DE PALMAS	<b>ATIVA</b>
10930-2014	4939-2014-A	6362-2014	7966-2014	16/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	PEIXE-TO	MARIA LUIZA MOREIRA LIMA	<b>ATIVA</b>
10743-2014	6010-2014-A	7767-2014	7820-2014	11/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LUIZ ALBERTO CARBONI	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	LUIZ ALBERTO CARBONI	<b>ATIVA</b>
10644-2014	2250-2014-A	2808-2014	7747-2014	10/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA SANTA LUZIA	DUERÉ-TO	CLEMENTE EUGENIO RODRIGUES MOREIRA	<b>ATIVA</b>
10609-2014	4722-2014-A	6101-2014	7720-2014	09/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO LUIZ II	CRISTALÂNDIA-TO	VITOR NASCIMENTO VALADÃO E OUTROS	<b>ATIVA</b>
10565-2014	4585-2014-A	5946-2014	7682-2014	08/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ALTERNATIVA I-M- 4451	ALMAS-TO	TARIK DE AZEVEDO	<b>ATIVA</b>
10556-2014	5782-2014-A	7501-2014	7678-2014	08/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	EMOÇÕES MOTEL	ARAGUAÍNA-TO	EMOÇÕES MOTEL	<b>ATIVA</b>
10554-2014	5960-2014-A	7717-2014	7672-2014	07/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ALTERNATIVA	ALMAS-TO	TARIK DE AZEVEDO	<b>ATIVA</b>
10466-2014	2859-2014-A	3587-2014	7590-2014	05/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO RAIMUNDO	GOIANORTE-TO	ADAILTON ARAUJO SILVA	<b>ATIVA</b>
10394-2014	7063-2013-A	6541-2014	7532-2014	02/12/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JULIANA I I	CARIRI DO TOCANTINS-TO	LUCIO HENRIQUE GIOLO GUIMARAES E OUTRO	<b>ATIVA</b>
10263-2014	5422-2014-A	7009-2014	7407-2014	27/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	LOTE 60-LOTEAMENTO	PORTO NACIONAL-	JOSE PAULO SANTANA - ME	<b>ATIVA</b>

					101	MANGUES	TO		
10257-2014	5820-2014-A	7550-2014	7405-2014	27/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	WI-FI LAVA JATO LTDA-ME	PALMAS-TO	WI-FI LAVA A JATO	<b>ATIVA</b>
10208-2014	4592-2014-A	5953-2014	7343-2014	26/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO PEÇAS E LAVA-JATO MARCOS	TOCANTINÓPOLIS-TO	ROSILENE PIMENTEL DE OLIVEIRA	<b>ATIVA</b>
10200-2014	5685-2014-A	7369-2014	7338-2014	25/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CERAMICA REAL-PARTE DO LOTE 19	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	REAL COM. DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME	<b>ATIVA</b>
10132-2014	3726-2014-A	4768-2014	7296-2014	24/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA CAI N'AGUA	TOCANTINÓPOLIS-TO	JOSE RIBEIRO DA SILVA	<b>ATIVA</b>
10094-2014	5155-2014-A	6660-2014	7255-2014	21/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ALANA ALVES SIRQUEIRA	MIRANORTE-TO	ALANA ALVES SIRQUEIRA	<b>ATIVA</b>
10063-2014	5086-2014-A	6561-2014	7229-2014	19/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA NOVO SUCESSO	LUZINÓPOLIS-TO	MARIA SILA DIAS DE ASSIS	<b>ATIVA</b>
9975-2014	5014-2014-A	6473-2014	7133-2014	17/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TERRA GRANDE	BERNARDO SAYÃO-TO	AGROPECUARIA TERRA BRAVIA S/A	<b>ATIVA</b>
9937-2014	120-2014-A	6410-2014	7103-2014	14/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CANA BRAVA LOTE 18	PEIXE-TO	EDSON BORGES DA SILVA	<b>ATIVA</b>
9876-2014	4958-2014-A	6401-2014	7041-2014	11/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA N° 98	PALMAS-TO	HILTOMAR MARINHO DE MEDEIROS	<b>ATIVA</b>
9750-2014	5407-2014-A	6984-2014	6930-2014	06/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA RECANTO FELIZ	PALMAS-TO	MARTHA MARIA MERCUCCI	<b>ATIVA</b>
9729-2014	2536-2010	7195-2014	6910-2014	06/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	HOTEL ESTRELA	PALMAS-TO	ANIZIO EVANGELISTA DE CARVALHO ME	<b>ATIVA</b>

9637-2014	699-2013-A	7167-2014	6836-2014	04/11/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 24 PARTE	FORTALEZA DO TABOÃO-TO	OLEOS FINOS DE BALSAS S/A	<b>ATIVA</b>
9522-2014	5282-2014-A	6808-2014	6748-2014	30/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHÁCARA CRISTAL	PAU D' ARCO-TO	CORCOVADO GRANITOS LTDA	<b>ATIVA</b>
9449-2014	4682-2014-A	6040-2014	6680-2014	28/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RANCHO DO KOJAK LOTE 08 FAZENDA ANGICAL NOSSA SENHORA DA APARECIDA	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	DIVIMAR LOURENÇO DE AMORIM	<b>ATIVA</b>
9432-2014	5269-2013-A	6218-2013	6657-2014	27/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA COCAL-ADAUTO VANDERLEI COSTA	TOCANTÍNIA-TO	KAIO HENRIQUE VANDERLEI	<b>ATIVA</b>
9371-2014	3061-2014-A	3842-2014	6596-2014	23/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA BONITA	LAJEADO-TO	MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA	<b>ATIVA</b>
9329-2014	2035-2014-A	2541-2014	6558-2014	22/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GRANDE RIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA-ME	PALMAS-TO	GRANDE RIO	<b>ATIVA</b>
9307-2014	4871-2014-A	6284-2014	6539-2014	21/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	TAPAJÓS VEÍCULOS	PALMAS-TO	TAPAJÓS VEÍCULOS	<b>ATIVA</b>
9305-2014	5518-2014-A	7131-2014	6536-2014	21/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CONDOMINIO ALDEIA DO SOL	PALMAS-TO	JESIAN CORDEIRO DE AGUIAR	<b>ATIVA</b>
9258-2014	3723-2014-A	4764-2014	6489-2014	20/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BALNEARIO PEDRO ISAIAS	TOCANTINÓ POLIS-TO	RITA PEREIRA NONATO	<b>ATIVA</b>
9193-2014	617-2013-A	2607-2014	6427-2014	16/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SITIO LAEL	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	BARNABE ATAIDE DE SOUZA	<b>ATIVA</b>
9182-2014	535-2014-A	658-2014	6420-2014	16/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ESTRELA GUIA	OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO	LUIZ COELHO BARBOSA	<b>ATIVA</b>
9160-	4139-	5300-2014	6395-2014	15/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 09 DO LOTEAMENTO MANGUES 4ª	PORTO NACIONAL-TO	ASSOCIAÇÃO TOCANTINENS	<b>ATIVA</b>

2014	2014-A			9	NTE - DUI - 101	ETAPA	TO	E DE AVIAÇÃO	
9060-2014	4543-2014-A	5893-2014	6310-2014	13/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GELO POTAVEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO LTDA ME	PORTO NACIONAL-TO	GELO POTAVEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO LTDA ME	ATIVA
9020-2014	4946-2014-A	6371-2014	6201-2014	10/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO TABOCAO XII LTDA	COLINAS DO TOCANTINS-TO	POSTO TABOCAO XII LTDA	ATIVA
9017-2014	6271-2013-A	6260-2014	6244-2014	10/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA J BIRARIO	MATEIROS-TO	EDUARDO FRANCO BELGA	ATIVA
8987-2014	4838-2014-A	6251-2014	6243-2014	09/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO S.A	FIGUEIRÓPOLIS-TO	GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO	ATIVA
8961-2014	5122-2014-A	6605-2014	6218-2014	07/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PRAÇA CEL WOLNEY, Nº 16 CENTRO	DIANÓPOLIS-TO	JEHOVAH WOLNEY E CIA LTDA	ATIVA
8943-2014	3716-2014-A	4757-2014	6190-2014	07/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BALNEARIO HELADE	TOCANTINÓPOLIS-TO	HELADE DE SOUZA LEITE	ATIVA
8874-2014	5033-2013-A	3001-2014	6132-2014	06/10/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA NOVA MAT 23.213	PORTO NACIONAL-TO	GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO S.A	ATIVA
8700-2014	3028-2014-A	3806-2014	5959-2014	29/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 02- 03 FAZENDA ALIANCA SAO SILVESTRE 1ª ETAPA	PALMAS-TO	MARILZA GOMES DA SILVA	ATIVA
8551-2014	2158-2012	6139-2014	5809-2014	22/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	INOVATEC	PALMAS-TO	INOVATEC CONSTRUTORA LTDA	ATIVA
8507-2014	2331-2014-A	2909-2014	5772-2014	22/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BARRA	ALMAS-TO	JULIANO QUARESMA DE OLIVEIRA	ATIVA

8503-2014	873-2014-A	1063-2014	5768-2014	22/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO JAVAE	PALMAS-TO	SILVANO E SILVANO LTDA - EPP	<b>ATIVA</b>
8471-2014	2004-2014-A	2496-2014	5740-2014	18/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO ARAPOEMA LTDA, M - 3176	ARAPOEMA-TO	AUTO POSTO ARAPOEMA LTDA	<b>ATIVA</b>
8456-2014	1821-2014-A	2279-2014	5714-2014	18/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA OLHO D'ÁGUA	SUCUPIRA-TO	CIRO PROCOPIO JUNIOR	<b>ATIVA</b>
8436-2014	3832-2014-A	4890-2014	5702-2014	18/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 05 - LOTEAMENTO FAZENDA BREJÃO	NATIVIDADE-TO	JOSE CASTRO LEITE	<b>ATIVA</b>
8427-2014	965-2014-A	1196-2014	5686-2014	17/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AV.09, GLEBA II, LOTE 35, LOTEAMENTO PORTEIRA	PORTO NACIONAL-TO	ASSOCIACAO TOCANTINENS E DO MINISTERIO PUBLICO	<b>ATIVA</b>
8419-2014	4372-2014-A	5643-2014	5662-2014	16/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BALNEARIO TOCANTINS	ARAGUATINS-TO	FRANCISCO ANTONIO DA LUZ	<b>ATIVA</b>
8197-2014	1226-2014-A	1551-2014	5487-2014	09/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RUA BADEJOS LOTE 07 CHACARAS 69 E 72	GURUPI-TO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	<b>ATIVA</b>
8173-2014	533-2014-A	654-2014	5473-2014	09/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BELO VERDE	SANTA MARIA DO TOCANTINS-TO	ANTONIO PAGAN FERREIRA	<b>ATIVA</b>
8145-2014	4561-2014-A	5914-2014	5444-2014	05/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CAIAPONIA	SANDOLÂNDIA-TO	PENIEL ALVES DE MACEDO	<b>ATIVA</b>
8137-2014	1267-2014-A	1606-2014	5438-2014	05/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA OURO VERDE II	CAMPOS LINDOS-TO	JARBAS GUIMARAES JUNIOR	<b>ATIVA</b>
8086-2014	3445-2014-A	4384-2014	5401-2014	04/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACÁRA SERRANA	LAJEADO-TO	MATHEUS ROSA DE ARAUJO	<b>ATIVA</b>
8049-2014	4595-2014-A	5955-2014	5355-2014	02/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	LOTE NUM. 29-IRMAOS CHAVES LTDA-	PALMAS-TO	IRMÃOS CHAVES LTDA	<b>ATIVA</b>

					101	EPP		- EPP	
8036-2014	4596-2014-A	5957-2014	5336-2014	01/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AVENIDA RIO BANDEIRA	ARAGUAÍNA-TO	EMCAM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE MOLDADOS LTDA	ATIVA
8035-2014	4320-2014-A	5536-2014	5333-2014	01/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CARVALHO	ARRAIAS-TO	HECTOR SALAZAR PRUDENCIO	ATIVA
8031-2014	112-2014-A	4423-2014	5331-2014	01/09/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA BR 153 KM 480	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	FFGU INCINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	ATIVA
7871-2014	3529-2014-A	4491-2014	5158-2014	22/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTA MARIA	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS-TO	CRISTIANE SIMARI TEIXEIRA DA SILVA	ATIVA
7809-2014	4222-2014-A	5417-2014	5094-2014	19/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA TARUMA LOTEAMENTO SAO SILVESTRE	PALMAS-TO	ESPÓLIO JOÃO HENRIQUE TEIXEIRA HOLZHAUSEN	ATIVA
7717-2014	4161-2014-A	5334-2014	5003-2014	18/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CAU CENTRO AVANÇADO DE UROLOGIA LTDA	PALMAS-TO	CAU CENTRO AVANÇADO DE UROLOGIA LTDA	ATIVA
7697-2014	930-2008	6815-2013	4970-2014	15/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA TO - 010 KM 20 VOL IX	PEDRO AFONSO-TO	PEDRO AFONSO AÇUCAR E BIOENERGIA S.A	ATIVA
7656-2014	2527-2014-A	3155-2014	4934-2014	14/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA BR 153, KM 669 - CHÁCARA Nº 01 - PRIMEIRA ETAPA	GURUPI-TO	VALCIR APARECIDO SANCHES	ATIVA
7629-2014	4424-2014-A	5702-2014	4914-2014	12/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RIO VERDE MAT- 13	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	VICENTE CEOLIN E OUTROS	ATIVA
7581-2014	4094-2014-A	5250-2014	4858-2014	11/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	RODOVIA TO 255 KM 02	LAGOA DA CONFUSÃO-TO	AGV ARMAZENS GERAIS VITORIA	ATIVA
7546-2014	4075-2014-A	5230-2014	4824-2014	11/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 53-B	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	BOCALON INDUSTRIA E COM. DE MADEIRA LTDA	ATIVA

7537-2014	2285-2014-A	2864-2014	4822-2014	08/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO MEIO A MEIO	PALMAS-TO	AUTO POSTO MEIO A MEIO	ATIVA
7524-2014	1123-2014-A	1420-2014	4804-2014	08/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CATINGUEIRO	SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	GILSON INACIO DE OLIVEIRA	ATIVA
7522-2014	3274-2014-A	4132-2014	4813-2014	08/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA GALICIA	ITAGUATINS-TO	SIDERURGICA IBERICA S/A	ATIVA
7345-2014	2447-2014-A	3060-2014	4621-2014	04/08/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BARRA DA PEDRA	RIO DOS BOIS-TO	JOSE PAULINO SOBRINHO	ATIVA
7303-2014	3956-2014-A	5041-2014	4571-2014	31/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CIPO MAT- 1400	BREJINHO DE NAZARÉ-TO	JOAO BOZA NETO	ATIVA
7260-2014	3097-2014-A	3884-2014	4526-2014	29/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PARTE DA CHACARA N 13	NOVO ACORDO-TO	MARCIA MARIA RIBEIRO BARROS GASPARINO	ATIVA
7130-2014	2263-2014-A	2829-2014	4404-2014	24/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVAJATO DO PIAUÍ	PORTO NACIONAL-TO	JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO	ATIVA
7016-2014	2136-2008	5381-2014	4332-2014	23/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CEREAL BOM DE GOSTO	GURUPI-TO	IND. E COM. DE CEREAIS BOM DE GOSTO LTDA.	ATIVA
7004-2014	1230-2014-A	1556-2014	4296-2014	23/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AVENIDA UNIVERSITARIA TRAVESSA HILDEBRANDO DE SENA	ARRAIAS-TO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	ATIVA
6938-2014	3792-2014-A	4844-2014	4275-2014	22/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MCM RODOVIARIA	ARAGUAÍNA-TO	MCM COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	ATIVA
6900-2014	3798-2014-A	4851-2014	4245-2014	21/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MCM CAMINHOS	GURUPI-TO	MCM COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA	ATIVA
6807-2014	2266-2014-A	2834-2014	4189-2014	17/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	RAIMUNDO RODRIGUES	AGUIARNÓPOLIS-TO	RAIMUNDO RODRIGUES	ATIVA

					101	PIMENTEL		PIMENTEL	
6674-2014	7908-2013-A	9179-2013	4099-2014	15/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA RETIRO	DARCINÓPOLIS-TO	VIENA SIDERURGICA S/A	<b>ATIVA</b>
6566-2014	3309-2014-A	4176-2014	4035-2014	13/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PALMERIA	ARRAIAS-TO	AGUSTINHO VIEIRA DA COSTA	<b>ATIVA</b>
6544-2014	1819-2014-A	2277-2014	4020-2014	14/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA VALE DO CANAA II	BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	CARLOS VANDERLEY FIGUEIRA FILHO E OUTROS	<b>ATIVA</b>
6532-2014	2071-2014-A	2600-2014	4012-2014	13/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	JEQUITIBA II LOTE 68	TOCANTÍNIA-TO	AGROBRASIL	<b>ATIVA</b>
6472-2014	3229-2014-A	4079-2014	3982-2014	11/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ESTANCIA BOM JESUS	DUERÉ-TO	LÚCIO PEREIRA DA COSTA	<b>ATIVA</b>
6374-2014	3435-2014-A	4373-2014	3936-2014	09/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ELDORADO	CAMPOS LINDOS-TO	TSL AGRONEGOCIOS LTDA	<b>ATIVA</b>
6268-2014	1968-2014-A	2457-2014	3887-2014	06/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ROLIM DE MOURA	ALMAS-TO	ISRAEL JORGE LENUZZA DOMINGUES	<b>ATIVA</b>
6000-2014	4147-2013-A	5034-2013	3709-2014	01/07/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CARVALHO MAT.02/2145- LUCIO MARCIO MARTINS	ARRAIAS-TO	LUCIO MARCIO MARTINS	<b>ATIVA</b>
5919-2014	943-2014-A	1163-2014	3684-2014	27/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 194, 195, 107, 111	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	OSCAR CASSIO DE SOUZA	<b>ATIVA</b>
5916-2014	3627-2014-A	4625-2014	3679-2014	26/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MADEIREIRA RIO FORMOSO - TO- 481 KM60	DUERÉ-TO	POIANI E BIANCHI LTDA	<b>ATIVA</b>
5833-2014	1590-2014-A	1991-2014	3613-2014	25/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AVESTRUZ MASTER	PORTO NACIONAL-TO	LUCIANO IVO DA SILVA	<b>ATIVA</b>



5758-2014	3476-2014-A	4410-2014	3521-2014	23/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BREJO REDONDO LOTE 03-B	LAJEADO-TO	JULIO CESAR DA SILVA MAMEDE	<b>ATIVA</b>
5750-2014	254-2014-A	300-2014	3510-2014	24/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LAVA JATO NOVO CAR	NOVO ACORDO-TO	VÂNIA ALVES REIS	<b>ATIVA</b>
5706-2014	2179-2005	4088-2014	3483-2014	23/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SLC ALIMENTOS LTDA	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	SLC ALIMENTOS S/A	<b>ATIVA</b>
5685-2014	4615-2013-A	5532-2013	3471-2014	23/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAMBAIBAL	RIO DA CONCEIÇÃO-TO	LATEX SERRA GERAL LTDA	<b>ATIVA</b>
5682-2014	5765-2013-A	6753-2013	3465-2014	20/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PORTO E BALSAS ITAPIRATINS	ITAPIRATINS-TO	PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA	<b>ATIVA</b>
5663-2014	105-2013-A	82-2013	3451-2014	19/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO JK	ARAGUAÍNA-TO	BR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	<b>ATIVA</b>
5549-2014	2726-2014-A	3415-2014	3365-2014	18/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA	ARAGUAÍNA-TO	LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA	<b>ATIVA</b>
5366-2014	5766-2013-A	6754-2013	3248-2014	13/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PORTRO DE BALSAS	GUARAI-TO	PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA	<b>ATIVA</b>
5159-2014	3049-2014-A	3830-2014	3144-2014	10/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAOP JOSE I	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	EUCLESIO DE ALCÂNTARA	<b>ATIVA</b>
5075-2014	1109-2014-A	1399-2014	3093-2014	09/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POÇO ARTESIANO	ARAGUAÍNA-TO	PREMIUM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	<b>ATIVA</b>
5007-2014	4680-2012-A	266247-2012	3059-2014	05/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTO POSTO GMA LTDA.	FÁTIMA-TO	AUTO POSTO GMA LTDA.	<b>ATIVA</b>
5003-2014	1346-2014-A	1699-2014	3057-2014	06/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	FAZENDA PIAU	GURUPI-TO	ANTONIO PIRES NETO	<b>ATIVA</b>

					101				
4967-2014	3174-2014-A	4007-2014	3034-2014	05/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	MINERAÇÃO CAPITAL	PALMAS-TO	MINERAÇÃO CAPITAL LTDA	ATIVA
4845-2014	4-2014-A	4-2014	2944-2014	03/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTEAMENTO PARAISO-ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA	ATIVA
4809-2014	618-2014-A	739-2014	2928-2014	03/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ESTANCIA SARACURA M-23218	GURUPI-TO	JOSÉ MARIA SOARES DE ARAÚJO	ATIVA
4793-2014	7895-2013-A	864-2014	2915-2014	04/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SÃO FRANCISCO I	CARIRI DO TOCANTINS-TO	JOSÉ LORY MELLO BARRETO	ATIVA
4717-2014	2362-2014-A	2946-2014	2873-2014	02/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PAULO HENRIQUE GARCIA	PORTO NACIONAL-TO	ALX FARIAS AGROPESQUI SA AGROPECUARIA DOS CERRADOS LTDA	ATIVA
4703-2014	7973-2013-A	9257-2013	2871-2014	03/06/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 14-B DO LOTEAMENTO MANGUES GLEBA 01	PORTO NACIONAL-TO	MARIA DAS DORES SILVA	ATIVA
4555-2014	771-2014-A	934-2014	2787-2014	30/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AUTOVIA VEICULOS	PALMAS-TO	AUTOVIA VEICULOS	ATIVA
4528-2014	411-2014-A	504-2014	2777-2014	30/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETOS PM LTDA	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	BREDA ARTEFATOS DE CONCRETO	ATIVA
4403-2014	5903-2013-A	6897-2013	2698-2014	28/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PLANETA VEICULOS E PEÇAS LTDA	PALMAS-TO	PLANETA VEICULOS E PEÇAS LTDA	ATIVA
4339-2014	1743-2014-A	2185-2014	2674-2014	28/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	ARAGUAIA MOTORS COM. DE VEICULOS E PEÇAS LTDA	GURUPI-TO	ARAGUAIA MOTORS COM. DE VEICULOS E PEÇAS LTDA	ATIVA

4191-2014	1639-2013-A	1892-2014	2600-2014	26/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CONQUISTA I	ALVORADA-TO	RICARDO PINTO COELHO	<b>ATIVA</b>
4155-2014	1422-2014-A	1785-2014	2586-2014	23/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ABENÇOADA POR NOSSA SENHORA APARECIDA	ARAGUAÇU-TO	ELISANGELA DELA HOZ	<b>ATIVA</b>
4062-2014	2387-2014-A	2981-2014	2533-2014	21/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PATIO DE INTREGAÇÃO MULTIMODAL DA FERROVIA NORTE SUL	PORTO NACIONAL-TO	LOS GROBO CEAGRO DO BRASIL S/A FILIAL	<b>ATIVA</b>
3985-2014	436-2014-A	539-2014	2472-2014	21/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ENGENHO	NATIVIDADE-TO	JOSLEY QUARESMA DE OLIVEIRA	<b>ATIVA</b>
3899-2014	5952-2013-A	6951-2013	2386-2014	26/05/2020	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CALTINS	BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	CALCÁRIO TOCANTINS LTDA	<b>ATIVA</b>
3854-2014	1094-2013-A	5031-2013	2347-2014	13/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AVENIDA SANTOS DUMONT Nº1028	ARAGUAÍNA-TO	AUTO POSTO IPANEMA LTDA	<b>ATIVA</b>
3670-2014	354-2014-A	428-2014	2246-2014	07/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PLANO ALTO-DANIELLE DA COSTA SILVA ME	PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	DANIELLE DA COSTA SILVA ME	<b>ATIVA</b>
3598-2014	1029-2014-A	1292-2014	2196-2014	06/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA JANDAIA - LOTE 01	PIUM-TO	ROBERTO CRAVEIRO CURADO	<b>ATIVA</b>
3493-2014	1880-2014-A	2354-2014	2121-2014	02/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	LOTE 14 DO LOTEAMENTO COQUEIRINHO 3ª ETAPA	PALMAS-TO	MARISA DE SOUZA CRUZ	<b>ATIVA</b>
3468-2014	6760-2013-A	7815-2013	2107-2014	02/05/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA ARAGUAÇÚ	AGUIARNÓPOLIS-TO	FRANCISCO BENTO DE OLIVEIRA	<b>ATIVA</b>
3407-2014	4488-2012-A	8191-2013	2083-2014	30/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	HOTEL CASA GRANDE	PALMAS-TO	HOTEL CASA GRANDE	<b>ATIVA</b>
3275-2014	2687-2013-A	3420-2013	2003-2014	28/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI -	FAZENDA RIACHO FUNDO	SÃO VALÉRIO-TO	CLAUDIANI AMARAL	<b>ATIVA</b>

					101			SOUZA	
3254-2014	1728-2014-A	2170-2014	2001-2014	28/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	BUNGE ALIMENTOS S/A PEDRO AFONSO	PEDRO AFONSO-TO	BUNGE ALIMENTOS	ATIVA
3196-2014	458-2013-A	512-2013	1949-2014	24/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BARRA DO DIA	FIGUEIRÓPOLIS-TO	RAIMUNDO RODRIGUES DE MATOS	ATIVA
3024-2014	516-2014-A	631-2014	1816-2014	15/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PAU BRASIL-MAT.1585 E 1584	PIUM-TO	SERGIO FRANCISCO VALDUGA	ATIVA
2993-2014	7175-2013-A	8305-2013	1793-2014	15/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	SHV GAS BRASIL LTDA.	GURUPI-TO	SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA	ATIVA
2947-2014	960-2014-A	1188-2014	1772-2014	13/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CAMARINHAS	JAÚ DO TOCANTINS-TO	MANOEL DE SOUZA LINO CANÇADO	ATIVA
2945-2014	1742-2014-A	2184-2014	1771-2014	13/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	AV. SERGIO NOGUEIRA LOTES 05/06 QD 02 ST. MIRANTE I	LAJEADO-TO	AUTO POSTO PEREQUETE LTDA	ATIVA
2915-2014	486-2009	171191-2010	1756-2014	10/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SAO JOAO, M-2012	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	ATIVA
2848-2014	477-2014-A	588-2014	1716-2014	10/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AGUA FRIA	SANDOLÂNDIA-TO	PAULO DIEDERICHSEN VILLARES	ATIVA
2645-2014	908-2014-A	1101-2014	1598-2014	03/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA OURO VERDE - ASSENTAMENTO MUTUM	PALMAS-TO	ROGÉRIO MATURANO CORTAZIO	ATIVA
2600-2014	6887-2013-A	7980-2013	1575-2014	02/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	PRE MOLDADOS IRMAOS CHAVES LDTA	PALMAS-TO	IRMÃOS CHAVES LTDA - EPP	ATIVA
2566-2014	7702-2013-A	8921-2013	1560-2014	02/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BOM JESUS MAT. 1618-ROQUE ROSSATO	MONTE DO CARMO-TO	ROQUE ROSSATO	ATIVA

2558-2014	588-2009	109215-2009	1496-2014	30/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANTO ESTÉVÃO	BABAÇULÃ DIA-TO	CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	ATIVA
2550-2014	589-2009	109216-2009	1427-2014	02/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BELA VISTA	AGUIARNÓPOLIS-TO	CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	ATIVA
2548-2014	667-2014-A	803-2014	1551-2014	01/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CORREGO JOAO DE SOUZA	PEIXE-TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE	ATIVA
2516-2014	649-2014-A	782-2014	1530-2014	31/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA FLORIDA	PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	IRNO DE CASTRO MACHADO	ATIVA
2504-2014	5923-2013-A	6919-2013	1525-2014	01/04/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CAPIM DOURADO PARK HOTEL	GURUPI-TO	CAPIM DOURADO PARK HOTEL	ATIVA
2427-2014	1427-2010	197271-2010	1401-2014	31/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA BAIXAO	BABAÇULÃ DIA-TO	CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	ATIVA
2111-2014	978-2014-A	1212-2014	1357-2014	24/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	COMERCIAL MACHADO TO 020 KM 09 LOTE 04	PALMAS-TO	IRACEMA PEREIRA DA SILVA MACHADO E OUTRO	ATIVA
2102-2014	5798-2013-A	6782-2013	1354-2014	24/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CHACARA RAO DE SOL LOTE 29 B CAMPUS COLINAS-IFTO - INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	COLINAS DO TOCANTINS-TO	IFTO - INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	ATIVA
2098-2014	174-1998	472-2014	1355-2014	24/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CERAMICA E MINERAÇÃO DOIS IRMÃOS	TOCANTÍNIA-TO	JOÃO HÉLIO TEIXEIRA MONTEIRO ME	ATIVA
2008-2014	937-2014-A	1155-2014	1322-2014	21/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA PANAMBI	CAMPOS LINDOS-TO	IRENEU POSSAMAI	ATIVA
2007-2014	214-2014-A	241-2014	1320-2014	21/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	CERAMICA NOVA ESPERANÇA	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	M.J.DE ARAUJO CUSTODIO	ATIVA

1804-2014	690-2014-A	837-2014	1233-2014	17/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CACHOEIRINHA PARTA DO LOTE 10, 07 E 11	PIUM-TO	ROQUE GILMAR SAUSEN	<b>ATIVA</b>
1802-2014	690-2014-A	837-2014	1233-2014	17/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CACHOEIRINHA PARTA DO LOTE 10, 07 E 11	PIUM-TO	ROQUE GILMAR SAUSEN	<b>ATIVA</b>
1785-2014	5796-2013-A	6780-2013	1223-2014	17/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA - CAMPUS PARAISO	PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	IFTO CAMPUS PARAISO	<b>ATIVA</b>
1712-2014	1989-2011	8047-2013	1145-2014	13/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CABECEIRA VERDE	CARIRI DO TOCANTINS-TO	LUPERCIO ALVES DE MELO	<b>ATIVA</b>
1681-2014	38-2014-A	48-2014	1118-2014	11/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AGUA BOA	APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	VILSON BERNARDO BORGES	<b>ATIVA</b>
1599-2014	2840-2013-A	3601-2013	992-2014	07/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA CASCO D'ANTA	MONTE DO CARMO-TO	MARCOS DE ALENCASTRO COSTA	<b>ATIVA</b>
1557-2014	495-2014-A	608-2014	1021-2014	06/03/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA REUNIDAS OLHO D AGUA	ARRAIAS-TO	MAURICIO MARTIN TEIXEIRA	<b>ATIVA</b>
1556-2014	2839-2013-A	3600-2013	981-2014	28/02/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA AÇUDE	MONTE DO CARMO-TO	MARCOS DE ALENCASTRO COSTA	<b>ATIVA</b>
1478-2014	3824-2013-A	839-2014	827-2014	24/02/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	FAZENDA SANZÃO	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	JOSE LISBERTO FERREIRA	<b>ATIVA</b>
1468-2014	4950-2013-A	5897-2013	864-2014	25/02/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	GESSO VITORIA-FRANCISCA FERREIRA NASCIMENTO-GESSO-ME	PALMAS-TO	GESSO VITORIA	<b>ATIVA</b>
1463-2014	7996-2013-A	9282-2013	904-2014	26/02/2019	DECLARAÇÃO DE USO INSIGNIFICANTE - DUI - 101	POSTO IMPERIAL	PORTO NACIONAL-TO	AUTO POSTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA	<b>ATIVA</b>

**Fonte:** adaptada de Naturatins (2017).